

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**EDUCAÇÃO DE MESTIÇOS EM FAMÍLIAS INTER-
RACIAIS**

Angela Ernestina Cardoso de Brito

**SÃO CARLOS
2003**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO DE MISTIÇOS EM FAMÍLIAS INTER-RACIAIS

*Orientadora: Dra. Petronilha
Beatriz Gonçalves e Silva*

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Educação, na Área de concentração de Metodologia de Ensino.

SÃO CARLOS
2003

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

B862em

Brito, Angela Ernestina Cardoso de.
Educação de mestiços em famílias inter-raciais / Angela
Ernestina Cardoso de Brito. -- São Carlos : UFSCar, 2004.
137 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2004.

1. Educação – discriminação racial. 2. Mestiços. 3.
Socialização. 4. Famílias inter-raciais . I. Título.

CDD: 370.19342(20^a)

Banca Examinadora

.....
Prof. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva - Orientadora

.....
Prof. Dra. Regina Pahim Pinto

.....
Prof. Dr. Valter Roberto Silvério

.....
Prof. Dra. Anete Abramowicz

Aprovada em: / / 2003

Dedico este trabalho à minha família, às irmãs: Maria Cicera, Marlene, Mônica (Marly), Nair e Nadir. Aos irmãos José Carlos (Agnaldo), Sérgio (Manoel), Paulinho e Adriano, Aos sobrinhos Tihago, Antônio, André e Giancarlo. À eterna memória de meu pai José Moura de Brito e em especial, com todo amor do mundo, a minha mãe Maria Cardoso de Brito.

Agradecimentos

Muitas pessoas ao longo desses anos contribuíram para a realização deste trabalho, cada um do seu jeito, a sua maneira. Assim agradeço:

A todas as famílias que abriram as portas de suas casas: Jaime, Irani, Luciano, Maria Aparecida, Ademir, Ana Livia e Lucas.

Petronilha Beatriz (Petrô), pela orientação amizade e dedicação.

À Anete Abramowicz, pela orientação no II Concurso Negro e educação, pela confiança amizade, conversas e muitas sugestões.

À Regina Pahim e Valter Silvério, pelas contribuições no exame de qualificação.

Ao amigo Carlos de Assumpção pelo prazer da sua companhia.

Aos professores e organizadores do I e do II Concurso Negro e educação.

Ao Max, pelas sugestões, pelos comentários, pela companhia, pela paciência e pelo amor que vem demonstrando.

À Deus Javé por sua infinita bondade

Mais uma vez a agradeço a meus irmãos e irmãs, em especial à Nair e ao Adriano, e a minha mãe que sofrem com a minha ausência e que, ao longo dos anos, vêm ajudando, apoiando, acreditando e, sobretudo, vibrando com todas as minhas vitórias.

À CAPES pelo financiamento que tornou possível a realização deste trabalho.

Sumário

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 01 |
| CAPÍTULO I - REFERÊNCIAS TEÓRICAS | 06 |
| 1.1-Família e Socialização | 06 |
| 1.2-Pesquisas com famílias negras e famílias inter-raciais..... | 13 |
| 1.3-Marcadores sociais e epistemológicos..... | 21 |
| 1.4-O ideário do branqueamento: considerações básicas..... | 26 |
| | |
| CAPÍTULO II- MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO..... | 35 |
| CAPÍTULO III- O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO EM FAMÍLIAS INTER- RACIAIS..... | 41 |
| 3.1-As experiências de socialização de mestiços: na família..... | 41 |
| 3.1.1-A escolha do cônjuge..... | 41 |
| 3.1.2-A cor dos filhos vistas pelos pais e por eles mesmos..... | 53 |
| 3.1.3- O pertencimento racial..... | 61 |
| 3.1.4- A educação como forma de apagar a cor..... | 76 |
| 3.1.5- O cabelo e o pertencimento racial..... | 79 |
| 3.2- As experiências da socialização de mestiços: na escola..... | 86 |
| 3.2.1- A escola e o pertencimento racial..... | 86 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.2.2- Professores brancos cuidando de corpos de alunos negros..... | 91 |
| CAPÍTULO IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 102 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 116 |
| ANEXO I..... | 125 |
| ANEXO II..... | 126 |

RESUMO

Este estudo visa apreender como e em que circunstâncias famílias formadas por casais de diferentes origens étnico-raciais, sendo um negro e outro branco, preparam e/ou auxiliam seus filhos, a enfrentar as discriminações que possam sofrer em decorrência do racismo contra negros. Para tanto, foram entrevistados, pais, mães e os filhos de duas famílias inter-raciais, perfazendo um total de sete entrevistas. Tentamos aprofundar os conhecimentos sobre socialização dos filhos mestiços em famílias inter-raciais, a partir das falas do pai e da mãe, e do próprio filho. Os dados obtidos e analisados permitem concluir que as famílias se valem de algumas estratégias que auxiliam os filhos a enfrentar o problema do racismo e da discriminação racial, apesar das dificuldades para elaborá-las, e de isto não se constituir, pelo menos aparentemente, em prioridade na educação dos filhos. No entanto, pôde-se observar que há orientação para construção do pertencimento racial e para os possíveis atos discriminatórios que os filhos poderão vir a sofrer. Desse modo a orientação está associada às experiências discriminatórias vivenciadas pelos filhos, na família mais ampla, na escola, na rua, em clubes, prendendo-se também a fortes laços afetivos.

ABSTRACT

This study aims at apprehending how and in what circumstances families formed by couples of different ethnic-racial origins, being one black and one white, prepare and/or assist their children to face the discrimination they might undergo in consequence of racism against afro-americans. In order to achieve the goal, parents and children of two interracial families were interviewed, in a total of seven interviews. We tried to deepen the knowledge on socialization of mixed offspring within interracial families, from the statements of the parents and the child. The data obtained and analyzed allow us to conclude that the families use up some strategies to assist their children in facing the problem of racism and racial discrimination, even though there are difficulties in elaborating them, and they do not constitute, at least apparently, a priority in children education. However, it was possible to observe that there is a construction of racial belonging, and orientation on possible discriminatory acts kids may undergo. Thus, the orientation is associated to discriminatory experiences lived by the children within the expanded family, at school, on the street, in clubs, being attached to strong affective bonds.

INTRODUÇÃO

A partir da minha experiência pessoal, nasceu em mim o interesse por estudar o mestiço. Minha mãe é branca, baixinha, olhos azuis como o céu. Meu pai, um negro alto, usava chapéu de abas largas e sapatos bem engraxados e, olhos negros, grandes e vivos, eu o achava lindo. Nosso contato, embora intenso, foi muito breve. Relembro-me das tardes e noites em que ficávamos no quintal, meu pai, eu e várias outras crianças da vizinhança, todos reunidos em um grande círculo. Ali, ouvíamos as muitas histórias que ele nos contava. Essas histórias ficaram em minha mente e, hoje, depois de tanto tempo passado, muitas vezes ainda me pego na roda, no quintal, ouvindo, através de minhas memórias, as lindas e estranhas histórias que meu pai contava.

Após sua morte, as histórias de meu pai cessaram, a roda acabou, mas as brincadeiras com os vizinhos continuaram. Nossa família tornara-se ‘incompleta’, comparada ao modelo familiar burguês; faltava o homem da casa e, mesmo com a mãe branca, éramos pretos.

A influência de meu pai na construção de minha identidade foi decisiva desde cedo. Desde pequena eu sabia que ele era negro, minha mãe, branca e eu, negra. Era natural, para mim, ser negra, como também o seria se fosse branca. Embora tivesse a tonalidade de pele um pouco mais clara, eu sempre soube que era negra, ainda que meu pai, em suas rodas de histórias, tornasse minha cor algo tão natural como a cor branca. Por isso, senti um grande impacto quando ouvi a mãe da menina falando, em tom pejorativo, que ela não devia brincar com negros. Por que? Este foi o primeiro episódio, dentre inúmeros que ocorreram ao longo de minha vida, em que fui discriminada pela minha cor de pele. Senti o peso de ser tratada diferentemente apenas por ser negra; ou seja, senti o peso do preconceito sobre os meus ombros de criança.

Éramos os únicos negros e pobres da rua, e foi em de nossas brincadeiras que descobri, aos seis anos, que a cor da pele fazia diferença. Lembro-me, por exemplo, que ao me desculpar com uma colega branca, vizinha de casa, por havermos nos desentendido durante um divertimento, ouvi o relato dela para sua mãe, o que ficaria marcado em minha memória, sobretudo pelas palavras da progenitora: “eu falei para você não brincar com ela; ela é preta”. Então, ainda criança, descobrindo o mundo,

percebi que, por ter a cor de pele diferente, por ser negra, eu seria tratada de modo especial.

Outro fato que me deixou marcas e, por isso, foi importante na formação de minha identidade como mulher negra, foi o episódio dos lenços. Somos uma família de dez irmãos, quatro homens e seis mulheres, duas delas gêmeas e que são mais velhas do que eu. Elas tinham os cabelos mais crespos do que os meus e os penteavam uma vez por semana. Então, para que os cabelos não levantassem, usavam lenços de crochê, feitos pela minha mãe. Uma delas usava lenço azul e a outra, cor de rosa; cores diferentes para identificá-las, já que eram gêmeas idênticas (esses lenços são guardados até hoje pelas minhas irmãs). O lenço que usavam era motivo de zombaria tanto na rua em que morávamos como na escola em que elas estudavam. Sátiras, risos, tudo porque elas não tinham os cabelos lisos feito nossos amiguinhos brancos. A discriminação e o preconceito recaiam sobre mim e sobre todos os meus irmãos. Assim, diante das experiências vivenciadas por mim e por aqueles que faziam parte de minha família, o “ser negro” foi se formando.

Na escola, eu detestava que minha mãe fosse às reuniões de pais, pois como ela era muito branca, todos lhe perguntavam, inclusive os professores, se eu e meus irmãos éramos filhos de criação. Minha mãe dizia: “eu crio cachorro e gato; estes são meus filhos, não são crias”.

Soube desde cedo que o fato de pertencer a um segmento racial faz muita diferença nas relações que estabelecemos com os outros. Assim, o fato de a cor de minha pele ter a tonalidade mais clara não significa, de maneira nenhuma, que não passei e não passo por situações de discriminação racial. Muito pelo contrário: essa discriminação está registrada tanto na minha trajetória, como na de minha família.

Essa experiência pessoal fez surgir em mim o interesse por estudar a socialização de filhos em famílias inter-raciais, isto é, de conhecer a maneira como essas famílias preparam seus filhos para entender a dupla pertença racial, e as implicações que tem o fato de um desses filhos ser negro. Por isso, na medida em que as experiências vividas entre os participantes de meu estudo me eram contadas, rememorei minha própria história e percebi que refletir sobre a socialização em famílias constituídas de negros e brancos era também refletir sobre minha própria identidade - de mulher e negra.

Após a morte de meu pai tivemos de trabalhar pesado. Meus irmãos trabalharam na roça (um deles trabalha como cortador de cana-de-açúcar até hoje), assim como eu e minhas irmãs, que fomos “bóia-fria”. Eu cortei cebola, “apanhei” café e, durante outro período de minha vida, trabalhei como empregada doméstica, conciliando muitas vezes o trabalho e a escola. Com nove anos de idade entrei na escola de bordado e passamos, eu, minha mãe e minhas irmãs, a trabalhar como bordadeiras, utilizando máquinas industriais. Lembro-me que muitas vezes eu furava meu dedo, de propósito, na agulha da máquina a fim de não trabalhar e poder brincar de boneca.

Eu e minha irmã Nadir, uma das gêmeas, integramos a primeira turma do CEFAM (Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), na cidade de Andradina – SP. O salário que esse curso nos pagava ajudava no orçamento de casa. Mas o incentivo de minha mãe propiciou a aproximação e a paixão pelos estudos. Entrei na Faculdade com 22 anos. Somente duas pessoas da minha família conseguiram cursar a faculdade: eu e a Nadir. Somente eu ingressei num curso de pós-graduação.

Meu interesse pelo tema de pesquisa deu-se no primeiro ano de faculdade, quando tive meu primeiro contato com a questão por meio da bolsa PAE¹, bolsa esta destinada aos estudantes carentes. Durante os dois anos iniciais de faculdade ministrei cursos sobre as diferenças raciais em sala de aula para professores da rede municipal e estadual de ensino, na cidade de Franca. No 3º ano de faculdade, com bolsa do CNPq², aliei-me a um grupo de alunos do curso de Serviço Social da UNESP e juntos realizamos uma pesquisa sobre socialização em famílias negras, na mesma cidade, atingindo um total de trinta famílias entrevistadas. No último ano de faculdade, já com apoio da FAPESP, pesquisei a ideologia do branqueamento em famílias inter-raciais. Enfim, durante todo o período de graduação dediquei-me integralmente a esse tema de pesquisa, sendo eu a única negra do grupo de estudo, orientada por uma professora branca, com quem muito aprendi e também ensinei.

No ano de 2000 meu projeto foi um dos 10 selecionados no *I Concurso Negro e Educação*, o que deixou a mim e minha família repletos de alegria. Em 2001, concorri ao exame de seleção de mestrado na UFScar. Tive, então, a oportunidade e o privilégio

¹ Do 1º ao 4º ano de faculdade fui orientada pela professora Dra. Irene Sales de Souza.

² Brito, A.E.C de. “A atuação dos educadores na formação da identidade da criança negra na escola”. PIBIC/CNPq/UNESP. Sob a orientação da profa. Dra. Irene Sales de Souza. 1997.

de ser orientada por uma mulher negra, especialista nos estudos das relações raciais no Brasil - a professora Petronilha. Ainda em 2001, enviei outro projeto para o II Concurso Negro e Educação, para o qual também fui selecionada. Com apoio de minha orientadora, neste ano tive o privilégio de participar do *Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro* (NEAB), onde, por intermédio de reuniões semanais, pude discutir meu trabalho com outros pesquisadores, negros e brancos, me proporcionando um aprofundamento no tema, sobretudo nas questões relacionadas às relações raciais em nosso país. Além disso, pude conhecer vários estudiosos, palestrantes nacionais e internacionais, o que, desde então, tem contribuído para o meu aprimoramento pessoal e acadêmico. Finalmente, conheci a professora Anete, que veio a se tornar minha orientadora nesta fase do Concurso e com quem descobri outros caminhos, outras experiências.

Não é preciso dizer que durante o período de graduação e da pós-graduação também passei por diversas situações de discriminação. O caminho para eu chegar até aqui foi marcado por muito sofrimento, mas tem se mostrado muito gratificante.

Silva (1990) sublinha que o ato de investigar ultrapassa o exercício acadêmico e assume postura política. Assim, minha questão de pesquisa foi sendo construída de um lado pela minha história vida e, de outro, pelos estudos acadêmicos que venho realizando. Em termos gerais, meu trabalho interroga o seguinte fenômeno: como e em que circunstâncias famílias formadas por casais de diferentes origens étnico-raciais (um elemento negro e outro branco) preparam e/ou auxiliam seus filhos para enfrentarem as discriminações que possam sofrer em decorrência do racismo contra negros?

Tais interesses indicam que a presente pesquisa tem como objetivos:

*verificar a maneira como os agentes socializadores - pai e mãe - educam seus filhos com vistas ao pertencimento racial, e como eles preparam os filhos para enfrentarem o preconceito e a discriminação, explícitos ou velados, que existe na convivência social ampla. Se esses agentes não preparam os filhos para tal situação, então, buscamos entender o porquê;

*determinar quais os conceitos que os agentes socializadores se utilizam para lutar contra o preconceito e a discriminação racial, e quais as formas de lidarem com o preconceito e a discriminação racial, nos diferentes espaços institucionais, sobretudo nas escolas;

Nosso trabalho se deparou com a total ausência de outros estudos, no Brasil, que versassem sobre o processo de socialização de filhos em famílias inter-raciais. Essa lacuna dificultou a compreensão de como esses filhos - mestiços - constituídos por casais de diferentes origens étnico-raciais são preparados para enfrentar a discriminação racial e assumir sua dupla origem. Por isso, abordar a temática da socialização em famílias inter-raciais significa tentar compreender e elaborar ações que contribuam para ampliar o conhecimento sobre as relações raciais no Brasil. Conhecer e tentar entender as experiências de pais negros e brancos, mães negras e brancas e seus filhos propicia e aprofunda a compreensão sobre o processo de socialização de crianças mestiças, além de trazer informações mais esclarecedoras sobre a importância de outras instâncias sociais no processo de socialização.

Este trabalho está vinculado ao grupo de estudos *Práticas Sociais e Processos Educativos* do Centro de Educação e Ciências Humanas, do Programa de Pós-Graduação em Educação na Área de Metodologia de Ensino e linha de pesquisa processos de ensino-aprendizagem.

A discussão está estruturada da seguinte maneira: inicialmente apresentamos uma breve caracterização sobre a família e a socialização, tratando especialmente do processo de socialização primária. A seguir, apontamos uma breve contextualização histórica sobre a origem das palavras mestiço e mulato e, sucintamente, destacamos a ideologia do branqueamento, discutindo principalmente as idéias de dois autores: HOFBAUER (1999) E MUNANGA (1999).

Com respeito a esse referencial teórico, primeiramente destacamos as transformações semânticas dos conceitos mestiço e mulato, evidenciando o fato de que, nos primórdios da história, tais conceitos não significavam, ainda, a idéia de “degeneração biológica” ou “cogitações poligenistas” (HOFBAUER, 1999). Em seguida, enfatizamos que a idéia de mestiço começa a se transformar numa espécie de “problema epistemológico” a partir do momento em que as “raças humanas” são definidas de forma mais essencializada (OLIVEIRA,1974).

A seguir, apontamos a metodologia adotada nesta pesquisa. Finalmente, na seqüência, apresentamos a análise dos dados alcançados presente nos relatos das conversas.

CAPÍTULO I - REFERÊNCIAS TEÓRICAS

1.1. Família e socialização

A tentativa de compreender os fatores que colaboraram para a educação dos filhos de negros e brancos, suas experiências compartilhadas com outras pessoas, seu posicionamento ou não frente aos problemas raciais na sociedade, impôs-nos a necessidade de estudar o processo de socialização dessas famílias, numa perspectiva que permita compreendê-las para além do aspecto social, o que implicou apreender como e de que maneira as experiências, crenças e tradições compartilhadas pelos membros da família inter-racial, pelos mestiços, são representadas, produzem e reproduzem, nas estruturas de poder nas instituições sociais e nos sistemas de significação do próprio mestiço.

SILVA (1998) nos diz que é nas relações, nos processos de compartilhamento entre as pessoas e os grupos que reside a capacidade mantenedora ou transformadora das estruturas sociais. Portanto, ao investigar a socialização de famílias inter-raciais, não pretendemos desconectá-las dos conflitos e das condições de alienação e dominação a que foram submetidas ao longo das décadas. Pretendemos, outrossim, investigar a maneira pela qual pais e mães brancos/as e negras/os, assim como seus filhos, têm se colocado na relação com tais condições de dominação. Isto é, tencionamos examinar como resistem, o que pensam, o que dizem, e como travam o embate com a discriminação.

“torna-se imperioso reescrever os conhecimentos, a partir da perspectiva de cada um dos grupos étnicos que constituem a nação. Assim conhecerão uns aos outros nas suas diferenças, não ficando a maioria instada a abandonar as suas raízes culturais mais fecundas e assumir uma outra que lhe é alheia” (op.cit., p.254).

Dada a necessidade de se entender os acontecimentos históricos e as diferenças do ponto de vista de cada sujeito que constitui a família inter-racial, a articulação e a reprodução que acontece no interior, no exterior e na interconexão dos diferentes grupos e processos sociais, no nosso trabalho estaremos transcrevendo suas falas, sua maneira de ver o mundo, de abordá-lo, de recriá-lo, a fim de tornar possível extrair a perspectiva do pai negro e branco, da mãe negra e branca e também a do mestiço sobre a questão das diferenças raciais, dos diferentes modos de viver, de educar que é peculiar de cada

família, de cada grupo, de cada indivíduo, enfatizando qual o significado, o sentido e efeito que essa educação produz na construção do mestiço, e sobretudo qual os critérios ou parâmetros que são acionados para determinar essa construção.

Por conta da necessidade de estudar as particularidades, o envolvimento e interação dos componentes dessas famílias com eles mesmos e com outras pessoas que perfazem as redes de relações familiares, tornou-se necessário reportarmos a família, entendendo que, nas sociedades ocidentais, é tarefa da família a introdução dos indivíduos “no mundo objetivo de uma sociedade” (BERGER E LUCKMAN, 1976). A família aparece como espaço privilegiado das relações mais íntimas e é essencial para a construção da identidade pessoal (BERGER E LUCKMAN, 1976, GOMES, 1987, e SILVA, 1987). Ainda de acordo com BERGER E LUCKMAN (1976), através da família o novo membro da sociedade interioriza um mundo já posto e significado, que lhe é apresentado já de forma pré-definida, ou seja, construído anteriormente a sua existência.

De forma bastante simplificada, entendemos que a família, desde a origem da humanidade, passou por inúmeras transformações, seja de sua composição, seja de sua função, seja de suas delimitações classificatórias ou de suas formas. Mas, apesar das inúmeras modificações que a família, ainda hoje, vem sofrendo, para muitos a família continua tendo importância fundamental no processo educativo dos filhos.

Vista como primeiro grupo de socialização, a família é atravessada inteiramente por uma dimensão política, sendo também um lugar para o exercício da cidadania. É nela que também se dá a apreensão de direitos e deveres, o que implica a prática da tolerância, a divisão de responsabilidade, a busca coletiva de estratégias de sobrevivência, laços de solidariedades, apreensão de valores culturais, etc.

Ora, mesmo abordando a família como um dos principais espaços socializadores, tal como realmente foi tratado pelas pessoas entrevistadas durante a pesquisa, neste trabalho desconsideramos, pois, qualquer visão normativa e dogmática dessa instituição, compreendendo que não existe família, num sentido único e específico, fixo e imutável, mas sim várias combinações de sentido e significados circunscritos histórica e socialmente³.

³ Cf. a afirmação a seguir, ilustrando nossa forma de abordagem: “Antes de julgar ou desejar encaixar as

Compreendemos a família a partir da moderna historiografia, isto é, como uma instituição social básica, histórica que se transforma sincrônica e diacronicamente. Dessa maneira, desconsideramos a idéia de um padrão único de organização familiar, um modelo, mesmo que as duas famílias participantes dessa pesquisa sejam composta por pai, mãe e filhos, cuja estrutura, aliás, não resultou de escolha intencional.

Considerando os poucos trabalhos que discorrem sobre a socialização de famílias negras e famílias inter-raciais, partiremos, inicialmente e contraditoriamente, para análise deste material, dos conceitos utilizados por BERGER E LUCKMAN (1976). Inicialmente porque esses dois autores, aliás, foram os primeiros a estudar a construção do sujeito e sua interação com o mundo. Contraditoriamente porque discorreram precisamente sobre o conceito de socialização, do ponto de vista, exclusivamente de famílias brancas. Entretanto desconsideram em seu debate o recorte e a especificidade de famílias negras e inter-raciais. Por isso, de seu trabalho, consideramos alguns pontos, aqueles que ajudam a situar nosso estudo. BERGER E LUCKMAN (1976), sobre a construção do sujeito em sua interação com o mundo, definiram um modelo conceitual para a interiorização da realidade, e diferenciaram dois processos básicos de socialização: o da socialização primária e o da socialização secundária. Todavia enfatizo a importância de se estudar a socialização o socializar-se, destacado pelos autores como socialização primária, quer na perspectiva individual, quer na perspectiva social ou racial, dada a relevância que as experiências compartilhadas com outros grupos, outras pessoas representaram na primeira socialização, assumiram na trajetória de vida das pessoas entrevistadas em nossa pesquisa.

A socialização, nos termos em que conceituam BERGER E LUCKMAN (1976), é um processo de construção social do homem. Dentre as modalidades de socialização, em nosso estudo, tratamos principalmente da socialização primária - processo realizado basicamente pela família, que ocorre desde o nascimento do indivíduo, e por isso, sem que lhe seja possível escolher suas fontes socializadoras, e assim, na fase de socialização primária, o indivíduo permanece restrito a aprender o que lhe é ensinado quase que unicamente pelos mais próximos, sobre a sociedade e a cultura.

peças em modelos preestabelecidos, é necessário ter-se clareza dos próprios conceitos e preconceitos em relação ao tema. Uns e outros estão carregados de crenças e valores que influenciam nossos sentimentos e orientam nossas ações” (SZYMANSKI, 2001, p.8).

A socialização primária possibilita ao indivíduo tornar-se um membro da sociedade. A socialização secundária é subsequente ao processo de socialização primária, podendo ocorrer vários processos de socialização secundária, dependendo da variedade de instituições sociais ligadas ao sujeito ao longo de sua vida. Por meio dessas instituições, vai integrando-se a um gênero, a uma classe, a bairro, a uma religião, a um país, ao gênero.

A partir da importância da socialização primária, enfatizamos, esta, na maneira como os elementos socializadores primários comportaram frente ao processo de socialização secundária, a qual prepara para o trabalho e, portanto, para necessária e inevitável distribuição social do conhecimento. Ela, desta forma, consiste em todo processo de inserção do homem, já socializado, em novos setores institucionais (GOMES, 1994).

A socialização primária representa então mais do que um aprendizado cognitivo:

“[Ela] Ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção (...). A criança se identifica com os outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. Quaisquer que sejam, a interiorização só se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os tronando-os seus” (BERGER e LUCKMAN, 1976, p.176).

Nesse processo, a internalização do mundo ocorre quando o socializado se identifica com os mediadores: pais ou responsáveis. Isso faz com que a socialização primária aconteça num contexto de fortes laços afetivos. Como resultado, ao interagir com outros, a criança aprenderá os hábitos, usos, costumes, atitudes, opiniões e valores predominantes na sociedade ampla e, especialmente, no espaço de inserção de seu grupo social. Esta constitui uma relação dialética por meio da qual o indivíduo internaliza o mundo e, ao mesmo tempo, pode agir para transformar e intervir no seu meio. A criança torna-se um parceiro ativo e, conseqüentemente, suas ações, atitudes e comportamentos sociais não serão meras reproduções das atitudes de seus mediadores; pouco a pouco, a criança pode buscar novas informações em outros lugares, além do espaço familiar (BERGER e LUCKMAN, 1976).

Como já vimos, a socialização primária ocorre num contexto de fortes laços afetivos, motivo pelo qual o mundo internalizado, no decorrer do processo, se torna muito mais persistente e resistente à erradicação do que outras internalizações ocorridas

posteriormente (BERGER e LUCKMAN, 1976). Então, a família pode ser entendida como a unidade subcultural que prepara a criança para atuar em seu meio e em sua cultura. Nesse contexto, ERIKSON (1976) considera de extrema importância o relacionamento da mãe com a criança e aponta importantes fatores para que o resultado da socialização lhe seja favorável ou não: o clima emocional da família, o formato familiar, a situação econômica, os tipos de relações entre pais e filhos, além dos métodos de socialização adotados.

Esse processo obriga-nos a repensar as implicações teóricas acerca da socialização primária, já que não deixamos de considerar que é cada vez mais precoce a introdução da criança em outras agências socializadoras tais como a escola, os internatos e os berçários. Há, os casos em que ocorrem abandono e isolamento, quando não existe qualquer relacionamento estável ou fixo voltados aos cuidados da criança. Há, de considerar ainda, os próprios relatos dos participantes, da pesquisa, que consideram importante não somente a família, a mãe e outros membros, mas, outras instituições como a escola, a rua, clubes...que influenciaram fortemente no processo educativo e no processo de formação da identidade.

Para BERGER e LUCKAMAN, a socialização é vista como um processo compulsório, aplicada a todas as pessoas, portanto, sem distinção de raça. Ora é certo que o processo de socialização ocorre diferentemente entre diferentes grupos étnico-raciais e têm suas peculiaridades quando entra em cena a questão racial, ou melhor dizendo, relações entre diferentes grupos raciais, informadas pela ideologia do racismo. A socialização deve ser entendida conforme diz SILVA (2003), como um processo de construção de conhecimento da sociedade, no qual todos os conhecimentos dão suporte para o indivíduo se relacionar com a sociedade e, a partir daí, nela se situar.⁴

Na família, como em qualquer outro grupo social, grande ou pequeno, criam-se padrões, e cada indivíduo passa a ter uma relação diferente com os outros, conforme posições hierárquicas, tais como raça, grupo social, nacionalidade e afiliação étnica. Isto

⁴ A família, por sua vez, também deve se preocupar em como a instituição escolar, por meio do relacionamento aluno/aluno e professor/aluno, reproduz ou não o esquema estrutural que é binário, que lida com a oposição negro/branco, criança/adulto, bom/ruim, na sociedade. Seus agentes, sobretudo os professores, podem contribuir, consciente ou inconscientemente, para a formação das identidades das crianças negras e mestiças, e isso de forma positiva ou negativa e inferiorizada, o que pode promover a auto-rejeição e a auto-depreciação desses indivíduos.

significa que a criança aprende determinadas normas e valores e se identificará com um grupo particular, diversificado em relação a outros e aprenderá a como se relacionar com outros. Neste trabalho tentamos conhecer as forças que se colocam no interior das famílias participantes do estudo, as que estão interiorizadas, mas podem ser exteriorizadas, mesmo que silenciosamente, por meio de ações imperceptíveis para um estranho, como o pesquisador.

Cabe destacar que alguns padrões de comportamento que a criança aprende são características da cultura e do meio em que ela se encontra, ao passo que outros são peculiares à própria família. A criança aprende valores, sentimentos e expectativas de posição, por intermédio de cada membro de sua família e de outras pessoas com que convive. É preciso considerar que a família exerce, desde muito cedo, grande influência na transmissão de valores e crenças a respeito dos grupos raciais.

BLOOM (1974) propõe que o desenvolvimento da “consciência do eu” tem como pré-requisito a figura do adulto. Entendendo, ainda, que a consciência racial, na socialização primária, desenvolve-se alicerçada no conteúdo das experiências filtradas pelos componentes do núcleo familiar da criança, pode-se dizer que a subjetividade do adulto, responsável pela socialização da criança, torna-se subjetivamente significativa para ela. Assim é que BARBOSA (1987) e SOUZA (1999) destacam que os familiares muitas vezes reforçam normas e monitoram comportamentos em relação aos grupos. Dessa maneira, na socialização primária, por meio das relações sociais, a criança pode ser induzida a sedimentar sentimentos racistas, e pode, além disso, incorporar um modo de pensar negativo em relação a determinados grupos raciais.

Quando nos referimos à indução da criança pelo adulto, tencionamos relacioná-la ao fato de, nesta fase, o adulto é o mediador entre o mundo e a criança. Não é necessário, portanto, realizar qualquer pronunciamento verbal, explícito, a respeito da importância social da cor da pele da criança, pois a atribuição do significado social às propriedades físicas, entre outros atributos, é consequência da compreensão sucessiva que ela vai adquirindo ao se confrontar com sinais de aceitação ou rejeição, implícitos nas atitudes e nas condutas dos membros de seu primeiro grupo de referência. A descoberta das qualidades e atributos físicos influencia no processo de identidade pessoal, além de servir de base para a busca do reconhecimento social. Ainda conforme BLOOM (1974), é

a partir da infância que a criança vai percebendo o baixo prestígio que ela e seu grupo de referência possuem na esfera da vida social.

SILVA (1987) em sua pesquisa realizada com trabalhadores rurais negros, no Limoeiro, Rio Grande do Sul, mostrou que a espacialidade está engajada na construção do mundo, e aí é que se encontram as raízes da identidade, já em outro momento a mesma autora diz o seguinte:

“No encadeamento de ações que constituem as experiências vividas, as pessoas vão construindo sua espacialidade. Isto é, seus espaços de atuação. Parentes, companheiros, circunstâncias de vida, localidades como a comunidade, a vizinhança, o bairro, locais, como a escola, a igreja, o terreiro de religião, o centro comunitário, o trabalho são como que pontos interligados que oferecem referência para a construção daqueles espaços” (SILVA, 1998, p. 389).

Mesmo tendo em conta as creches, pré-escolas e muitas outras instituições voltadas ao atendimento das crianças, as quais também promovem a socialização primária de maneira a auxiliar e complementar a da família, algumas famílias, muitas vezes, permanece como o agente socializador mais importante, pelo fato de ser ela o grupo socializador mais próximo emocional e fisicamente. Dessa maneira, outras instituições organizam e formalizam uma aprendizagem que já se iniciou na família e que terá continuidade nas experiências com a sociedade. Isto é, a família representa um elo forte que liga o sujeito ao mundo, mas ela, sozinha, não é responsável pela aprendizagem da vida social.

Diante disso e considerando que a aprendizagem do racismo começa desde cedo e inclui familiares, amigos, igreja, escola, clube, entre outros, o presente estudo busca compreender as relações inter-familiares, sociais e raciais, que se encontram entrelaçadas mutuamente. Então, as perguntas que surgem e que serviriam de roteiro para as entrevistas são as seguintes: a) o pertencimento racial é abordado pela família inter-racial?; b) a raça é um problema e afeta na socialização dos filhos?; c) como, com quem e de que maneira esses indivíduos se identificam: com o pai ou a mãe branco(a) ou com o pai ou a mãe negro(a)?; d) como, os pais, lidam com a discriminação racial?; e e) como, os participantes da pesquisa, identificam e enfrentam as barreiras causadas pela raça?

Comentário: Referência...

Comentário: Essa afirmativa pode mesmo ser importante, mas está deslocada na frase. Ela está interrompendo uma linha de raciocínio. Talvez merecesse uma frase individual, inclusive mais rica.

Tendo em vista esses questionamentos e a presença do racismo e seus derivados na sociedade brasileira, destacamos a insipiência dos estudos em relação à socialização em famílias negras. Enfatizamos, ainda, a completa ausência de estudos referentes às famílias inter-raciais, uma vez que as pesquisas existentes, em sua maioria, abordam a socialização de modo amplo, sem focalizar o pertencimento racial, o que resulta numa enorme lacuna teórica.

1.2. Pesquisas com famílias negras e famílias inter-raciais

No Brasil os estudos sobre socialização em famílias negras e inter-raciais são lacunares, não havia, interesse, por parte de alguns intelectuais⁵, até pouco tempo, em realizar estudos sobre a especificidade dessas famílias, neste contexto, contribuições importantes têm sido oferecidas⁶ aprofundando as análises iniciadas e desafiando estudiosos a reavaliar os trabalhos disponíveis, ampliando a concepção integracionista sobre família.

BARBOSA (1983), ao estudar a socialização em famílias negras na cidade de Campinas, verificou que os pais fornecem aos seus filhos “elementos ambíguos no processo de socialização”. Isto é, não há, por parte dos pais, uma orientação no que diz respeito ao enfrentamento das questões raciais e, por outro lado, as situações de racismo vivenciadas pelos filhos tem feito com que estes questionem os pais sobre a educação recebida.

Sublinha ainda a autora que, no processo de socialização, não podemos nos esquecer do fato de que “todos os indivíduos que participam de uma vida social recebem, em menor ou maior grau, influências socializadoras, e por isso são mais ou menos ajustados aos padrões da sociedade em que vivem”. A autora destaca esse aspecto com o intuito de enfatizar que tal processo é uma das funções mais importantes

⁵ A partir dos anos 60, estudos de caráter sociológico a respeito da história do negro no período pós abolição, destaca-se a obra de Florestan Fernandes, “a Integração no Negro na Sociedade de Classes”, (1978), segundo seu ponto de vista, aos negros, no período pós abolição, restou apenas conformar-se a participação residual na economia de mercado, por meio de tarefas elementares e desprezadas socialmente. Ver também o artigo de Maria Helena P.T. Machado: Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão, (1988).

⁶ Ver os trabalhos: SILVA (1987), CUNHA (1987), SOUZA (1983), SOUZA (1999), CAVALLEIRO (1998), BRITO (2002).

da família como um todo, e especialmente, da família negra. Barbosa salienta que a família negra:

“Está além de preparar as crianças para desempenhar os papéis exigidos pela sociedade, terá de prepará-las para desempenharem esses papéis em condições especiais, pois aqui a criança terá que saber ser uma criança negra vivendo entre brancos e negros numa sociedade preconceituosa e discriminadora”. (BARBOSA, 1983, p.51)

PACHECO (1987), citando MC QUEEN (1979), fala em duas correntes que dividem os estudos sobre a família negra nos estados Unidos: os que defendem uma teoria adaptativa patológica da família negra, e aqueles adeptos de uma linha saudável. A autora aponta o trabalho de Florestan Fernandes, no Brasil, como contribuição para divulgação da linha patológica de adaptação. De acordo com a autora, para FERNANDES (1978) a “família negra, tal como se manifesta em São Paulo durante nas três primeiras décadas deste século, poderia ser definida como uma família incompleta”. O autor ressalta que seria “impossível em nossos dias determinar a frequência segundo a qual os vários arranjos estruturais se repetiam”. Mas parece fora de dúvida que o arranjo mais freqüente consistia no par, composto pela mãe solteira, ou sua substituta eventual (quase sempre a avó), e seu(s) filho(s). Em segundo lugar viriam os casais “amasiados”, formando o par com o(s) filho(s) dos dois cônjuges (de sua união ou amasiados anteriores). Por fim, os casais constituídos segundo os arranjos matrimoniais sancionados legalmente”. (FERNANDES, 1978, p. 200)

PACHECO (1987) afirma que muito pouco se avança na produção sobre os estudos da família negra brasileira; para o autor, até mesmo a tese de BARBOSA (1983), que tenta fugir ao senso comum de relacionar a família negra a visão anômica, não traz maiores contribuições a essa discussão teórica. Ao optar pelo estudo de famílias negras, organizadas em seus processos de socialização da criança negra, reproduz-se e enfatiza a dicotomia entre famílias organizadas e desorganizadas.

Ainda PACHECO (1987), citando BILLINGSLEY (1968), as famílias negras deveriam ser estudadas a partir delas mesmas, de suas estruturas e modos de funcionamento, e não tendo por referência sempre as famílias brancas, até por que essas

últimas, nem sempre se constituíram nos moldes dos arranjos matrimoniais vistos como legais e corretos⁷.

SILVA (1987), talvez seria a primeira pesquisadora que apreende as famílias negras a partir delas mesmas, não tendo como referência famílias brancas. Em suas narrativas sobre as experiências de uma comunidade de negros trabalhadores rurais no Limoeiro⁸, desvenda o fato de como as pessoas que ali vivem se educam, vasculham, ordenam, reordenam suas vidas e a da sua comunidade, identificando motivos que se agrupam para formar a identidade e a socialização do grupo. Para ela, a formação da identidade na socialização desses negros tem-se dado através do trabalho dessas pessoas, como empregados em uma fazenda. Tanto a identidade econômico-social (trabalhador) quanto a racial (negra) se apresentam como identidades de seres humanos oprimidos, que não têm manifestado, abertamente, atitudes visando a reverter tal situação:

“Embora rejeitem lembrar a época da sua história em que “negro era tratado que nem bicho”, a memória do passado de escravidão está presente no dia-a-dia, nos gestos de subserviência, na dependência do patrão, na preferência pelo trabalho na granja, no trabalhar sem medida para os outros usufruírem e também nos rasgos do desejo de ser livre. Não falar da escravidão, talvez seja para os negros trabalhadores amaneira de aliviar a dor na ferida ainda aberta, e para os brancos, no caso os fazendeiros, um modo saudável de ignorar o quanto seus antepassados e eles ainda hoje estão implicados numa relação em que desumanizam outros seres humanos, desumanizando a si próprios (SILVA, 1988, p. 239).

A autora chama a atenção para o fato de que esses indivíduos constroem sua existência, apesar de pressionados pela sua condição de negros e trabalhadores rurais, e não se encontram passivamente sobrevivendo às circunstâncias das suas vidas.

⁷ Robert Slenes (1994) ao tematizar o período escravista mostra que havia um grande número de casamentos duradouros entre escravos, no Brasil, destaca a família enquanto uma instituição importante na organização da vida dos cativos. Diferentemente do que era apontado na historiografia sobre o tema onde autores como Gilberto Freyre, Emília Viotti (1971 e 1966), Oracy Nogueira (1954), Roger Bastide (1971) e Florestan Fernandes (1964), afirmavam que inexistia família na vida dos africanos e seus descendentes no país.

⁸ Silva (1987) foi uma das primeiras pesquisadoras a estudar as famílias negras a partir delas mesmas, não tendo como referência famílias brancas.

Em 1987, Henrique Cunha Junior⁹ realizou um estudo na cidade de São Carlos, visitando famílias negras nos bairros, aponta para a dificuldade dos pais nas decisões que envolvem informar os filhos das questões referentes ao preconceito, discriminação racial e racismo. Destaca também a preocupação que há nessas famílias em proteger seus filhos do sofrimento que ela provavelmente virá a ter ao entrar em contato com a sociedade mais ampla, enfatiza, outrossim, as reações dos pais frente às denúncias das crianças negras:

- não acreditar nas crianças, pois pensam que tais coisas não existem na escola;
- duvidar que os fatos realmente ocorrem ou se constituem um meio de os filhos resolverem outros problemas, como, por exemplo, não ir à escola ou mesmo buscarem atingir um professor de quem não gostam;
- não dar importância ao fato;
- os pais instruem as crianças quanto a dar respostas, mas ficam inseguros;
- reclamam, na escola, mas duvidar do resultado obtido.

Mesmo existindo dificuldade em trabalhar e abordar questões ligadas a discriminação racial, não podemos dizer que não existe orientação por parte dessas famílias negras, o contexto revela que os pais se preocupam em educar, estão atentos aos processos discriminatórios, percebem as reações de seus filhos frente à discriminação racial. São pesquisadores que trazem contribuições positivas, que tentam aprofundar suas análises, que reavaliam as pesquisas disponíveis, sobre a maneira de se educar, de socializar-se na família negra.

CAVALLEIRO (1998), ao pesquisar a socialização de crianças em famílias negras de baixa renda na região central de São Paulo, aponta que a socialização dos filhos para a vida social, mas, não considera o racismo, o preconceito e a discriminação

Comentário: ??? Alguma anotação particular???

⁹ No período de 1978 a 1981, organizou-se na cidade de São Carlos um grupo de estudos composto por membros do *Centro Congada*, de São Carlos, e do grupo *Gana*, de Araraquara, os quais se tornaram alunos regulares ou especiais dos cursos de pós graduação em educação da universidade Federal de São Carlos.

que ainda imperam em nossa sociedade. Ora, a ausência de estratégias, da parte das famílias, para o enfrentamento, das crianças, do problema no espaço escolar não sinaliza uma acomodação por parte das famílias negras. Sinaliza, como já apontado anteriormente por CUNHA (1987) e BARBOSA (1983), uma estratégia para proteger a criança pequena de sofrimentos que certamente virão.

Em pesquisa anterior¹⁰ (BRITO, 1997), realizada na cidade de Franca, interior de São Paulo, verificou-se que as famílias negras relatam não saber como enfrentar a discriminação, dizem não haver, inclusive, referência sobre orientação no que diz respeito ao pertencimento racial. Os relatos revelam que quando surge alguma atitude discriminatória, os pais, muitas vezes, vão ao local onde a agressão aconteceu, pedir explicação sobre o fato, o que significa dizer que há reação contra a atitudes discriminatórias. Logicamente que essa postura não é compulsória a todas as famílias negras

Por outro lado SOUZA (1999), em sua tese os educadores e as relações inter-étnicas: mestres e pais, verificou que tanto a escola como a família não fornecem elementos para o desenvolvimento da identidade social e étnico das crianças negras, observando, além disso, que a família negra não orienta seus filhos para o fato de que “de que a cor de sua pele e outras características físicas e culturais irão influenciar suas relações sociais futuras”. Notou, ademais, que em geral nenhuma providencia é tomada pelos pais em relação ao preconceito e à discriminação até que apareça um problema específico. Por outro lado, os pais estimulam os filhos a estudarem, como forma de atingirem uma vida melhor. Por isso, Souza sublinha o fato de que o propósito das famílias negras não foge aos objetivos de qualquer família, que seria o de promover um contexto que supra as necessidades primárias de seus membros, referentes à sobrevivência, segurança, alimentação e a um lar, ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e social e ao sentimento de ser aceito.

¹⁰ Brito, A.E.C de. “A atuação dos educadores na formação da identidade da criança negra na escola”. PIBIC/CNPq/UNESP. Sob a orientação da profa. Dra. Irene Sales de Souza. 1997.

Em todas essas pesquisas, é importante enfatizar que a influência da família nas situações que envolvem discriminação racial é decisiva desde muito cedo. Como bem destacou CUNHA (1997) e ROSEMBERG (1997), BRITO (1987), CAVALLEIRO (1998) quando os pais não dão importância aos fatos discriminatórios, os filhos podem manifestar desde insegurança, desconfiança e desprezo, até rebeldia, bloqueio, entre outros.

Podemos considerar que dentre as diversas formas de socialização, praticadas por essas famílias participantes, apontam, em uma primeira análise, para um despreparo das mesmas diante do racismo, do preconceito e da discriminação racial. A dificuldade em se falar de acontecimentos e situações que provocam mal-estar emocional podem ser estratégias de ação para o enfrentamento do problema, pois as próprias famílias têm dificuldades em lidar e relatar episódios tão delicados, entretanto um retorno aos relatos revela, que as famílias negras mesmo demonstrando despreparo e desconforto, diante de um problema tão delicado, demonstram também atitudes de resistência e constestamento, também orientam e lutam contra o preconceito e a discriminação racial. Para compreender melhor como se processa a socialização nessas famílias retomei e reli inúmeras vezes outra pesquisa realizada por mim, entre os anos de 1997 e 2000, tentei desmontar os relatos e desvendar o que havia por detrás do “despreparo” dessas famílias, o que permitiu concluir que as atitudes dessas famílias, mesmo com as dificuldades, não são tão ingênuas e despreparadas quanto parecem, ou como meu olhar enviesado havia percebido. Citando e reinterpretando uma conversa entre eu e Sergio¹¹, negro de 34 anos advogado, cursou direito na UNESP-Franca/SP, casado com uma mulher branca pai de três filhos. Sergio diz que o curso de direito na UNESP era considerado como um curso de elite, percebe que o próprio negro¹², muitas vezes, estão atentos as discrepâncias raciais que existem na nossa sociedade, relata que antes de se casar sentou-se com sua esposa e conversou sobre o preconceito e a discriminação que seus filhos seriam vítimas por serem filhos de negros:

¹¹ Entrevista realizada em 1988, na cidade de Franca interior de São Paulo, sob o financiamento da FAPESP.

¹² Sergio filho de pai negro e mãe branca se identifica como negro.

“Conversamos, conversamos muito principalmente por causa dos meus meninos, né?! Mesmo quando eu fui me casar com ela, fui falar com a família dela, eu expliquei para ela que nós não sabíamos como poderia sair os filhos. E ... até alertei que ela poderia ter problemas relacionados a isso. As pessoas poderiam criticar, poderiam perguntar... embora nosso país dizem que é um país que não tem preconceito existe muito preconceito.” Sergio, Franca, nove de Setembro de 1998.

Quando os membros que compõe a família não nega o racismo brasileiro, ou seja, como diz CUNHA (1987), quando as crianças são preparadas em casa, têm mais facilidade para reagir frente aos efeitos da agressão; assim, os fatos são mais facilmente superados. É o que pude comprovar em trabalho anterior, (BRITO,1998), ao entrevistar Gerônimo¹³, ex- pai, negro, considerado de classe média na cidade de Franca. Na ocasião, fui informada, por ele, de que ele e sua esposa orientava suas filhas sobre o racismo e a discriminação racial. Descreveu, então, uma situação de discriminação vivenciada por sua filha numa escola particular da cidade, cujo destaque é a reação da filha, que ela já tinha sido alertada pelos pais sobre os possíveis atos discriminatórios que sofreria por ser negra:

“Olha no dia que ela me contou, né. Que uma menina falou prá ela, que ela era preta. Ela me contou já contando prá mim que ela já tava, sabe eu achei interessante, ela não veio reclamar, ela veio me dizer que já estava acontecendo aquilo que eu esperava que acontecesse. Já tinha conversado sobre isso lá em casa, as meninas vão percebendo claramente isso, né, porque elas, porque eu assumo a minha negritude sabe. Hoje a cada dia eu assumo com mais tranquilidade, mais clareza. Então, esse fato, de ela perceberem que o pai assume que é negro, facilitou elas ter a consciência da realidade da discriminação. Quando tá acontecendo, no caso da Lídia, isso ocorreu uma vez só, então, mas a reação ela foi fantástica, ela viu, ela percebeu, e não precisou de eu explicar prá ela que existe a questão. Porque fez parte de um processo natural, tá. Naturalmente, e isso prá mim foi uma alegria muito grande. Não, ela não reagiu, ela ouviu e já captou tá certo ? Ela já entendeu na hora e não

¹³ Em 1998 pude realizar uma pesquisa com seis casais inter-raciais (negros e brancos), A pesquisa que se intitulava: “Nem preto nem branco: a ideologia do branqueamento e o medo de ser negro numa sociedade de contrastes”, hoje me surpreende, pois o medo, fruto de minha ingenuidade e inexperiência, se transformou em coragem e luta. A maioria dessas famílias mesmo relatando que não sabiam como trabalhar a questão do racismo e da discriminação com seus filhos, revelaram que tinham estratégias para lidar com esse assunto tão delicado. BRITO. A, E, C de. “Nem preto nem branco: a ideologia do branqueamento e o medo de ser negro numa sociedade de contrastes”. FAPESP (1998) .

discutiu com a pessoa. Porque é a inocência, né. Mas a Lídia eu percebi assim, que ela tem uma consciência muito forte disso” (Gerônimo).

Essa pesquisa apresenta relatos de experiências positivas sobre orientação das famílias a cerca do racismo, o preconceito e a discriminação racial. Necessita-se, portanto, de outras pesquisas, que sejam sensíveis aprofundem sobre o tema e confirmem maior relevância a esse ponto.

A reflexão sobre o processo de socialização em famílias negras e em famílias inter-raciais é muito incipiente no Brasil. Uma análise para a sua compreensão se torna, pois, indispensável, dada a sua importância na constituição do ser. Conforme GOMES (1990), “ao final do processo de socialização a criança não só domina o mundo social circundante, como já incorporou os papéis sociais básicos – seus e de outros, presentes e futuros - mas, acima de tudo, já adquiriu as características fundamentais de sua personalidade e identidade”. (GOMES, 1990, p.60).

No que diz respeito à socialização em famílias inter-raciais formadas por negros/as e branco/as, é necessário apreender como os agentes envolvidos no processo de socialização (no caso, pai e mãe) transmitem questões referentes às diferenças étnico-raciais; como ocorre esse diálogo e quais os mecanismos que esses agentes utilizam para lutar contra o preconceito e a discriminação racial, buscando identificar as formas de lidar com ele nos diferentes espaços institucionais; qual seria, enfim, a compreensão da criança sobre esses fatores. Como essas famílias preparam seus filhos para o pertencimento racial?

Retomando e recuperando outro estudo realizado por mim em 2000¹⁴ aponto um relato de Roberta 21 anos estudante de direito na UNESP, filha de negro e branca, Roberta diz que sua mãe, que era negra, tinha uma visão crítica sobre o significado de ser negra e da maneira de como educar os filhos, talvez o fato de sua mãe ser negra e de ter vivenciado situações de discriminação ter contribuído para que tivesse uma postura crítica e contestadora diante de situações de preconceito e discriminação envolvendo seus filhos.

Tentando reponder a algumas indagações que a pesquisa realizada em 2000 não

¹⁴ Este estudo abrangeu somente os sujeitos socializados os filhos de relacionamento entre negros e brancos: os mestiços. Brito, A.E. C. de. Famílias interétnicas e a educação informal dos filhos mestiços: perspectivas e dificuldades. Relatório de pesquisa I Concurso Negro e Educação São Paulo, 2000.

conseguiu concluir, tentamos extrair nas falas desses sujeitos (filho, mãe, pai), onde se dá a ruptura, a modificação; como esses filhos vão construindo seu pertencimento racial dentro dessa mesma estrutura social que discrimina e silencia. Naturalmente, devemos entender a socialização e a própria identidade como um processo dinâmico, que possibilita a (re)construção gradativa da personalidade no decorrer da existência do indivíduo.

1.3. Marcadores sociais e epistemológicos

É fato que as concepções de branco e negro foram, durante muito tempo, sobretudo no período colonial, associadas a qualidades morais e religiosas e não a fenótipos de natureza biológica, isto é, como categorias "divinizadas". Também é sabido que o ideário de transformação de *cor* perpassou longos períodos históricos e tem sido marcado por diferentes concepções paradigmáticas do mundo e do ser humano. Tais concepções são expressas através de diversos critérios, que se transformaram ao longo do tempo: religiosos, naturalizantes, biologizantes, *culturalistas*. Destaca-se a idéia, antiqüíssima, de *branco* e *preto (negro)* a qual, *com o decorrer do tempo e em razão de mudanças paradigmáticas*, foi relacionada, em certo momento histórico, também a concepções raciais (HOFBAUER, 1999). A fim de compreender como e por que esses conceitos são usados ainda hoje, reportamos, primeiramente, a esta última conceituação, que vem sendo utilizada na realização dos censos brasileiros.

O primeiro recenseamento geral da população brasileira foi realizado em 1872. Nesta oportunidade, o quesito "cor" era subtópico da classificação das condições sociais: "livres" e "escravos". Os termos escolhidos para classificar a cor da população foram: branco, preto, pardo e caboclo. Os pardos foram compreendidos como sendo resultantes da união entre brancos e pretos; já os caboclos envolveram os indígenas e seus descendentes, lembrando que os termos branco, preto e pardo são cores, mas caboclo possui origem racial. Assim, o censo de 1872, de acordo com PIZZA e ROSEMBERG (2002), parece ter usado um critério misto de fenótipos e descendência para a caracterização racial da população.

O segundo censo geral ocorreu em 1890:

“Publicou dados sobre cor somente para a população geral e por estado civil. Utilizou os termos branco, preto, caboclo e mestiço. O critério misto é novamente utilizado, só que, neste caso, mestiço (referindo-se exclusivamente ao resultante da união de pretos e brancos) e caboclo estão vinculados à descendência”. (PIZZA e ROSEMBERG: 2002, p.94)

Quanto ao mestiço, o termo refere-se à cor, mas, ainda de acordo com PIZZA e ROSEMBERG (2002), em alguns documentos do século XVIII, pode-se encontrar a condição de mestiço (mulato) vinculada a um critério de descendência.

No que diz respeito ao recenseamento brasileiro, no início do século XX os censos de 1900 e 1920 não incluíram cor em sua coleta de dados. A coleta do censo de 1940 é considerada a “idade de ouro” dos censos nacionais. Foi o primeiro da série de censos modernos decenais e, sobre a questão que nos interessa, atribuiu à população brasileira as cores branca, preta, parda e amarela, além de dar início à inclusão de quesitos especiais sobre a população feminina - fecundidade e mortalidade. Os termos utilizados para designar a cor não mais variaram a partir desse censo. O censo de 1950 seguiu, regidamente, os critérios das cores utilizados no censo de 1940. Os censos de 1960 e 1980 explicitaram apenas a classificação estabelecida para a coleta. Já o censo de 1970 não coletou a cor, nem foi explicado o motivo.

Por sua vez, percebe-se que, nos recenseamentos oficiais brasileiros, o termo “mestiço” foi utilizado pela primeira vez em 1890, sendo definido como a união entre negros e brancos. Ora, O termo mestiço é antigo, assim como a idéia de branqueamento. Assim, não pretendo elaborar análise minuciosa sobre o assunto¹⁵, posto não ser este o objetivo do nosso trabalho. Contudo, apenas para situar o leitor, devemos lembrar que essas idéias são anteriores ao pensamento brasileiro e que, em razão de mudanças paradigmáticas, foram se transformando.

HOFBAUER (1999) nota que, anterior ao recenseamento, a palavra mestiço aparece pela primeira vez no Brasil em 1552, numa das cartas jesuíticas, sem que o autor esclarecesse seu conteúdo semântico. Na tentativa de reconstruir o sentido etimológico da palavra, o autor afirma que houve não apenas a transformação semântica

¹⁵ Para um estudo minucioso sobre a mestiçagem e a ideologia do branqueamento ver: HOFBAUER A. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1999. MUNANGA, K. Redescutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade

do conceito, mas também houve concepções ideológicas mais amplas a ele ligadas. Citando FORBES (1993), o autor aponta para a Enciclopédia Portuguesa de 1569 como o primeiro registro dessa palavra. Destaca que, no dicionário português-latim de Hieronymo Cardoso, mestiço é explicado por meio dos sinônimos:

"ibria" (*hybrida*) e *mulato*, "homem mulato". Deriva-se da palavra latina tardia *mixticius* "misturado". Enquanto que na Península Ibérica esse conceito era usado inicialmente para referir-se aos "moçárabes", considerados como: "cristãos arabizados". Ainda citando Forbes demonstra que na Roma antiga o conceito de *hybrida* era aplicado para designar a mistura entre "domesticado e selvagem" e também para denominar um "filho de um pai romano e uma mãe estrangeira, ou de um livre e um escravo". (HOFBAUER, 1999: 65-66)

MUNANGA (1999) foi um dos primeiros a estudar, de forma mais precisa, o fenômeno da mestiçagem sob a perspectiva de uma história das idéias. Em seu livro *Redescutindo a mestiçagem no Brasil* (1999), destaca que a mestiçagem, do ponto de vista populacional, é um fenômeno universal, e as denominações levantadas acima, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível, são categorias cognitivas largamente herdadas da história da colonização. E é, justamente, através dessas categorias cognitivas, com conteúdo mais ideológico do que biológico, que costumamos pensar nossas identidades, sem nos darmos conta da manipulação do biológico pelo ideológico.

Em seus estudos, MUNANGA demonstra que nos dicionários e enciclopédias do século XVIII as dificuldades de se encontrar um termo geral capaz de recobrir a diversidade dos casos de hibrididade é notória; o termo "mestiço", nesse sentido, é reservado somente à mistura espanhol/índio e o termo "mulato", à mistura branco/negro. Por sua vez, o termo "mulato" (do espanhol *mulo*), tem nitidamente conotação mais pejorativa do que o termo mestiço, posto que no século XVIII os índios tiveram certa revalorização através do mito do bom selvagem de J.J.Rousseau e da aceitação das civilizações Incas e Maias. A terminologia, diz MUNANGA, é um pretexto cômodo para insistir sobre o aspecto animal do fenômeno. Mais tarde, há certa evolução da enciclopédia e seus suplementos, caracterizada pela passagem de uma concepção negativa (a hibrididade animal, conseqüência da imoralidade de alguns

negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Comentário: Insira a referência ou redija o nome inteiro.

brancos) para uma concepção positiva (o mestiço sendo considerado um indivíduo fisicamente mais vigoroso). É provável, segundo alguns autores, que essa versão positiva se deva a motivos econômicos e políticos: o mulato livre era um consumidor, além de ajudar na repressão e na captura dos escravos fugitivos (MUNANGA, 1999, p. 20).

O conceito “mulato”, nos estudos de HOFBAUER (1999), é registrado como pertencendo a uma raiz árabe, o que se opõe às interpretações que classificam o termo como um derivado de “mulo” e apontam para uma analogia humana daquilo que é o produto híbrido do cruzamento entre duas espécies de animais diferentes. Para Hofbauer, teria ocorrido, então, uma espécie de convergência "semântico-funcional" entre as palavras árabes *mawla* e *muwallad*. O autor sublinha :

"A explicação afina-se com a origem etimológica da palavra árabe *mawla*, que é derivada do verbo 'awla, que quer dizer "governar, reinar, mandar". O substantivo indica "relações de dependência ('clientelismo'), de proteção senhorial e serviço servil": dependendo do contexto, pode significar tanto patrão ou protetor quanto protegido ou agregado. A palavra *muwallad*, de outro lado, que provém do verbo *wallada* (gerar, procriar) (...), significa simplesmente "procriado", mas o uso deste conceito árabe em textos antigos tem sido interpretado como "pessoa adotada" ou "convertida". (HOFBAUER: 1999, p.21)

Segundo o autor, houve ao longo do tempo, uma mudança semântica dos termos. A tradução, também usual, de *muwallad* por "descendente de um pai árabe e uma mãe estrangeira ou de um pai escravo e de uma mãe livre” aproxima ainda mais o conceito e a semântica inicial arcaica de *mestiço*. Isso se dá porque, no dicionário de H. Cardoso, de 1569, *mulato* consta como sinônimo de *mestiço*.

Ainda HOFBAUER, citando FORBES, os conceitos de origem árabe devem ter sido "sobrepostos" à palavra de origem latina, que expressa o "produto híbrido" entre égua e jumento. Essa fusão gradual assinalada por Forbes reflete também as transformações na concepção de mundo. O conceito de mulato¹⁶ de maneira nenhuma

¹⁶ HOFBAUER, novamente citando FORBES (1993), sublinha que nos relatos jesuíticos do Brasil, escritos entre 1550 e 1580, não se recorreu ao conceito de *mulato* (1993, p.165). O mesmo autor demonstra que, nos primórdios da época colonial da América do Norte, a palavra *mulato* referia-se com mais frequência a descendentes de casamentos entre nativos e africanos do que a filhos de europeus e africanos (HOFBAUER,1999).

era definido como o produto do cruzamento entre a raça branca e a raça negra; a terminologia mestiço e mulato não expressavam a ‘degenerância biológica’, ou ‘cogitações poligenistas’. Ao longo do século é que a idéia de raça se transformou num dado biológico definido por um conteúdo essencialista.

A idéia de mestiço transforma-se numa espécie de problema epistemológico a partir do momento em que as raças humanas são definidas de forma mais essencialista. Com a essencialização, ou naturalização das raças, o conceito de mestiço se desenvolveu de acordo com as mudanças paradigmáticas que foram ocorrendo. Conforme análise feita por Hofbauer, a utilização das palavras mestiço e mulato tinha uma conotação substancialmente diferente da que tem atualmente, uma vez que não se apresentavam como produtos de um "cruzamento" entre dois elementos essencialmente diferentes; assim, os termos sofreram transformações semânticas ao longo do tempo (HOFBAUER, 1999).

Outro autor Eduardo de Oliveira e Oliveira (1974) faz uma reflexão sobre os mitos e fatos do sistema das relações raciais brasileira, a partir da análise da obra de Degler (1970)¹⁷ que estuda a realidade brasileira fazendo história comparada entre Brasil e Estados Unidos, Degler acentua que o elemento central que diferencia Brasil e Estados Unidos no que diz respeito as relações raciais é o papel atribuído ao mulato, identificando-o como o *escape hatch* (válvula de escape, saída de emergência) vê no mulato o elemento de escape, mediador, não conflitante entre os pólos negro e branco, acrescenta ainda que no Brasil quem tem um pouco de sangue branco é branco, nos Estados Unidos é preto. Degler (1970) tenta encontrar pistas das diferenças significativas nas relações entre os dois povos, através da origem do mulato como um tipo socialmente aceito. Considerando os estudos de Degler (1970), Oliveira faz o seguinte comentário:

“No geral o livro pode ser descrito como uma tentativa de captar a natureza das relações entre brancos e negros nos Estados Unidos vendo como elas se configuram num outro contexto nacional e social: o

¹⁷ DEGLER, C.N. *Neither Black, nor White: Slave and Race Relations in Brasil and the United States*, Nova York, MacMilan, 1970.

brasileiro. (...) Na verdade estamos diante de um trabalho altamente controverso, e por vezes não sabemos se o autor é movido pela paixão ou pela razão.”

Oliveira (1974) considera que o lugar paradisíaco ao qual Degler tenta conceder aos mulatos em nossa sociedade¹⁸, “desvenda o limbo em que eles se encontram”, atesta que as relações raciais são por definição relações de coerção, podendo ou não ser antagônicas, mas são sempre oposições polares, ressalta ainda que o mulato *scape hatch* não é mais do que uma deformação de percepção, e que Degler confunde categoria social com categoria racial de mulato. Para Oliveira o mulato social existe tanto no Brasil como nos Estados Unidos, mas o mulato social apenas no Brasil, deve-se, no entanto, procurar entender qual o lugar social que se atribui a esta mistura (OLIVEIRA, 1974,p.70-1)).

1.4. O ideário do branqueamento: considerações básicas

Dentre os intelectuais que mais se destacaram na proliferação do ideário do branqueamento, MUNANGA (1999) destaca as figuras de Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João batista de Lacerda, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, dentre outros. Todos eles, baseados em idéias racistas, destacam a inferioridade do negro no processo de formação da identidade étnica do país. Eram esses intelectuais, salvo alguma exceção, influenciados pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início do XX e, portanto, acreditavam na superioridade da raça branca, na inferioridade da raça negra e na degenerância do mestiço. Na tentativa de pontuar brevemente alguns dos pensadores que mais se destacaram na divulgação dessas idéias na virada do século, faremos uma breve apresentação das principais idéias interpretadas por eles.

No pensamento de ROMERO (1949), o mestiço é visto como um elemento

¹⁸ “Acreditamos que ao atribuir ao mulato um lugar reservado em nossa sociedade, o autor também sofra, quem sabe involuntariamente, daquele daltonismo de que somos acusados por Roy Nash, para quem somos “o mais daltônico dos povos, a ponto de olhar na cara de um homem negro e não ver mais do que um homem”, sem enxergarmos o problema que ele representa”. OLIVEIRA, E. O. e O mulato, um obstáculo epistemológico. In: Revista Argumento. AnoI, n.3, jan. São Paulo: 1974,p.65-74.

positivo, pois dizia ele: "Se não somos mestiços no sangue somos mestiços na alma" (ROMERO, 1949, p. 85). Atingir a raça branca, por sua vez, era o objetivo final:

"A minha tese, pois é que a vitória *na luta pela vida*, entre nós, pertencerá, no porvir ao branco; mas que este, para essa mesma vitória, atentas as *agruras do clima*, tem necessidade de aproveitar-se do que útil as outras duas raças lhe podem fornecer, máxime a preta, com que tem mais cruzado. Pela *seleção natural*, todavia, depois de prestado o auxílio de que necessita, *o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo*. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuirão largamente para tal resultado: — de um lado *a extinção do tráfico africano* e o desaparecimento constante dos índios, e de outro *a emigração européia!*". ("A litteratura brasileira e a critica moderna", 1880, apud AZEVEDO, 1987, p. 71.)

Prevalece, então, a raça branca:

"O elemento branco tende em todo o caso a predominar com a internação e o desaparecimento progressivo do índio, com a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração européia, que promete continuar". (ROMERO, 1949, I, p. 103-104)

Por outro lado, NINA RODRIGUES (1939) entendia o *mestiçamento* da população brasileira como um processo complexo, que estava em vias de formação:

"Os typos mestiços de hoje talvez desapareçam amanhã, passando ainda por diversas fôrmas de transição para chegar a um producto final uniforme e é certamente pouco razoavel pretender identificar todos esses estadios da evolução ethnologica". (RODRIGUES, 1939, p. 197)

Nina Rodrigues rejeitava a idéia de uma raça mestiça, mas dividia a população brasileira em seis grupos: brancos, negros, mulatos, mamelucos ou caboclos, cafuzos e pardos. Acreditava, então, que os indígenas e *mestiços* destes (os caboclos) desapareceriam em pouco tempo devido a sua inferioridade numérica e *racial*. O autor não acreditava na unidade ethnica, presente ou futura, da população brasileira, e afastou, além disso, a hipótese de que os *pardos*, também definidos como mestiços complexos, seriam o tipo futuro da nossa população (RODRIGUES, 1939, p. 210). Por outro lado,

acreditava na degenerescência do ‘mestiço’, configurando uma teoria baseada no racismo científico, na superioridade das ‘raças’, a qual se apoiava na teoria racista/evolucionista de Charles Darwin.

As idéias de Nina Rodrigues se difere das idéias de Romero, pois a mestiçagem seria resultado de algo oposto ao citado por Romero. A miscigenação, de acordo com Nina Rodrigues¹⁹ (1939) levaria ao enegrecimento da população em vez de branqueamento, como acreditava Romero.

João Baptista Lacerda, diretor do Museu Nacional, tinha uma concepção de raça menos essencializada e menos biologizante do que a de Nina Rodrigues. Para ele, o desaparecimento do *negro* era visto como uma consequência "lógica", uma questão de tempo. Sua crença em Deus sobrepuja à sua crença na razão iluminista; por isso, apesar de integrar um vocabulário mais moderno, usual na virada do século, não abriu mão da idéia da vontade divina, entendida como causa última dos fenômenos naturais. Assim, as explicações de Lacerda a respeito das diferenças humanas conjugam argumentos de vários ideários: racionalidade iluminista, idéias evolucionistas e concepções raciais, especialmente no que diz respeito às variações de *cores* de pele. Em trabalho apresentado no *Congresso Universal das Raças*, Lacerda afirma que o produto do casamento entre *branco* e *negro* não constituía uma *raça* própria em razão da sua pouca estabilidade. Isso fazia com que em novos cruzamentos tendessem a voltar ao tipo *branco* ou *preto*.

O *mestiço* não estaria em vias de se transformar em branco. Em vez disso, conforme Lacerda, os *mestiços* seriam fisicamente mais fracos que os *negros*, mas, ao mesmo tempo intelectualmente superiores aos representantes da "*raça negra*" (LACERDA, 1911). O autor acreditava, então, que dois fatores importantes transformariam o Brasil num dos "principais centros do mundo civilizado": a imigração européia e a seleção sexual - os brancos viriam a "*clarear*" a população.

¹⁹ NILMA LINO GOMES (1995), se refere ao pensamento de Nina Rodrigues observando que o autor não via na mestiçagem uma saída para resolver o problema étnico do Brasil e nem uma resposta para a questão da nacionalidade. Já de acordo com SEYFERTH (2001), a contradição no pensamento de Nina Rodrigues está no fato de, por um lado, ele enfatizar a contribuição do negro escravo para o desenvolvimento da sociedade e condenar as perseguições policiais aos *candomblés* e a outras manifestações das culturas negras; por outro, o autor é um determinista racial radical, cujas argumentações sobre a inferioridade dos não ‘brancos’, especialmente dos ‘negros’, têm raízes na antropologia criminal de Lombroso e Ferri e no evolucionismo racial articulado às classificações tipológicas e à eugenia. Segundo seus termos, mesmo os “mestiços superiores”- isto é, os que tendem a

Por sua vez, MUNANGA (1999) sublinha o fato de que, com o fim do sistema escravista, em 1988, uma nova categoria de cidadãos aparece: os ex-escravizados negros. A esse respeito os pensadores brasileiros²⁰ formulam uma grande questão que, até então, não era tida se demonstrado crucial: como se daria a transformação daqueles cidadãos em elementos constituintes da nacionalidade de forma a tornar o país uma nação e se extrair uma identidade nacional²¹?

Já para HOFBAUER:

“O apego ao ideário do *branqueamento*, no final do século XIX, *expressa muito mais uma resistência a mudanças em direção à formalização (leia-se: burocratização) das relações sociais e das estruturas de poder*. Isto é, expressa uma resistência à instalação das estruturas de um “estado de direito”, burocratizado e impessoal, cujas bases filosóficas se assentam naquelas teses (iluministas, raciais e evolucionistas) que levam à “essencialização” dos critérios e mecanismos de inclusão e exclusão e, com isso, *restringem*, entre outras coisas, a *negociação contextual do limite entre o “eu/nós” e “os outros”*. Tanto o Iluminismo quanto o evolucionismo e as “teorias raciais” faziam parte de uma história das idéias que caminhava na direção da inflexibilização dos critérios de inclusão e exclusão (isto é, dos critérios de definição do “outro”). Ao mesmo tempo que esse processo servia para formalizar as relações sociais e burocratizar as relações políticas, os deveres e os direitos dos incluídos, ele ergueria também fronteiras rígidas e cada vez mais impermeáveis para os excluídos (os não-iluminados, não-evoluídos e racialmente inferiores”. (HOFBAUER,1999, p. 22)

Em sua análise, aliás minuciosa, o autor enfatiza que não havia incoerência entre o ideário do *branqueamento*, de um lado, e a sociedade *escravista* e o pensamento ideológico da época colonial, de outro. Em vista disso, argumentamos, junto com o autor, que foi o pensamento iluminista e, depois, as chamadas teorias raciais clássicas e as teses evolucionistas que essencializaram, ou naturalizaram, as noções de igualdade e diferença (HOFBAUER,1999, p.23). Fazendo uma reavaliação da história do

voltar ao pólo ‘branco’ das ‘raças’ originais – aliam inteligência à fraqueza moral e à inércia.

²⁰ Para um estudo mais preciso veja-se BASTIDE, 1985; IANNI, 1988; MOURA, 1983; SKIDMORE, 1989; SEYFERTH, 1995; REIS, 1993; SCHWARCZ, 1996; MUNANGA, 1997.

²¹ Segundo Lilia Moritz Schwarcz, em seu livro *O espetáculo das raças* (1993), os cientistas sociais tinham, então, um sério problema a resolver: como contar a história de um país majoritariamente negro e mestiço, nascido e prosperado sob a proteção da escravidão negra e, ao mesmo tempo, manter-se próximo aos modelos europeus de civilização os quais consideravam negros e mestiços não civilizados? Schwarcz destaca que, por meio de diferentes maneiras, o país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas raças, de acordo com a autora, passariam por um processo acelerado de cruzamento e seriam depuradas mediante uma seleção natural, supondo, então que o Brasil

branqueamento, Hofbauer formula, em sua tese de doutorado, duas hipóteses sobre o branqueamento. Na primeira, o autor ressalta que a idéia do branqueamento teria sido desenvolvida no final do século passado como uma espécie de derivação, ou readaptação, das "teorias raciais ortodoxas; afirma, além disso, que esta não seria uma teoria genuinamente brasileira:

“Pretendo mostrar que o "ideário de transformação de *cor*" perpassou longos períodos históricos e tem sido marcado por diferentes concepções paradigmáticas do mundo e do ser humano, expressas por diversos critérios que se transformaram ao longo do tempo: religiosos, naturalizantes, biologizantes, *culturalistas*, etc. As idéias *raciais* que foram elaboradas no século XVIII, na Europa (p. ex. Buffon, Blumenbach), contavam ainda com a possibilidade de que, devido a contextos ambientais específicos, ocorressem mudanças de *cor* ("em direção ao *branco*") dentro de um único grupo racial”. (HOFBAUER: 1999, p. 17)

Diz o autor que quase um século antes de Lacerda, considerado o primeiro cientista a pronunciar um pensamento ordenado sobre a idéia do *branqueamento*, outros pensadores, tais como Franco e Sequeira, já haviam delineado uma projeção do branqueamento da população brasileira. Para estes, tal fato aconteceria aproximadamente num prazo de cem anos.

Na segunda hipótese de Hofbauer, a que nos referimos acima, encontramos:

“As concepções ‘essencializadas’, divulgadas pela Unesco a partir dos anos 50, deram sem dúvida um novo enfoque temático, por outro lado *também induziram a uma mudança teórico-conceitual*. Assim para "medir" as desigualdades e as discriminações, os pesquisadores acabaram recorrendo a concepções de *negro* e *branco*, permitiram "desmascarar" o mito da "democracia racial", mas, ao mesmo tempo, dificultaram a compreensão da dinâmica dos processos de inclusão e exclusão característicos do cotidiano brasileiro. Ao projetarem grupos de *cor* tipologizados concretos na história do Brasil, os autores¹ conceberam o "antigo regime" como uma "sociedade de castas" (ou "sociedade dicotomizada" entre "*branco*" e "*negro*")”. (HOFBAUER: 1999, p. 17)

Para HOFBAUER foi essa perspectiva que conduziu os pesquisadores a indicarem a abolição como o momento inicial do branqueamento. Além disso, conforme

seria um dia um país branco; os negros seriam assimilados pelos brancos (SCHWARCZ, 1993).

HOFBAUER (1999) , considerando que o ideário do *branqueamento* é anterior ao pensamento brasileiro e esteve em constante atualização desde as pregações jesuíticas até os discursos modernizadores dos políticos do fim do século XIX, pode-se falar de um espectro de negociação pessoal e contextual das posições sociais dentro de um esquema preestabelecido. O fato é que a ideologia do branqueamento influenciou e vem influenciando pessoas ao longo do tempo, algumas vezes de forma a dificultar (...), outras vezes como forma de resistência dos negros e seus descendentes.

Gilberto Freyre retoma a temática racial, considerada até então como chave para compreender o Brasil e a questão da identidade nacional. “Porém ele desloca o eixo da discussão, operando a passagem do conceito “raça” ao conceito de cultura”. (MUNANGA,1999, p.78). A idéia de branqueamento, para Freyre, não se iguala às projeções quase matemáticas de Lacerda ou de Vianna, desenvolvidas a partir de concepções fortemente biologizadas, pois se baseia em idéias "culturalistas". Tal concepção comporta agora a existência de certas "manchas coloridas”.

FREYRE identifica-se com os ideais da miscigenação e do branqueamento da seguinte maneira:

“...o problema do negro, entre nós, está simplificado pela miscigenação larga que alargou tudo, só não chegando a um ou outro resto mais só e isolado de quilombo ou a um outro grupo ou reduto de brancos mais intransigente nos seus preconceitos de casta de raça (op. cit., p.649).”

O autor mostra que os ‘negros’, índios e ‘mestiços’ deram contribuições positivas à cultura brasileira, influenciaram no estilo de vida, na comida²², surgindo, assim, o tão famoso mito da democracia racial²³ bastante difundido em nosso país. É essa a idéia amplamente difundida por Freyre: “somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito”. O autor preconiza um

²² Infelizmente essa visão da formação do povo brasileiro está presente ainda hoje nas famílias, nas escolas, nas ruas, nos clubes, etc. Ainda se discute a participação do negro, índio e mestiço na formação da sociedade brasileira como meras “contribuições”.

²³ O mito da democracia racial impede os membros das comunidades não brancas de terem consciência, impõe mecanismos de exclusão dos quais são vítimas na sociedade e encobre os conflitos sociais, afastando os negros e os mestiços da tomada de consciência sobre suas características culturais, as quais, inclusive, teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são ‘expropriadas’, ‘dominadas’ e ‘convertidas’ em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. Esse mito vem servindo ao triste papel de favorecer a discriminação racial.

universalismo ambíguo, temperado pelo conceito de meia raça; além disso, parecia estar consciente de que sua defesa do *branqueamento* se inseria num ideário ocidental de longa tradição.

Ao postular a conciliação entre as 'raças' e suavizar os conflitos, Freyre (1951) nega o preconceito e a discriminação, atribuindo aos 'negros' e 'mestiços' seu próprio insucesso. Segundo o autor, o mito originário da sociedade brasileira estava configurado num triângulo cujos vértices são as 'raças' 'negras', 'branca' e índia.

GOMES (1995) observa que, por mais que se apresente uma visão simpática do escravo, da escrava, do 'negro' e do 'mulato', bem como sua atuação na formação da sociedade brasileira, não podemos nos esquecer de que o livro de Gilberto Freyre foi escrito sob a ótica do senhor da casa grande, 'branco' e da classe dominante. Sua análise servia para reforçar o ideal de branqueamento, mostrando, de maneira vívida, que a elite (primitivamente 'branca') adquirira preciosos traços culturais através do íntimo contato com o africano (e com o índio, em menor escala). Suas postulações, expressões e formas tinham como principal resultante a caracterização e pertencimento ao mundo ocidental. Isso, porém, não revelava acesso ao poder e aos órgãos de informação, pois a população negra não tinha alternativa senão dobrar-se às exigências da mistura que, aliás, supunha o abandono das tradições e pertencimento de origem para poder progredir (MUNANGA, 1999, p.81).

A "miscigenação" é vista, por FREYRE (1951), como algo capaz de superar as diferenças entre as três *raças (culturas)*. Serve, também, como prova da suposta harmonia *racial* no país: "Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça" (FREYRE, 1951, p. 91).

Ora, mesmo que o autor conceda algum espaço às "contribuições *culturais*" das "*raças (culturas) atrasadas*", não há dúvida sobre a direção para a qual o desenvolvimento *racial (cultural)* do país deveria se mover: "Talvez em nenhum outro país seja possível ascensão social mais rápida de uma classe a outra: do mucambo ao sobrado. De uma raça a outra: de negro a 'branco' ou a 'moreno' ou 'caboclo'" (op. cit., 1951, p. 1076).

No nosso trabalho, a idéia de mestiço não é uma categoria social considerada pelos sujeitos entrevistados. Isto é, mestiço não é uma concepção encontrada nos relatos dos entrevistados e, assim motivados, utilizamos o termo mestiço para descrever pessoas de diferentes origens étnico-raciais. Nesse sentido, vimos mapeando a idéia de mestiço. Na América latina, por exemplo, já é possível referenciar o caso do México²⁴ e Equador, onde autores como Jean Rahier (1998) mostram que, nesses países, diferentemente do Brasil, o mestiço se refere a uma categoria social.

Reporto-me ao termo *raça*, tendo como pressuposto a minha história de vida e dos próprios relatos dos entrevistados que, em todos os encontros realizados, e a todo momento, apontou para a importância da manutenção do termo *raça*. Ainda que se leve em conta a indeterminação desse conceito, sob o ponto de vista biológico, levei em consideração o seu uso corrente pela população. A desconstrução científica da *raça* biológica, segundo PIERRE-ANDRÉ TAGUIEFF (1995), não faz desaparecer a evidência da *raça* simbólica, da *raça* percebida e, invariavelmente, interpretada pela maioria da população. A *raça* permanece sendo elemento maior da realidade social, na medida em que emprega, a partir de características físicas visíveis, formas coletivas de diferenciação classificatória e hierárquica, que podem ocasionar comportamentos discriminatórios individuais ou coletivos.

Defendo o termo a *raça*, entendendo-o como uma atitude política, como uma alavanca para a conscientização da população negra, uma vez que tal conceito pertence ao reino das categorias nativas. E é definido social e historicamente de maneira diversa, variando de lugar para lugar; tal conceito não tem, portanto, nenhuma validade “científica” e biológica, embora tenha recebido uma interpretação social.

Lembramos que o conceito de *raça* tem uma história bem mais longa e complexa, que põe em xeque uma série de afirmações dessa e de outros autores, os quais iniciaram sua pesquisa no século XIX. Reconhecemos que esses termos são carregados de valores no contexto da “política racial, social e econômica” brasileira e que os conceitos e categorias utilizados, aqui, fazem mais do que meramente descrever e analisar, uma vez que remetem ao sistema de significações e relações sociais do qual os entrevistados fazem parte.

²⁴ No México, a luta Zapatista descreve todas as etnias e dos mestiços.

Outro ponto defendido e que deve ser justificado é o uso dos termos branco e negro. Admitimos que, do ponto de vista genético, a idéia de raça é desprovida de conteúdo ou valor científico, não permitindo fixar, na área da pesquisa genética, sistemas de classificação universal. Como bem afirma PIERRE-ANDRÉ TAGUIEFF (1995), a estrutura das populações humanas é extremamente complexa, variando de uma região para outra, de um povo para outro. Além disso, existe uma infinidade de nuances originárias das constantes migrações no interior das fronteiras e, para além destas, há nuances em todos os países, o que torna impossível a existência de limites classificatórios fixos.

HOFBAUER (1999) destaca que a idéia de cor²⁵, assim como a idéia de negro e branco, perpassou longos períodos históricos e tem sido marcada por concepções *raciais*, que foram elaboradas no século XVIII, e por diferentes concepções paradigmáticas do mundo e do ser humano. Finalmente, essas idéias têm sido expressadas por diversos critérios naturalizantes, biologizantes, *culturalistas*, *religiosos*, os quais vem se transformando ao longo do tempo²⁶.

Ainda de acordo com TAGUIEFF (1995) existe uma possível multiplicidade de classificações, segundo as características genéticas ou somáticas escolhidas. Essa diversidade ou variação aparece na base de um *continuum*, ao passo que as categorias construídas não escapam a uma inelutável sobreposição.

Não importa o número de classificações raciais, as características variam de uma pessoa para outra. O número de classificações e o fato de elas serem estabelecidas, enfim, demonstra que tais classificações são construções sociais e pessoais que devem ser questionadas.

²⁵ “Até a Idade Média, a idéia da *cor* era subordinada a uma concepção de mundo divinizada. E que apenas lentamente, acompanhando reestruturações nos campos social, político e econômico, essa idéia de *cor* passou por um processo de naturalização. Assim, durante muito tempo, a “*cor* de pele” não foi vista como um dado natural objetivo (ou “biológico”). “*Preto/negro*” representava, em primeiro lugar, o mal, o moralmente condenável, o pecado, enquanto “*branco*” expressava o divino e a pureza da verdadeira fé” (HOFBAUER, 1999, p.32).

²⁶ Nos inícios da colonização, verificaremos que a palavra *raça* não fazia parte do vocabulário dos jesuítas, os “ideólogos oficiais” daquela época (HOFBAUER, 1999, p.13).

CAPÍTULO II- MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

A escolha de um método de investigação não acontece arbitrariamente, como bem diz SILVA (1987). Nenhuma escolha da vida é feita dessa maneira. Há sempre motivos que animam nossas decisões, tenhamos ou não clareza deles. Esses motivos são entendidos pela autora como significados, que exprimem e traduzem a visão de mundo, de vida, do trabalho, das outras pessoas e das relações que com elas estabelecemos. Os significados vão sendo construídos com o nosso grupo de raça, gênero, profissão, classe e vão sendo reforçados, negados ou superados ao longo da existência. Da mesma maneira, este trabalho exprime significados que foram construídos ao longo da minha relação com outros grupos, outras pessoas negras e brancas, esta pesquisa dá continuidade aos trabalhos realizados no I e no II Concurso Negro e Educação²⁷, a partir dos quais compreendi a necessidade de se conhecer a história dos mestiços. Esse interesse se refere à família: a) verificando de que maneira pai e mãe de crianças e jovens mestiços abordam seus filhos com questões referentes às diferenças raciais; b) identificando quais os mecanismos que se utilizam para lutar contra o preconceito e a discriminação racial; e c) buscando identificar as formas de lidar com ele nos diferentes espaços institucionais, sobretudo nas escolas.

No primeiro trabalho (BRITO,1999), foram entrevistados os filhos de casais inter-raciais, negros e brancos. No presente estudo, entrevistamos os pais e as mães daqueles filhos e eles novamente. Assim, contabilizamos sete entrevistas com os casais e seus filhos, membros de famílias inter-raciais residentes na cidade de Franca-SP²⁸. Para tanto, o gravador foi utilizado como instrumento de coleta²⁹.

Para cada entrevistado preenchemos a ficha de identificação³⁰, onde ficaram registrados os seguintes dados: nome endereço, cidade, cor, estado civil, data de

²⁷ Cf. Brito, A.E. C. de. Famílias interétnicas e a educação informal dos filhos mestiços: perspectivas e dificuldades. Relatório de pesquisa I Concurso Negro e Educação São Paulo, 2000. e Brito, AC de. Família interétnica e a escola: agentes socializadores ou tradição dos oprimidos? Relatório de pesquisa II Concurso Negro e Educação, São Paulo, 2002.

²⁸ O universo da pesquisa limitou-se à cidade de Franca, interior de São Paulo, porque foi nesta cidade, justamente, que iniciamos a 1ª experiência.

²⁹ “O gravador permite apanhar com fidelidade os monólogos ou o diálogo entre informante e pesquisador... As histórias de vida, os depoimentos orais e as entrevistas dirigidas constituem os instrumentos básicos de registro de lembranças dos idosos. Passado - presente serão levantados utilizando-se a técnica do gravador para arquivar informação viva.” (QUEIROZ, 1983).

³⁰ Cf. Anexo I.

nascimento, sexo, grau de escolaridade, repetência escolar, profissão e atividade de trabalho, classe social. O preenchimento da ficha do participante, antes da utilização do gravador, possibilitou deixar o entrevistado mais familiarizado com a pesquisadora. Isso porque as perguntas permitiam a ambos - entrevistador e entrevistado - certo entrosamento, já que as respostas vinham complementadas com comentários e ponderações, despertadas pelo dado solicitado, o que facilitava o prosseguimento da entrevista, que seria gravada. As entrevistas foram desencadeadas por um roteiro semi-estruturado³¹, de acordo com a disponibilidade, gosto de falar e experiência pessoal de cada entrevistado. Assim, foram formuladas perguntas de modo a se compreender as indagações que orientavam a questão de pesquisa.

Utilizamos, também, o diário de campo, uma vez que seu uso como instrumento de registro de dados, juntamente com a gravação da entrevista, é eficaz por registrar informações adicionais que o gravador não consegue captar. Assim, tomamos o cuidado de, ali, relatar os fatos que aconteciam, para que não se perdessem informações relevantes à análise. Conforme SILVA (1999), o diário contém a narrativa de fatos, situações, o registro de diálogos, opiniões, histórias, reações.

A aproximação com as famílias foi facilitada devido ao contato estabelecido anteriormente com os sujeitos da primeira pesquisa, o que tornou o encontro mais acessível. Antes de efetuar as conversas, foi feito um primeiro contato por telefone. Nesse momento, explicava-se as intenções do trabalho e os objetivos da pesquisa e convidava-se os candidatos a participarem da proposta. A partir de então, o encontro era marcado, no local e horário estabelecido pelo próprio entrevistado. Esses encontros, por sua vez, sempre foram precedidos por um momento relaxado de conversas descontraídas sobre os mais diferentes temas.

Todos os entrevistados colaboraram. Falaram sobre sua vida, relataram experiências, lembraram fatos, situações e vivências positivas ou não. Para alguns, isso implicou abrir mão de suas horas de folga. Mas, enfim, emocionaram-se, impulsionaram-nos à pesquisa. Fizeram desabrochar a necessária coragem para se tentar compreender as complexas relações que envolvem o ambiente familiar.

O grupo de participantes da pesquisa se compôs respeitando-se, alguns critérios:

* a escolha de duas pessoas que haviam participado da primeira fase da pesquisa,

³¹ Cf. Anexo II.

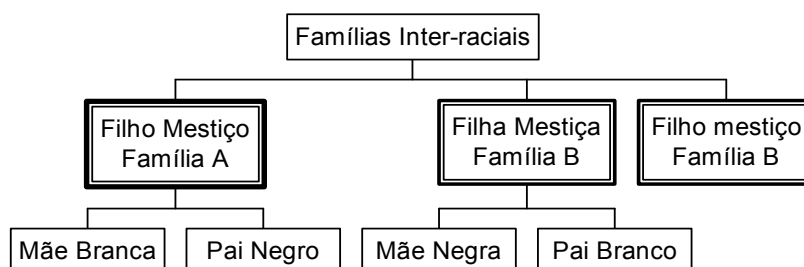
em que uma deveria ser do sexo feminino e outra do sexo masculino;

* a mãe de uma delas deveria ser negra e a mãe da outra deveria ser branca. O mesmo critério foi utilizado para o pai (cf. organograma, p37); e

*os entrevistados deveriam ter sido citados pelas pessoas entrevistadas na primeira pesquisa.

Na pesquisa realizada anteriormente entrevistamos seis pessoas, filhos de negro e branco, dos quais selecionamos dois. Por meio da escolha desses sujeitos foi possível restabelecer o contato com eles e, conseqüentemente, com suas famílias. Assim, realizamos entrevistas com seis sujeitos das duas famílias.

Segue quadro para se entender a composição das famílias:



Quadro 1: Famílias inter-raciais.

A seguir, no quadro 2 e 3, apresentamos algumas, características das duas famílias entrevistadas:

Família A

| Nome | Idade | Escolaridade | Estado Civil | Profissão | Residência | Salário mensal |
|-----------------|--------------|-------------------------------|---------------------|------------------------------|-------------------|-----------------------|
| Irani (mãe) | 56 | 2º grau completo e magistério | Casada | Dona de casa | Própria | XXXX |
| Jaime (pai) | 54 | 3º grau completo | Casado | Aposentado e vereador | Própria | 6.000,00 |
| Luciano (filho) | 25 | 3º grau completo | Solteiro | Professor de Educação Física | Própria | 2.000,00 |

Quadro 2: Família A.

Família B

| Nome | Idade | Escolaridade | Estado Civil | Profissão | Residência | Salário mensal |
|-----------------------|-------|----------------------|--------------|-------------------------|------------|----------------|
| Maria Aparecida (mãe) | 37 | 2º Grau Completo | Casada | Doméstica | Própria | 280,00 |
| Ademir (pai) | 38 | 2º Grau Incompleto | Casado | Pespontador de calçados | Própria | 300,00 |
| Ana Livia (filha) | 14 | 8ª Série Fundamental | XXXX | Estudante | XXXX | XXX |
| Lucas (filho) | 9 | 3ª Série Fundamental | XXXX | Estudante | XXXX | XXX |

Quadro 3: Família B

À medida que as entrevistas foram sendo realizadas, promovíamos a classificação dos dados coletados³², o que ajudava a gerar novas questões. As longas reflexões e conversas com a orientadora, bem como com a professora Anete, possibilitou-nos (des)organizar algumas idéias e terminologias ‘sedimentadas’ para, posteriormente, repensá-las e organizá-las com mais objetividade. Veja-se alguns debates com os quais lidamos: como analisar o conteúdo das falas dos entrevistados? de que critério se valem os filhos mestiços para definir sua cor? qual fala está sendo reproduzida por meio de orientações do pai e da mãe?

Seguindo o método utilizado por SILVA (1987), com a análise dos dados, nos preocupamos em desvelar o mundo dos participantes da pesquisa (ou seja, seu mundo apreendido como realidade social dotada de sentido), levando em consideração seus pontos de vista e a maneira subjetiva de interiorizar e exteriorizar a realidade. Como bem diz Silva, nem sempre o que é exteriorizado e percebido pelo interlocutor, ou pesquisador, é necessariamente a maneira verdadeira com que o outro sente, vive e percebe as situações concretas.

Os procedimentos adotados para a pesquisa se referem a temas que o entrevistado levanta. Assim, transcrevemos as entrevistas, o que facilitou lembrar acontecimentos e circunstâncias em que ocorreram as falas, respeitando o discurso do narrador, observando as palavras, a cadência das falas e pontuando-as de acordo com o ritmo e a entonação do entrevistado. Após a transcrição, releemos várias vezes cada uma das

³² O retorno ao gravador me auxiliou quando precisei de alguns esclarecimentos possíveis de ser obtidos

amostras, tentando, assim, compreendê-las e apreendê-las em sua totalidade. Como bem demonstra SILVA (1999),:

“A releitura e a simultânea identificação das unidades de significado, auxiliam a compreensão das transcrições do sentido que vai sendo dado ao significado não são elementos de uma experiência, mas, dela constituintes, isto é, são determinadas no contexto e pelo contexto em que se fazem ver e não independentes dele, valendo para todo e qualquer contexto; - a síntese, retomando todas as unidades de significado, pretende expor a estrutura da experiência que se deu”. (SILVA: 1999, p.129-130)

As diversas leituras auxiliaram e possibilitaram apropriar-nos do conteúdo e a eles conectar percepções e reflexões apreendidas ao longo do trabalho de campo. Foi criada uma tabela para cada entrevista, na qual registramos as unidades de significado, isto é, expressões que mostravam entendimentos, sentimentos, posturas, emoções. Isso somente pôde ser realizado pela própria pessoa que realizou as entrevistas, visto conhecer o contexto da pesquisa. Esse trabalho constituiu uma tarefa árdua, cansativa e demorada, exigindo paciência, atenção e concentração.

As várias unidades de significado fazem-nos chegar às dimensões do processo que se está analisando - no presente caso, o de socialização de filhos mestiços, com vista ao enfrentamento do preconceito e da discriminação racial. Várias unidades de significado compõem um tema, o qual, geralmente, é o assunto que o entrevistado aborda. Algumas vezes pode acontecer de certas unidades de significado se repetirem em mais de um tema. Mas, essencialmente, a unidade de significado é o que disse o entrevistado, ao passo que o tema é aquilo que o pesquisador vê a partir do que o entrevistado disse. Os temas e respectivas unidades de significado se reúnem mostrando o que é próprio ao processo observado.

As dimensões funcionam como categorias de análise e, em torno delas, se agregam as experiências vividas por cada pessoa entrevistada. Essa apresentação está organizada por família e foi constituída da explicitação de cada uma das dimensões. Seguimos a seguinte seqüência: descrevemos situações vivenciadas pela família A, ou pela família B, ou vice-versa, sempre orientando o leitor sobre a família que seria exposta. O capítulo deste trabalho em que tais experiências são abordadas está dividido

da voz dos entrevistados, mais emocionada, mais enfática etc.

em duas partes: na primeira, relatamos experiências vivenciadas na família e, na segunda, relatamos experiências vivenciadas na escola, seguindo os seguintes eixos norteadores:

Parte I: As experiências de socialização de mestiços:

Na família

- A escolha do cônjuge;
- A cor dos filhos vistas pelos pais e por eles mesmos;
- O pertencimento racial;
- A educação como forma de apagar a cor;
- O cabelo e o pertencimento racial;

Parte II: As experiências de socialização de mestiços:

Na escola

- Escola e o pertencimento racial;
- Professores brancos cuidando de corpos de crianças negras;

As pessoas participantes foram por nós identificadas como negras, ou brancas, mesmo levando em consideração o fato de que a autopercepção varia entre preto, negro, moreno, mestiço e branco. Foram mantido os nomes verdadeiros dos entrevistados, conforme combinado com todos eles(as).

CAPÍTULO III- O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO EM FAMÍLIAS INTER-RACIAIS

3.1. As experiências de socialização de mestiços: na família

3.1.1 A escolha do cônjuge

“Para minha família, eu podia até namorar um bandido, namorar uma pessoa que não fosse bom, assim honesto, mas que fosse branco. Era essa coisa, desde que fosse branco, não era a qualidade que estava em jogo, não era a moral que estava em jogo, estava em jogo a cor da pele...”
(depoimento de Irani, mãe branca)

A opção por um(a) parceiro(a) do mesmo grupo racial ou de outro, além do afeto, pode ser influenciada pela família, pelos amigos, por interesses de ascensão social, pela intenção de livrar futuros filhos de discriminações raciais, entre outros. Todos esses aspectos atuam no sentido de demarcar a escolha do “melhor” ou do “pior” parceiro para se relacionar.

A influência da família é bastante expressiva, atua ela, muitas vezes, como fator inibidor, coercitivo e punitivo, ora afastando o(a) parceiro(a) escolhido(a), principalmente no caso da família branca, ora atuando de forma inversa: aproximando os escolhidos. É o que podemos observar no caso das duas famílias participantes da pesquisa. Para compreender melhor as tramas que envolvem a escolha de um parceiro(a) branco(a) ou negro(a), é interessante destacar como esses casais se constituíram.

As experiências da família A

Iniciemos nossa exposição pela família de Irani, a mãe branca, e de Jaime, o pai negro, apresentados, aqui, como a “família A”.

Irani, branca, espírita, nascida de pai e mãe brancos, casou-se com Jaime, negro, também espírita, nascido de pai e mãe negros com quem teve quatro filhos: Luciano³³, Márcia, Daniel e Tiago. Irani nasceu na cidade de São Tomé das Letras (SP), tem 56 anos e é proveniente de uma família considerada de classe média, pois os pais possuíam

³³ Luciano foi o único filho do casal que foi entrevistado.

fazendas, empregados. Todas as suas irmãs, além da própria Irani, estudaram em colégios particulares, cursando o magistério. Irani chegou a lecionar por alguns anos.

Irani se recorda do início do namoro com Jaime. Diz que sofreu pressão por parte de seus familiares. O pai branco não se intrometeu muito, mas a mãe branca entendia que, sendo Irani bonita, branca e filha de fazendeiro, deveria se casar com um fazendeiro e branco. Irani comenta que, além de sua família, a própria sociedade e seus amigos não viam o namoro com “bons olhos”; achavam o seu relacionamento com um homem negro um absurdo. Ela diz que na época em que começou a namorar Jaime, sua família passava por sérias dificuldades financeiras, perdendo posses, inclusive a fazenda. Acrescenta que a escolha por Jaime inicialmente se deu como forma de desafiar sua família, especialmente sua mãe, a própria sociedade e seus amigos, que não concordavam com o relacionamento:

“Acho que nem foi começo de amor à primeira vista. Nem foi isso não. Eu acho que o Jaime, ele andava comigo como se fosse um troféu, era uma coisa engraçada. É acho que foi, a família tudo assim. Eu gostava que os meus colegas comentassem: você viu a Irani namorando um negro? Tão bonita, ai que coisa, mesmo que em Franca, quando eu já estava namorando, ia muita gente me falar do magistério, mas Irani fulano quer ter namorar, você deixa de namorar para namorar um negro, então, eu acho que isso me fazia bem. Na realidade me fazia bem e para o Jaime também acho que nem foi começo de amor à primeira vista. Nem foi isso não. Eu acho que o Jaime ele andava comigo como se fosse um troféu, era uma coisa engraçada. Eu tinha ele como um desafio e ele me tinha como um troféu. Então ele gostava de ir nas festas, essa é minha namorada. Isso fazia bem e, com isso, depois foi mudando os conceitos, aí você passa a gostar e depois, que casei é que fui notar que o preconceito também era muito grande do lado do meu sogro. Porque aí eu fiquei sabendo que eles fizeram várias promessas para que não desse casamento. Então eu percebi, eu estava sempre assim naquela coisa de desafiar alguém, se não pode, então eu vou lá e faço” (Irani).

Assim, conversando com Irani sobre o que a motivou na escolha de um parceiro negro, ela relata, surpresa, que, se não fosse pela entrevista, nunca teria oportunidade de pensar a respeito, isto é, relacionar o namoro com Jaime como uma maneira de desafiar sua família. Paralelamente diz que gostava que os colegas comentassem sobre o namoro dela com um negro: “*você viu a Irani namorando um negro? Tão bonita...*”. Esse enfrentamento fazia bem para Irani, como ela própria diz, e, para justificar as ofensas

que sua família atribuía ao seu relacionamento com uma pessoa negra, ela tenta amenizar as práticas racistas exteriorizada por sua família, dizendo que o preconceito e a discriminação que sua família e seus amigos tinham em relação aos negros e seus descendentes eram “preconceitos bobos”, que não deveriam ser levados em consideração:

“Eu fui criada de uma família assim, onde a minha mãe tinha muito preconceito, a família dos meus tios. Preconceito, daqueles preconceitos assim bobos de fazenda, que meus tios eram todos fazendeiros e minha família já tinha até planejado o meu casamento com um fazendeiro né, por que eles achavam que eu deveria casar com um fazendeiro. Por que a família da minha mãe casa muito assim, minhas primas são casadas assim, então, minha mãe tinha assim muita superstição com preto, tadinha está lá do outro lado, hoje eu sei que ela evoluiu e mudou a cabeça, mas eu vou ter que falar (Irani)”.

Irani ressalta a diferença entre sua mãe e seu pai:

“Eu sempre achei assim, minha mãe tinha tanta superstição, mas, eu nunca, e com meu pai era diferente, porque meu pai ele ensinava assim, pequenininha, eu ia com ele na casa daquelas pessoas bem pobre, eram duas coisas ligadas, negro e pobre era uma coisa só. Então para levar cesta, para levar mantimento, eu sempre fui a casa daqueles negros, sentava nos bancos, comia a mesma comida com papai, tomava a mesma água, na mesma caneca, ia nos asilos, aquelas crianças de rua iam comer na minha casa, então, eu nunca percebi essa diferença. Aí depois, namorei muitos moços ricos, moço bonito né. Porque realmente eu namorei uns moços bonitos, aí depois quando eu fui fazer magistério eu vim pra Franca, foi daí que eu conheci o Jaime. Então, eu comecei ter amizade com o Jaime né, mas eu enfrentava assim o lado da minha família um preconceito porque eles falavam assim”. (Irani)

Sobre sua relação com a religião espírita:

“Meu pai era espírita, eu nasci dentro da doutrina espírita, a minha mãe era católica e com o tempo ela se tornou espírita também. A família da minha mãe muito católica, meu avó, a família do meu pai espírita. Então eu fui criada entre as duas religiões, mas eu tinha muita tendência para a doutrina espírita. Tanto é que eu segui a doutrina espírita, embora eu tenha freqüentado um pouco assim forçada pela mamãe, missa essas coisas. Mas eu nunca senti bem na doutrina católica, eu não entendia muito bem por que, mas eu não conseguia, tanto que era

mais fã do meu pai do que da minha mãe. Eu tinha mais contato com o papai e com vovô que era espírita sem saber por que, mas eu gostava mais de bater papo com vovô e com meu pai que era espírita do que com minha mãe que falava assim muito que veio de uma família tradicional, fazendeira, cheia de superstição, cheia de besteira na cabeça e meu pai não já me ensinou uma vida diferente dentro da doutrina espírita então, eu era fã dele e hoje eu sou espírita”. (Irani)

O ambiente em que Irani foi educada talvez tenha lhe propiciado um entendimento distorcido das questões que envolvem negros e brancos. Consequentemente, isso pode ter contribuído para que ela não tivesse um posicionamento questionador sobre as situações de preconceito e discriminação a que seus filhos seriam submetidos ao longo de suas vidas. Negros eram sinônimo de pobreza, havendo uma grande diferença que separava os brancos dos negros. Irani deixa isso bem claro quando emprega a expressão “aqueles negros”. Embora estivesse atenta a algumas situações vivenciadas por seus filhos, em que não teria alternativa a não ser o enfrentamento e a conversa informal, a posição questionadora sobre assuntos discriminatórios e racistas não assumiu um destaque especial no cotidiano dessa família. Para eles, o preconceito e a discriminação era um fato que acontecia com as outras famílias, mas não com a deles:

“Eu não sei te explicar eu não percebi essa coisa assim sabe, os negros sofreram preconceito, mas eu acho eu já tinha passado que para mim já tinha passado isso entendeu, não estava no meu dia a dia não fazia parte do meu cotidiano, mas para mim já tinha passado aquilo já não fazia mais parte da minha vida sabe, aquilo não fazia parte da minha vida então eu conversava como se fosse uma coisa passada né, de preconceito”. (Irani)

Irani ainda se recorda que seu namoro com Jaime teve repercussão não só em sua família, mas também na família de Jaime. Lembra-se de que sua sogra negra também se opôs ao seu casamento com Jaime:

“Depois que eu casei, que minha cunhada veio falar para mim; que a minha sogra coitada, que também já desencarnou, que ela rezou muito, porque ela sabia que não ia dar certo que eu não ia respeitar, que era pouco tempo e eu já não ia sair de rolo, por que você acha uma moça bonita, criada num ambiente muito mais rico do que o dele, além de

criolo, ele ainda era pobre. Então, eu acho que foi essas coisas assim”.
(Irani)

Em outro momento, Irani enfatiza que os amigos lhe diziam que ela estava ficando preta depois que se casou com Jaime:

“Agora eles falam assim pra mim: nossa Irane você ficou bem morena né eu falei de tanto encostar no Jaime eu fiquei morena né”.
(Irani)

O fato de uma pessoa branca casar-se ou relacionar com uma pessoa negra também a torna estigmatizada perante a sociedade. Jaime, o pai negro, 54 anos, vem de uma família pobre, humilde, com sete irmãos. Ele começou a trabalhar muito cedo e, com o empenho de seu pai, cursou faculdade:

“Mas a gente conseguiu estudar com muita dificuldade sabe, e aí tenho que lembrar da figura dos meus pais, o meu pai, em especial, chegou muitas vezes a dar umas palmadas na gente, obrigando-nos a estudar. E, pois é, embora a gente saiba que palmadas não são soluções prá nada, tem determinado momento, principalmente na época, em que em função do grau de cultura que os nossos pais tinham, era totalmente natural e ele queria que a gente fosse alguém na vida. Então eu não posso ver isso do lado negativo, agradeço e muito a meus pais essa pressão que eles fizeram prá que eu fosse estudar. Agora o fato da gente ter conseguido estudar, ter conseguido fazer curso superior é uma coisa bastante expressiva”. (Jaime)

Através do esforço de seu pai, Jaime foi gerente do Banco do Brasil e, atualmente, é vereador e presidente dos Sindicatos dos Funcionários do Banco do Brasil, na cidade de Franca-SP. Diz ter se aproximado de Irani inicialmente pela sua beleza. Afirma ter namorado muitas mulheres negras, mas coincidiu de se casar com uma branca:

“Mas, na minha mocidade eu namorei, como eu te disse, muitas moças negras, me relacionei muito bem. Me apaixonei, vamos dizer assim na época, né, fruto da idade talvez, e tudo mais por moças negras e depois isso passou como é tão natural na vida das pessoas, até que a gente encontra a pessoa correta, a pessoas certa. E coincidentemente essa pessoas correta que a gente acha, a pessoa que veio ser a mãe dos meus filhos é uma pessoas clara”. (Jaime)

Diz que quando decidiu se casar com Irani, sua mãe se opôs, julgando que ela, uma mulher branca, era muito diferente de seu filho negro, e que provavelmente Jaime iria sofrer pela escolha de uma mulher branca, pois no entendimento de sua mãe Irani não o respeitaria:

“O tempo provoca uma série de coisas na memória da gente e tal, eu não tenho assim, digamos é, muita lembrança de muita coisa de minha vida, a verdade é essa. Mas fazendo aí um exercício de memória, eu me lembro de ter tratado desse assunto mais com a minha mãe, eu me lembro, depois que eu já tinha um filho, dois filhos, eu me lembro de ter trocado idéia com relação a isso com a minha mãe. E eu dizia prá ela, eu me lembro de ter dito a ela: “pois é, mãe”. Um dia que ela falou prá mim que, que tava muito feliz, que meu casamento ia muito bem e tudo mais, que a Irani, minha mulher, era muito boa e que ela, minha mãe gostava muito da Irani e tudo mais. Eu me lembro de ter falado assim prá ela: “Pois é, mãe, mas parece que a sensação que eu tenho é que a senhora nunca achou que meu casamento desse certo”, eu me lembro do que a minha mãe falou prá mim, ela falou assim prá mim: “Pois é, meu filho, mas sabe por que ela é tão diferente de você?”. Quer dizer ela estava se referindo ao fato dela ser uma mulher branca. E o habitual não era isso, principalmente na nossa época. A tendência é a mãe negra esperar que o filho negro, case com uma mulher negra. Então eu me lembro, o comentário maior era que, que eu me lembro assim do passado, foi esse, que a minha mãe fez, que ela achava minha mulher diferente, a minha mãe se preocupava. Por que ? Porque achava que na verdade, o que então minha namorada queria, futura mulher, queria era na verdade brincar com os meus sentimentos, talvez, por isso, ela sempre viu isso com o pé na frente e outro atrás”. (Jaime)

Jaime afirma que a esposa sempre o tratou bem e nunca fez qualquer referência negativa a sua cor em momentos de discussão:

“Então eu acredito que ao me casar com uma mulher clara, e uma mulher clara que tem uma visão moderna com relação a isso, que também não tem preconceito. Que nunca numa briga comigo, por exemplo, me chamou de ... eles não chamam ninguém de negra, eles chamam de preto não é assim que eles falam ? Exato, e, então não se referiu, a, minha etnia, vamos falar assim, queria era falar de cor só negro, cor preto, cor preta. Minha mulher nunca fez isso, então minha mulher que tem uma visão moderna com relação a isso, me ajudou e muito a superar, algum resquício de traumas de preconceitos, de problema que a gente trouxe da infância, claro que trouxemos, mas que num momento apropriado foram

deixados de lado a ponto, de hoje eu poder dizer prá você, sem medo de errar que isso está totalmente estirpado da, maneira de ser da gente, e eu acredito que seja em razão disso tudo, do grau de escolaridade, da luta que nós tivemos das vivências que a gente teve é que facilitou e os filhos não sofreram de jeito nenhum esse tipo de problema”. (Jaime)

A reação da mãe de Jaime foi tão expressiva que é relatada por Irani, pelo próprio Jaime e também por Luciano, o filho do casal³⁴.

Jaime não confirma que Irani era vista como troféu para ele. O namoro com Irani aconteceu, como já foi ressaltado, pela beleza de sua mulher e também pela amizade que os dois mantinham. Ao se referir à interferência da sogra no relacionamento, ele diz que a pessoa que mais sofreu com isso foi sua mulher:

“Na verdade, se eu tive algum problema com relação a isso, acredito que nem tenha sido tanto eu, quem tem, sofreu um bocado com relação a isso foi a minha mulher com a mãe dela, porque a minha mulher não aceitava, a minha sogra não via esse namoro com muita, com muito, com bons olhos não. Por dois motivos eu acho viu, aqui mais uma vez eu quero considerar, por dois motivos, tudo bem o primeiro era esse, o fato da gente ser da raça negra e o segundo pobre”. (Jaime)

Jaime ainda relata que, quando decidiram se casar, sua sogra simplesmente teve de aceitar o fato, porque não podia fazer outra coisa. Diz que após o casamento, ele foi aceito “como filho” pela sogra branca, que passou a tratá-lo com carinho, pois o marido havia falecido, a família, perdido as posses e Jaime, assim, ficou ajudando financeiramente a família da esposa, pois ocupava um cargo importante no banco em que trabalhava:

“Então eu acredito que ao me casar com uma mulher clara, e uma mulher clara que tem uma visão moderna com relação a isso, que também não tem preconceito. Que nunca numa briga comigo, por exemplo, nunca me chamou de ... eles não chamam ninguém de negro, Minha mulher nunca fez isso, então minha mulher que tem uma visão moderna com relação a isso, me ajudou e muito a superar, algum resquício de traumas de preconceitos, de problema que a gente trouxe da infância, claro que

³⁴ Este assunto é de extrema importância e merece um destaque maior que será dado no item intitulado socialização em famílias inter-raciais e o pertencimento racial.

trouxemos, mas que num momento apropriado foram deixados de lado a ponto, de hoje eu poder dizer para você, sem medo de errar que isso está totalmente extirpado da, maneira de ser da gente, e eu acredito que seja em razão disso tudo, do grau de escolaridade, da luta que nós tivemos das vivências que a gente teve é que facilitou e os filhos não sofreram de jeito nenhum esse tipo de problema. Na verdade, se eu tive algum problema com relação a isso, acredito que nem tenha sido tanto eu, quem tem, sofreu um bocado com relação a isso foi a minha mulher com a mãe dela, porque a minha mulher não aceitava, a minha sogra não via esse namoro com muita, com muito, com bons olhos não. Por dois motivos eu acho viú, aqui mais uma vez eu quero considerar, por dois motivos, tudo bem o primeiro era esse, o fato da gente ser da raça negra e o segundo pobre. Porque a minha, a minha sogra na verdade ela é fruto de uma família que tinha posses, embora, acredito que a única pobre da família, tenha se tornado pobre da família seja minha sogra, mas os irmãos de tudo mais a família dela todos tinham posses. Tinham terras e tudo mais. Então naquele tempo morava numa cidadezinha do interior, muito é, é, é, quer dizer cidade fechada, cidade muito conservadora e tudo mais, a expectativa sempre que se tinham em cidades desse tipo, é que se casasse com uma fazendeiro e tudo mais. Eu acredito que a gen..., a minha mulher teve esse problema. Quer dizer minha sogra esperava que ela se casasse, lógico com uma pessoas um fazendeiro, e em sendo fazendeiro branco, porque não tinha fazendeiro negro, pelo menos nessa região onde eles moravam”. (Jaime)

As experiências da família B

A “família B” é representada por Ademir, branco, católico, 34 anos, casado com Maria Aparecida, negra, também católica, e os filhos Ana Livia, 14, e Lucas, 9 anos. Ademir é advindo de uma família humilde, com situação econômica desfavorável. Nasceu na cidade de São José da Bela Vista (SP), onde morou com seus pais até os 23 anos. Seu pai era alcoólatra, bóia-fria e espancava a mãe e os filhos. Ademir foi obrigado a sair de casa, porque o pai havia tentado matá-lo duas vezes. Inicialmente morou nas ruas, depois foi, através de uma empreiteira, trabalhar na cidade de Franca-SP, onde conheceu Maria Aparecida. Por lá ficou desempregado, sem dinheiro para pagar o aluguel. Sem ter onde morar, acabou se instalando na casa da namorada. Diz que a escolha de uma mulher negra ocorreu num momento de extrema dificuldade financeira.

Ademir conta que antes do relacionamento com Maria Aparecida, na época em que morava na casa de seus pais, namorou muitas mulheres negras também como forma

de desafiar e pirraçar seu pai, que não queria que ele se relacionasse com mulheres negras:

“Aí o que aconteceu o que eu tô falando que eu matava ele de raiva, aí ele chegava em casa, ele não sabia quem eu estava tomando banho, aí ele falava se eu ver o Ademir com aquela negrinha lá, ‘eu vou matar ele dentro do caminhão’, e eu já sabia, aí eu começava a cantar dentro do banheiro pra enfezar ele né, eu cantava música até hoje minha mãe fala, que ele queria morrer”. (Ademir)

Ademir conta que sua tia, também moradora da cidade de Franca-SP, o chamou para uma conversa e aconselhou-o a pensar bem antes de se casar com uma mulher negra. Comenta, ainda, que sentiu certo receio em levar Maria Aparecida para conhecer sua família:

“Quando eu comecei a namorar ela era, ela é testemunha disso, às vezes eu ia lá em São José eu ficava meio acanhado assim com medo dos outros falar alguma coisa então era uma mistura de vergonha com medo não assim de vergonha assim dela ser preta não, vergonha assim dos outros querer por eu abaixo por que minha mulher era negra. Esses dias eu tava pensando nessa entrevista eu pensei como é que eu vou falar essa mistura de vergonha com que é o medo”. (Ademir)

Ademir admite ter sentido vergonha em levar sua esposa negra para conhecer seus familiares que eram brancos. Ele tinha medo da ridicularização ou inferiorização pelo fato de ter se casado com uma mulher negra. Para Ademir, casar-se com uma mulher negra era se colocar em uma posição de diminuição perante os seus parentes. Isso pode significar, justamente, que o fato de um branco(a) casar-se com um negro(a) não minimiza ou acaba com o preconceito ou com manifestações de discriminação que eles sentem ou possam a vir a manifestar.

Tal como Irani, Ademir se relacionou com negras, inicialmente, como forma de desafiar, punir ou pirraçar sua família branca. Nesses casos analisados, a escolha do branco por uma pessoa negra é pessoal, apesar da pressão exercida pela família. Nota-se

que, no caso de Irani, da família A, e Ademir, da família B, mesmo a pressão da família e da sociedade não foi suficiente para impedir a união com seus respectivos parceiros.

No que diz respeito à Maria Aparecida, ela é empregada doméstica, católica, casada com Ademir. Nasceu no interior de Minas Gerais; advinda de uma família pobre, morava numa casinha de palha com a mãe. Quando a casa de palha incendiou, passaram a morar na casa da avó. Diz Maria que cada filho de sua mãe tinha um pai diferente; a avó ajudava no orçamento de casa; avó e mãe eram lavadeiras de roupa:

“Depois que a nossa casa queimou, a casa que a minha mãe morava com os meninos queimou, caiu o raio, ai minha mãe construiu no fundo da casa da minha avó. Ai como ficava muito pertinho, ai eu ficava morando com as duas, mas eu chamava as duas de mãe. Ai até que depois ... É ai eu continuei morando na casa da minha avó, eu ficava morando com as duas, eu dormia um dia na casa de uma, outro dia na casa de outra. Ai nós passou a ter uma convivência mais assim né, e depois eu acho que ... eu acho que até eu ficava mais com a minha vó do que com a minha mãe”. (Maria Aparecida)

Maria Aparecida relata que foi morar em Franca quando tinha 14 anos. Fez a viagem de carona com uma família a fim de trabalhar como empregada doméstica. Enfatiza que saiu de sua cidade em busca de melhores condições de vida e comenta sobre as dificuldades que sua mãe tinha em conseguir comida para os filhos e sobre a estratégia que tinha para conseguir esse sustento:

“A mamãe, ela sempre foi muito carinhosa, era brava, mas também ô turminha do barulho que era esses meninos, principalmente os dois anjinhos, os mais velhos. Então às vezes, como ela não tinha um serviço fixo, de salário tal, assim primeiro que fosse pouco sabia que pudesse contar com aquilo, era vida muito danada mesmo, as vezes ela saia de manhã para ir... saia de casa em casa: “ô, você quer que eu lavo uma roupa, não sei o que?”, que as vezes a pessoa fica com pena, mandava minha mãe passar roupa. Outros pobres, quase tanto quanto a gente, mas ai não tinha dinheiro para pagar, ela dava o que, um pouquinho de banha de porco, um pouquinho de arroz e a gente ficava esperando, os meninos esperando para ela levar. Então as vezes o dia que não conseguia nada , ai a tarde ela ... eu não sei, eu penso assim... agora depois que eu sou mãe, depois de adulta eu acho que ela pensava: “Mas o que que eu vou fazer para esses meninos jantar?”. Aí quando não tinha

condição nenhuma, ela reunia todos os meninos na cama, dela, numa cama só e começava a contar historinha, coçar as costas da gente para a gente dormir. Então, quer dizer, se a gente dormisse logo, a gente não ia sentir fome, era difícil coitadinha! Então eu acho que na medida do possível, ela fez o que ela pôde ... ela era muito, muito amiga, ela conversava muito, eu acho que se ela pudesse, ela queria que todos os filhos ficassem lá”. (Maria Aparecida)

O pai de Maria Aparecida não residia na mesma casa. Por ele Maria não foi registrada, pois o mesmo duvidara da paternidade. Maria relata que às vezes se sentia constrangida por isso e, mesmo não sendo registrada, o pai se fez presente em sua vida:

“Ele sempre ajudava, eu, eu nunca me preocupei com isso, eu achava meio estranho depois de adulta, porque ele falava assim: “mas como não consta, seu nome no documento, no seu documento o nome do seu pai?”. Eu ficava meio assim, mas quando eu era criança eu não ligava para aquilo não, meu pai me dava muita atenção, eu lembro perfeitamente sabe, dele dançar comigo no colo, dele fazer eu dormir, essas coisas, inclusive ele ajudou a cuidar até dos meus irmãos depois, mesmo separado da minha mãe. Essa minha irmã, a mais velha, por exemplo, tinha adoração por ele, por que se ele comprasse para mim, tinha uma história também, se ele comprava para mim ele comprava para ela sabe, a mesma coisa”. (Maria aparecida)

Percebe-se a importância do pai de Maria Aparecida em sua vida e sua influência no seu processo de socialização, mesmo que esses contatos não tenham se dado de forma contínua.

Maria Aparecida diz que se interessou por Ademir inicialmente pela beleza de seus olhos, e acrescentou que não queria que seus filhos nascessem negros e passassem pela mesma discriminação que ela passou:

“E ele era uma pessoa assim, meio, sei lá estranha e eu ficava meio cismada. Aí depois me falaram que ele tinha problema na família. O pai bebia muito, que eu acho que eu fui ficando com dó, sabe, houve uma aproximação mais por aí, acho. Porque ele não é tão atraente assim, chama tanta atenção, não. Bom, ele tem os olhos claros que eu gosto muito pode ser, ele tem os olhos verdes, pode ser isso, não sei”. (Maria Aparecida)

Ela também afirma que o marido nunca a desprezou ou a maltratou por causa da sua cor, sempre a defendendo das pessoas que a maltratassem.

Comentário: Faltou uma citação aqui???

A escolha de Maria Aparecida por Ademir também pode ter sido influenciada pela sua própria família, pois ela descreve momentos em que seus irmãos negros a insultavam pelo fato de ela ter a tonalidade da pele mais escura do que a deles. Assim, após a saída de sua casa materna, e talvez pelo fato de passar a viver longe de sua família, quando se relacionou com Ademir, não sofreu qualquer tipo de pressão. Relatamos, então, sobre o desconforto causado pela tia de Ademir, que não concordava com o namoro. Diz que na época do namoro, por onde eles passavam as pessoas comentavam, se cutucavam, cochichavam. Para ela, o fato de uma negra namorar um branco, naquela época, chamava a atenção das pessoas, mas isso, atualmente, não mais espanta, porque a sociedade já está mais acostumada:

“Mas, havia um certo tipo de curiosidade das pessoas. Às vezes a gente, entrava no circular, alguém que tava nos bancos do lado se cutucava, olhava, falava baixo, sabe, prestava atenção. É assim, a gente saía na rua. Agora não, agora, eu não sei se isso aconteceu a 13 anos atrás né, praticamente”. (Maria Aparecida)

Ao ser indagada sobre a possibilidade de, à época, Maria Aparecida conversar com seu marido, Ademir, sobre essa curiosidade das pessoas, Maria diz que, na verdade, eles não comentavam sobre o assunto, mas que Ademir ficava nervoso, muito bravo e “mostrava língua para as pessoas, perguntava o quê e por que elas estavam olhando”. Questionamos, então, se ela via seu relacionamento com um branco como uma conquista. Ela nos diz que não:

“Não, eu nunca pensei assim. Eu não sei se é porque nunca, nunca tive interesse em uma pessoa negra. E também nunca pensava, né, que fosse casar com pessoa branca. Então não encaro como uma conquista não, acho que foi uma coisa que aconteceu naturalmente. Não sei, acho que é por aí”. (Maria Aparecida)

No que se refere à discriminação racial, Maria diz não ter sido discriminada, porque sempre trabalhou como empregada doméstica:

“Não, discriminada ... Posso até ter sido assim né, discretamente. Porque assim, cara a cara ninguém nunca me falou nada. Nunca, eu sempre tive boas amizades né. São Paulo foi uma cidade que em ensinou muito, por ser grande né. E as minhas amigas, eu tinha amigas negras, amigas brancas a gente saia, ia nos lugares né, ,muitos lugares nunca tive problema nenhum, com relação a isso não. Não, porque eu nunca fui muito de mudar de profissão, nunca fui muito de mudar de profissão, eu sempre fui mais ou menos nisso. Eu vim prá cá né, mocinha, trabalhei como doméstica. Nunca fui assim de ficar mudando de serviço. Eu sou meio sabe, parada, então eu não sei se eu teria, mas eu nunca tive não”.
(Maria Aparecida)

Diante dessas situações, é possível perceber, desde o início da formação dos casais inter-raciais, que os parentes e os amigos tentaram influenciar contrariamente na escolha de seus parceiros. Mas não foram decisivos, ou seja, mesmo com a influência externa, no caso desses casais entrevistados, a escolha acabou sendo pessoal.

3.1.2. A cor dos filhos vistas pelos pais e por eles mesmos

*“ O meu filho mais novo,
uma vez, uma vez quando eu perguntava
a ele que cor que ele tinha, sabe o
que falou? Marrom. Ele não falou
nem negro nem branco ele falou marrom”.*
(senhor Jaime relatando um diálogo que teve com o filho)

Os relatos mostram que as diferentes formas e maneiras como os pais negros e brancos e as mães negras e brancas definem seus filhos não têm em si um significado fixo, imutável. Os significados que essas definições assumem são construídos no quadro de um processo e de um momento histórico, social, cultural, político e econômico, e agem, muitas vezes, na prática, classificando e hierarquizando os sujeitos. É um processo que não se dá apenas pelo olhar de dentro, dos próprios filhos de negros e brancos, mas também na relação com o olhar do outro, do que está fora.

Em geral, ao serem questionados sobre como vêem e de que maneira educam e/ou orientam seus filhos sobre sua cor ou raça, os pais e as mães fazem menção especial às características fenotípicas, como a cor da pele, formato dos lábios, tipo de

cabelo, etc. Essas famílias usam fronteiras para definir seus filhos que se materializam na vida e na ordem social das experiências vividas em seu dia-a-dia.

As experiências da família A

Irani, sobre a cor de seus filhos, inicialmente se confunde:

“Quando meus filhos nasceram, quando o Jaime foi registrar, perguntaram: que cor que são seus filhos. Aí ele falou assim: é claro, pele branca, mais aí o cara não quis registrar, por que ele falou: não é seu filho, se você tem a pele negra, como seus filhos têm a pele branca? Então põe parda, aí ficou, depois ficou essa parda eu não sei já nasceram bronzeadinho de sol”. (Irani)

O relato de Irani continua:

“Eu nunca percebi que eles eram negros que tinham essa diferença eu nunca percebi isso, eu nunca vi isso, mas a cor não ia trazer nada mesmo que eles fossem negro, eu não acho que eles são negros”. (Irani)

Irani prossegue no depoimento referindo-se a sua filha, Márcia, como “uma morena linda”, e seus filhos Daniel, Luciano e Tiago como “morenos, muito morenos”. Diz, ainda: “é uma pena eles não terem nascido com os olhos verdes como o do avô, é uma questão de beleza”. E no decorrer da entrevista, termina dizendo que os filhos são negros.

Irani insiste em dizer que não conversa com os filhos sobre sua raça/cor, porque eles nunca foram discriminados. Como ela insiste em dizer que os filhos nunca foram discriminados, pergunto-lhe, então, sobre as experiências que seu filho Luciano havia me relatado. Irani fica muito irritada diante do meu questionamento e admite que os filhos são “negros bonitos”, dando ênfase à beleza dos negros; com um ar de conformismo completa: “é negro mesmo, vai fazer o quê”.

Jaime, seu marido, ao ser indagado sobre a mesma questão, diz que seus filhos são normais e que, no caso de filhos entre negros e brancos, o que chama a atenção é o lado positivo, é o meio termo:

“Os meus filhos têm um bocado da minha mulher, um bocado da minha raça é assim que eu costumo dizer, por exemplo: eu tenho filhos que o

cabelo é mais para o meu lado meio acarapinhado, meio carapinho tá certo? Já tenho filhos que tem cabelo muito bom. Quer dizer eu tenho filhos que têm um bocado mais... Eu acho os meus filhos muito bonitos, mas muito bonitos por que? Porque são meio termo. Eu penso que é uma coisa totalmente natural, aliás eu acho que é isso que é dessa mistura que que, é essa mistura que torna as pessoas mais bonitas sabe, eu acho que a criatura vai se aprimorando, então é, aonde você vê as mulatas. As pessoas claras com traços negros, as negras com traços claros, quer dizer tudo isso é, é, é, eu acho que só melhora sabe”. (Jaime)

Ainda sobre a cor/raça dos filhos, Jaime diz o seguinte:

“O meu filho mais novo, uma vez, uma vez quando eu perguntava a ele que cor que ele tinha, sabe o que falou? Marrom. Ele não falou nem negro nem branco ele falou marrom”. (Jaime)

O pai negro diz que os filhos chamam a atenção por serem “meio termo”, “pelo lado positivo”. Esse lado positivo a que o pai negro se refere são as características do branco. Jaime também se refere aos negros como raça, mas não faz a mesma referência aos brancos, isto é, não utiliza o mesmo termo no relato. O belo para esse casal talvez seja possuir características fenotípicas do branco.

Luciano, filho de Jaime e Irani, sempre estudou em escolas particulares, frequentou curso particular de língua estrangeira, cursou a graduação numa universidade estadual (na UNICAMP) e relata que, em sua certidão de nascimento, consta a cor branca. Descreve, também, várias situações em que fora identificado de diversas maneiras:

“Olha no meu registro está branco, foi meu pai que registrou, alguns me chamam de pardo, mulatos, outros me chamam de branco, mas eu acho que eu sou negro”. (Luciano)

Luciano admite que as conseqüências da educação que recebeu de seus pais o influencia, em algumas situações, a optar pela cultura do branco, pelo ideal de beleza dos europeus, dos traços finos, pois sua educação ocorreu num ambiente fortemente influenciado pelo ideal de ser branco:

“Até porque nós não tivemos nenhum problema com relação a isso , eu lembro assim, de há muito tempo, mas eu acho que era natural que, não é que eu tinha vergonha, mas é que eu falava que se eu nascesse de novo, eu queria ser ‘branco’, mas quando eu era muito novo, por que? Por essa coisa de ser diferente e por na minha escola não ter outros, quando eu estava na rua, era uma coisa, mas quando eu estava na escola não tinha pessoas iguais. Mas assim, acho que pela idade, nada que tenha me feito sofrer ficar em casa por causa disso, eu não lembro de ter sofrido por isso não”. (Luciano)

Nesse momento, é possível reconhecer o desejo de mudar de cor que Luciano tinha quando pequeno. Ao mesmo tempo em que se pode dizer que era um sentimento de recusa do seu grupo, pode-se ressaltar uma grande contradição, pois ele sente falta deste mesmo grupo nos ambientes que frequenta. Os “outros”, para Luciano, são os ‘negros’, os ‘mestiços’ e os morenos. Estar na rua, por sua vez, é sentir-se igual aos diferentes, igual ao grupo com que se identifica. E estar na escola é sentir-se diferente daqueles que o rejeitam, isto é, os ‘brancos’. O “diferente”, no presente caso, não se deve apenas por não existir outros, porque na sua família e na escola não eram tratadas questões sobre diferenças étnico-raciais. Por sua vez, isso propiciava a Luciano sentir-se bastante incomodado, porque era diferente na escola e tão à vontade, porque encontrava iguais na rua.

No relato de Luciano, observa-se que ele vive a experiência de o negro ser diferente. Mas se olharmos criticamente os detalhes das falas, podemos observar que, se num primeiro momento, Luciano deseja ser branco, podemos dizer que, posteriormente, esse desejo é neutralizado imperceptivelmente - justo quando ele se sente “igual” aos “diferentes” na rua. Então, o “outro”, para Luciano não é o “branco”, mas o “negro”, o “mestiço” ou o “moreno”.

Esse sentido que Luciano dá ao “outro”, o não branco, neutraliza o seu primeiro desejo de ser branco, porque o branco o incomoda. Assim, no contexto que investigamos, para os filhos desses casais inter-raciais, o marco referencial de tornar-se branco é ambíguo e é às vezes quebrado, rompido, pois o próprio Luciano se vê como negro. No caso de Luciano, a identificação pode estar relacionada ao fato de se

identificar ou com seu pai, Jaime, que é negro, ou com os outros, que o vêem como negro.

Ademais, Luciano percebe que sua família é omissa em relação à educação voltada para o respeito às diferenças, para orientação de práticas discriminatórias e racistas que os negros e seus filhos serão vítimas:

“Eu acho que os pais são omissos em relação a isso e, em geral, a família negra também venceu na pele, então mesmo não conversando está lidando com esse assunto diariamente. Agora a família branca não conversa sobre isso, não conversa”. (Luciano)

Luciano, nesse depoimento, observa que a discriminação racial é uma constante na vida dos que têm a cor da pele não branca. Destaca que, para essas pessoas, mesmo não havendo uma discussão explícita da família sobre o assunto, os filhos têm de lidar com manifestações discriminatórias quotidianamente. É quando ocorre a omissão dos pais, no ponto de vista de Luciano, pois eles não preparam os filhos para lidarem com esses assuntos.

As experiências da família B

Maria Aparecida, quando indagada sobre qual o procedimento que utiliza para transmitir a seus filhos questões relacionadas à cor/raça, relata não orientá-los., Diz que o faz somente quando surge alguma situação, demonstrando ter dificuldades quanto a dialogar sobre tal questão no seio de sua família. No entanto, em algumas situações, é possível perceber que ela tenta orientar seus filhos sobre sua cor/raça:

“Agora o Lucas tem uma mania, até eu comento muito com a Ana Cristina, porque eu acho que ele pensa que ele é branco, embora ele seja mais escuro do que a Ana Lívia... porque eu acho que ele se espelha no pai dele, eu penso. Outro dia chegou um moço na minha casa, é uma edícula no fundo né... eu estou lá na pia, ele: “Mãe olha aqui o que o moço deu”. E eu pensei que fosse carta né, da minha mãe, com um papelzinho né, eu falei: “O que que é isso Lucas?” Ele falou assim: “Foi um negão que deu”. Eu falei: “Lucas, mas quantas vezes eu tenho que te falar Lucas que não pode falar isso dos outros, mesmo que fosse muito branquinho... você é preto também Lucas. Ai ele fica me olhando assim, de certo ele pensa: “Ah, mas meu pai não é né”. Agora a Ana Lívia não, a Ana Lívia já fala... porque ela nunca me perguntou, mas ela fala que ela é

preta... ela fala que ela é preta. Inclusive eu já acostumei chamar, às vezes eu invento de falar o nome dela, eu falo: “Preta vem cá sabe!” Falo: “negão” para o Lucas. O pai deles também fala a mesma coisa, então eu acho que na cabecinha deles eles sabem que são negros mesmo”. (Maria Aparecida)

A mãe, aqui, diante da atitude do filho, tenta, à sua maneira, orientar Lucas para o fato de que se deve respeitar as diferenças. Percebe-se, diante do depoimento da mãe, que Lucas pensa ser branco, pois identifica-se com o pai que é branco. Maria Aparecida ao perceber que seu filho discrimina um negro, tenta lhe mostrar que ele também é negro. É nesses momentos que o pai ou a mãe, não tendo alternativa, se vêem obrigados a orientar os filhos sobre o pertencimento racial.

Maria descreve outras situações:

“Agora o Lucas já chegou a falar prá mim assim, as vezes alguém brinca com ele “ô negão”, “ô azulão”, aí ele fala assim, mas meu pai é branco. É engraçado sabe, é um barato”. (Maria Aparecida)

Percebe-se, aqui, que Maria Aparecida não entende os insultos referentes a seu filho como discriminação racial; antes, ela os percebe como uma forma de brincadeira; acha engraçado o filho pensar que o fato de ele ser negro é compensado pelo fato de o pai ser branco.

Maria relata um acontecimento guardado em sua memória o qual demonstra a experiência de seu marido:

“meus filhos, meus filhos, eu acho que são negros, porque eles ficaram bem pro meu lado né. Tendo em vista que é um pai branco. Te contar uma coisa até engraçada, uma vez né, quando eu só tinha a ana lívia, meu marido foi levar ela no parquinho, aí ela, pai olha aqui, olha aqui, toda deslumbrada. Uma senhora chegou na maior simplicidade prá ele, falou assim: a sua filha é adotiva, porque não tem nada a ver. Ela, eles lembram assim alguma coisa dele, o Lucas, por exemplo, o gênio é igual, ele é brincalhão, ele é palhaço sabe, ele é idêntico ao pai no gênio. Mas fisicamente eles não parecem não”. (Maria Aparecida)

Sobre a possibilidade de deixar seus filhos se casarem com uma pessoa negra, Mara diz:

“Deixaria, se eles quiserem, se eles achar alguém que goste, se eles gostarem, ichi, claro que sim. Por que não? Né, acho que quem vai escolher, vai ser eles não eu. Ninguém escolheu quando eu fui me casar, eu mesmo escolhi né, então eu acho que e por aí. Se a pessoa souber que é isso que quer mesmo. Porque a diferença da pele, de cor eu acho que não tem nada a ver, com o caráter da pessoa né, com a dignidade da pessoa”. (Maria Aparecida)

O pai, Ademir, também tem dificuldade em definir e orientar seus filhos sobre a cor/raça e, talvez pelo fato de ser branco e seus filhos terem fortes características física do negro, ele se sente constrangido. Tem dificuldade em educá-los e repreendê-los na frente de outras pessoas; tem receio de as pessoas pensarem que ele tenha seqüestrado as crianças negras, ou que esteja praticando algum ato de violência em crianças que não são seus filhos, já que ele é branco e os filhos, negros.

“Não assim, o pessoal olha por que isso daí até sem querer mas eles olham eles reparam e até tem hora que até me preocupa, por que tem esse negócio de seqüestro essas coisas, então acaba passando na sua cabeça sabe a gente. Foi na mesma semana e eles estavam jogando futebol e o meu menino, o, Lucas veio e derrubou o branquinho, eu peguei e cheguei né eu ia bater no meu menino eu ia bater, aí eu parei e falei: nossa ninguém me conhece aqui vão pensar que o outro é que é filho meu você entendeu”. (Ademir)

Ademir diz que, em muitas ocasiões, fora confundido com um pai adotivo, pelo fato de os filhos serem “mais escurinhos” e ele branco.

Lucas, filho deste casal, tem nove anos e, na data da entrevista, estava cursando a 3ª série do 1º grau numa escola da rede pública de ensino da cidade de Franca. Em algumas situações, Lucas é visto pela mãe como negro; pelo pai, é visto como “mais escurinho”, mas ele próprio se descreve como moreno.

Já Ana Livia, sua irmã, com 14 anos, não estuda na mesma escola que o irmão. Na época da entrevista estava cursando a 8ª série do 1º grau, também numa escola da

rede pública de ensino da mesma cidade. É vista pelo pai e pela mãe como “mais clarinha” e a mais inteligente. Ela própria diz ser negra, acrescentando que adora a sua cor.

Ana Livia recorda-se que, quando era criança e ia visitar seus avós paternos, sua avó guardava em sua casa uma boneca negra. Essa boneca, de acordo com o relato da Ana Livia, era guardada somente para ela. Ana diz que foi a única boneca negra que ela teve:

“Só na minha vó que tinha uma boneca tipo um bebezinho, moreninho, moreninho assim com o cabelo todo enroladinho toda vez que eu ia lá a minha vó guardava pra mim brincar eu adorava brincar, a vó de São José, Ah eh eu acho que existe até hoje lá guardada. Tem um quarto lá tem duas bonecas, tem uma branquinha e essa pretinha ela tem o olhos meio castanho, cabelo enroladinho, ai minha vó tinha o maior ciúmes dela né. A minha vó falava assim: ó tá guardar ela aqui quando vocês vierem de novo você pega viu. Eu falava: não deixa ninguém pegar vó, só eu, ela guardava deixava quando eu voltava lá brincar foi sempre assim nunca deixou os outros brincar, sempre deixou guardadinho quando eu chegava tava lá no lugar onde ela colocou da última vez que eu fui, aí eu pegava brincava, brincava, e ela ficava me olhando brincar: ah deixa eu brincar também a gente ficava brincando. A boneca até hoje, faz tempo que eu não vejo ela deve tá lá guardada no quartinho”. (Ana Livia)

Ana faz uma análise das condições financeiras dos avós negros e dos avós brancos:

“Essa é mãe da minha mãe lá de Minas. Lá assim a gente brincava, mas não era muito não tinha muito brinquedo, por que lá não tinha muita condições de comprar aí a gente levava às vezes os brinquedos, brincava com meus outros primos a gente levava muito brinquedo pros, outros assim, uma hora a gente vai crescendo vai deixando os brinquedos a gente guarda e leva tudo pra eles porque eles são menores né eles adoram, fazem a festa lá. Eles ficam super feliz aí eles brincam brincam brinca agradece a gente eles são muito legais assim, eu adoro eles”. (Ana Livia)

Ana Livia, da família B, e Luciano, da família A se vêem como negros, embora não consigam precisar elementos que os possibilitaram identificar essa opção. Uma das hipóteses é a de que Luciano e Ana Livia se identificam com o negro, porque a sociedade os vê como negros(as). Embora tenham a cor da pele menos negra e traços

fenotípicos do branco, a sociedade, nos ambientes em que eles freqüentam, os vê como negros.

A análise das respostas dessas pessoas permite-nos dizer que a educação para a construção do pertencimento racial e da subjetividade dos filhos está associada, também, às experiências discriminatórias vivenciadas em sua história de vida.

3.1.3. O pertencimento racial

Para a interpretação do processo de socialização dos filhos em famílias constituídas por negros e brancos, no que diz respeito ao pertencimento racial, deve-se considerar as práticas sociais diariamente reproduzidas para a manutenção da hierarquia racial entre negros e brancos na sociedade brasileira.

Os relatos tanto da mãe/pai negra(o) como da mãe/pai branca(o) revelam que essas pessoas, na infância, foram socializados com posicionamentos negativos em relação aos negros e seus descendentes. E mesmo entre aqueles que são negros, a falta de orientação sobre o pertencimento racial, sobre as maneiras de se educar um filho (considerado branco ou negro, ou mestiço, ou moreno, ou mulato) impossibilita a existência de um diálogo no lar, problematizando-se a questão racial. Isso acontece não somente dentro do ambiente familiar, mas também na vizinhança, na escola, no clube, no trabalho, na sociedade enfim.

Aparentemente, diríamos que as experiências discriminatórias que essas pessoas tiveram associadas ao fato de terem se casado com negro(a) ou branca(o) não geraram necessidade de pensar a educação dos filhos com vistas a os orientarem sobre as diferenças étnico-raciais, o que fragiliza a elaboração de estratégias para que seus filhos estejam preparados diante de atos de discriminação e racismo. Enfim, poderíamos, grosso modo, dizer que no processo de socialização dos filhos entre as famílias entrevistadas, podemos perceber a ausência de medidas para preparar os filhos para enfrentar questões relacionadas ao pertencimento racial, ao combate a discriminação e ao racismo durante o processo de educação. É como se a cor da pele, diferente entre eles, não existisse.

Assim como as famílias negras, formadas por casais em que ambos são negros, as famílias inter-raciais vivem, em diversos momentos:

*a ausência de elaboração de estratégias, que possam auxiliar os filhos a enfrentar o problema do racismo e da discriminação racial;

*apresentam dificuldades em abordar e discutir assuntos referentes ao pertencimento racial, o que as leva a praticarem, muitas vezes, uma orientação que poderá não ajudar seus filhos a enfrentar as situações de discriminação e racismo das quais farão parte. Além disso, não terão eles instrumentos para discernir atitudes racistas, o que provavelmente os conduzirá a tomá-las como naturais.

Experiências negativas da família A

Irani diz não orientar os filhos sobre o pertencimento racial. Diz que nunca conversou com os filhos sobre isso e que não percebe que os filhos são negros. Irani comenta que Jaime, seu marido, foi, inúmeras vezes, vítima de discriminação racial, principalmente no ambiente de trabalho

Descreve várias situações ocorridas na cidade de Sacramento (MG), onde, no Banco do Brasil, local em que Jaime trabalhava este fora vítima de discriminação racial. Irani relata ocasiões em que seu marido fora discriminado por funcionários brancos. No dia 13 de maio, por exemplo, enviavam-lhe bilhetinhos dizendo “parabéns pelo seu dia”. Irani diz que eles (marido e mulher) tinham de aceitar a situação, tinham de levar na brincadeira. Descreve outras situações em que os funcionários brancos podiam chegar atrasados no emprego, mas Jaime, não. E, ao questionar o gerente sobre o porquê de somente ele não poder se atrasar, o gerente diz o seguinte: “acontece que você é negro”.

Mesmo considerando todas essas situações em que seu marido fora vítima de discriminação racial, Irani diz não haver importância o fato de orientar os filhos com vistas ao duplo pertencimento racial.

Jaime, do mesmo modo, aparentemente não vê importância em educar os filhos enfatizando o pertencimento racial. Para ele, os filhos nunca sofreram discriminação e, por isso, não vê necessidade de abordar o assunto. Ao ser questionado sobre como enfrentaria o problema, ele tenta fugir do assunto, dando como exemplo uma situação vivenciada por um menino negro pobre, que frequenta sua casa e que sua família vê como se fosse da família. O menino tem casa, mora com sua mãe, mas passa parte do seu tempo na casa de Jaime, convivendo com seus filhos:

“Eu não me lembro de ter falado com meu filho assim, de ter vivenciado uma situação constrangedora com relação a isso, com os meus filhos, e não tendo vivenciado, quer dizer, provavelmente nunca aconteceu. Agora veja só, tem um menininho que desde quando era de colo freqüenta minha casa, ele tem mãe, tem pai também, mas só que é, é mãe solteira tá, ele tem vários irmãos são cinco irmãos e a minha mulher ajudava numa creche, desde que ele era novinho, ele freqüenta a minha casa. Hoje ele já tem 13 anos continua freqüentando a minha casa, de 15 em 15 dias ele passa os finais de semana na minha casa. E ele é negro, e nós adoramos ele, não porque ele seja negro. Adoramos ele porque é uma criança que freqüenta a minha casa desde que era de colo, não tem porque não gostar. Adoramos porque ele é uma criança adorável. Pois bem, eu vou contar esta história prá você vê no que que é criação, o que que é convivência. Um dia nós estávamos na chácara de um amigo, numa festinha de aniversário, piscina, todo mundo reunido e tal. Esse menino deveria ter aí seus nove anos de idade, conseqüentemente isso faz de 3 para 4 anos. Ele viu a dona da casa, branca, fumando do meu lado e essa senhora estava junto com o marido, ele se aproximou de nós e falou assim: “Tia”, falando prá ela que era a nossa anfitriã, “Tia, não fuma, não tia, a senhora fuma?, Ah ... não tem jeito fulano, eu fumo”, “Mas não fuma não, se a senhora fumar, eu aprendi na escolinha, que a senhora vai ficar com o seu pulmão lá dentro, da cor do meu tio”, levantou a mão prá mim, e ele é muito mais negro que eu. Então aquilo foi motivo de muita risada, de muita brincadeira. O próprio negro passa a ser preconceituoso, e o que é pior, ele passa a ser preconceituoso com o próprio negro. Quer dizer, porque embora seja preconceito do mesmo modo, mas, vamo dizer assim, a gente até entende uma pessoa negra ter preconceito de, com relação a uma branca ou um branco ter preconceito com relação ao negro, agora o negro ter preconceito do próprio negro aí não, que diabo é esse? Cê concorda? Mais é o que, é vivência, então tô contando isso pois foi uma coisa que aconteceu assim, não com, eu posso até falar que é um membro da minha família, porque ele vai muito, continua freqüentando a minha casa, sei que vai continuar freqüentando sempre e tudo mais. É uma pessoa muito próxima a que nós gostamos muito, e de modos que posso até dizer que foi com um membro da família. Mas com relação aos meus filhos mesmo eu não me lembro de nenhum acontecimento relevante que merecesse ser lembrado, contado aqui nessa hora”. (Jaime)

Jaime problematiza um episódio envolvendo uma pessoa que não é seu filho, mas não relata qualquer situação que seus filhos possam ter vivenciado. É como se, para Jaime, seus filhos não fossem negros e, por isso, não sofressem qualquer tipo de preconceito nem discriminação no que diz respeito à cor, à raça. O outro, que não é seu filho, é o negro, e dele existem experiências negativas que podem ser relatadas. Como

insistimos para que Jaime tentasse se lembrar de algum fato em que os filhos tivessem sido vítimas de discriminação, Jaime diz o seguinte:

“Eu não me lembro de nenhum episódio pitoresco que tenha acontecido com relação a meus filhos. Aliás, eu lembro de um só, assim mesmo, provocado, vamos dizer assim, pelo, por um dos meus filhos o mais novo [Tiago]³⁵, mas assim mesmo quem veio falar comigo não foi o meu filho. Eu me lembro de uma vez que um amigo meu, que tinha filho da idade do meu, e que era branco, tá, que estudavam na mesma escola, que participava, esse pai desse aluno, que estudava na classe do meu filho menor. Nós participávamos de uma reunião juntos e um dia ele veio me pedir desculpas, eu não sabia porque, desculpas por que? Aí ele me disse que o filho dele chamou o meu filho de negro na escola, nem sei se foi negro mesmo. Não é o que eles costumem dizer, eles costumam falar ô preto, o pretinho. Ou então negrinho. Bom. E eu não entendi o que ele estava falando. “Mas quando aconteceu isso, eu não sabia”. E aí esse amigo falou: “Mas o Tiago não te contou?” Eu falei: “ Não ”, não me contou. E se ele não me contou, que relação nós podemos tirar disso, que lição nós podemos tirar disso. É que ele não valorizou, o meu filho não valorizou esse tipo de coisa. Então ele não me contou, quando eu cheguei na minha casa fui perguntar a meu filho. Então veja você, ele não deu valor, então, eu não me lembro de ter falado com meu filho assim, de ter vivenciado uma situação constrangedora com relação a isso, com os meus filhos, e não tendo vivenciado, quer dizer, provavelmente nunca aconteceu”. (Jaime)

Nota-se que Jaime descreve uma situação de discriminação que fora vivenciada por seu filho e, mesmo relatando essa experiência, diz que a culpa do ocorrido não é do menino branco, mas de seu filho que deve ter provocado o menino. Para o pai, o fato não teve importância para seu filho, uma vez que este não lhe contou. Jaime não vê a situação como algo constrangedor que merece ser dialogado com o filho; ao contrário, diz que o filho não valorizou o episódio. Jaime não admite que o filho tenha sido discriminado.

Ao analisarmos a maneira como a família do Senhor Jaime aborda a questão do racismo e da discriminação em casa, podemos concluir que Tiago não comentou o assunto em casa, porque não tinha abertura com seus pais para dialogar sobre assuntos referentes à questão racial. O fato de o pai do menino branco ter pedido desculpas a

³⁵ Lembrando, mais uma vez, que nesta família, dentre os filhos do casal, somente Luciano foi entrevistado.

Jaime também pode ter sido motivado pelo fato de Jaime ocupar um posição privilegiada na cidade em que mora.

Experiências negativas da família B

Assim como Irani, a mãe branca, Maria Aparecida, a mãe negra, também relata encontrar dificuldades em relação à forma de educar os filhos:

“Para te falar a verdade eu nem sei como preparar, porque não adianta falar para ela: “Se te falar você reage ou você fica quieta ou ignora”. Porque na verdade a criança não vai ficar quieta, não ignora... era quando os outros, eu cansei de brigar na escola, eu cansei, os moleques me chamavam de negrinha, de Maria trancinha, na escola eu não queria fazer nada de errado, porque era boa aluna, não sei o que. Ah, mais ainda eu pegava, cansei de brigar, cansei, é lógico eu não ia falar para as meninas te xingar... você chega lá fora e desce o braço nelas né. Gosta de apanhar, mas não sei nem como orientar. “Existe, ainda tem muita gente com a cabeça pequena né, com relação a um monte de coisa, judeus, é pobres, ricos eu acho que ainda tem gente que discrimina ainda, mas não quanto já teve, tanto que já teve. Como eu falei antes, eu não preocupo com isso porque eu acho que hoje é muito diferente. Não é há quinze anos atrás que tinha aquele negócio, tudo ser separadinho, hum, agora não, acho que não tem muita necessidade disso”. (Maria Aparecida)

Além dessas situações em que os pais dizem não orientar sobre o pertencimento racial, em outras ocasiões pode ocorrer momentos em que a família, mesmo sem ter estratégias bem definidas, orientam os filhos, indiretamente, ou em situações em que foram esgotadas todas as outras possibilidades. As estratégias existem, se colocam a todo o momento, e mesmo as mães ou os pais dizendo não ter orientado seus filhos para enfrentar situações de discriminação e preconceito, consegue-se captar nos lapsos, nas falhas, nas falas que, no interior dessas famílias, existem estratégias utilizadas como forma de orientar os filhos sobre o pertencimento racial. São pequenas estratégias, pequenos gestos e palavras, mas que contêm orientações sobre o procedimento que os pais se utilizam no dia-a-dia para orientar seus filhos.

Experiências positivas da família A

O fato de Irani ter presenciado situações de discriminação racial em relação ao seu marido em sua família anterior ao casamento e, posteriormente, ter vivenciado situações em que seu marido fora vítima de discriminação no local de trabalho, atitudes semelhantes em relação aos seus filhos, pode ter levado-a, em algum momentos, a

orientar os filhos sobre o pertencimento racial. Assim, mesmo dizendo não ter orientado ou conversado com os filhos, quando lhe pergunto sobre os acontecimentos discriminatórios vivenciados e relatados para mim por seu filho Luciano, Irani tenta reforçar a auto-estima, reforçando a beleza do filho:

“Não toda vez que alguém chegasse eu falei filho, você é mesmo negro e bonito eu sempre levei nessas coisas assim você é negro e bonito, você fala assim sou negro e bonito”(Irani).

Apesar de enfatizar a beleza, o fato de Irani dizer a seus filhos que eles são negros demonstra que no interior desta família há pequenas estratégias das quais a mãe branca se utiliza para educar os filhos quanto ao pertencimento racial. Ela diz: “você é negro mesmo”. Ainda que, em outros momentos Irani mencione que os filhos são morenos, ou mais clarinho, existem momentos, no interior da família, em que ocorrem situações discriminatórias e preconceituosas envolvendo os filhos, e são nessas que a família é confrontada e não tem alternativa a não ser orientar os filhos. Irani discorre sobre outras situações:

“Não, nunca falamos isso. Eu sempre falei pros meus filhos assim quando você vai pra faculdade seja um bom aluno, mas não porque você é negro, mas porque você é um ser humano certo você não tem que competir com ninguém, mostrar que eu sou negro eu tenho que ser melhor do que os outros, não você não tem que competir você é um ser humano e você vai fazer o melhor que você puder mas se você fosse branco, verde ou vermelho, você vai fazer o melhor que você puder por que quando você começa a mostrar que eu preciso melhorar porque eu sou negro eu tenho que mostrar que eu sou bom, eu acho que você está envolvido no preconceito, então você não tem que fazer nada você tem que mostrar o que você é e trabalhar mas como ser humano como negro você não precisa mostrar nada pra ninguém”. (Irani)

Irani, em todos os seus depoimentos, inicialmente nega abordar assuntos referentes ao preconceito, discriminação racial e o pertencimento racial, mas nas análises das entrelinhas de seu depoimento, pudemos encontrar várias situações em que essa mãe relata estratégias de orientação, ou seja, de como os filhos devem proceder numa sociedade onde o racismo é ambíguo. O destaque é para o fato de que essa mãe educa os filhos, orientando-os no sentido de que não é necessário ser o melhor, como

acontece, por exemplo, com a família B, mas informando-lhes, à maneira dela, de que eles interagir-se-ão entre negros, brancos, mestiços e outros grupos.

Em um outro momento, em que o filho de Irani, Daniel¹, foi vítima de discriminação racial, Irani reage frente à discriminação racial. Nesse relato, Irani descreve a situação que se dá em um clube onde o filho é explicitamente discriminado pela família da namorada branca:

“mas meu filho teve viu o Daniel e olha que ele é um dos mais clarinhos dos meus filhos por causa da namorada dele agora (...) Daniel é o mais clarinho, de Uberlândia. Essa menina que ele tá namorando agora eu ouvi comentar que a mãe falou né (a mãe é branca, Angela). A mãe é. E o Daniel é o mais clarinho dos filhos né puxou para o lado do meu pai diz que ela falou né, diz que ela falou assim, que não queria que casasse com filho de nego né e eu assustei achei um absurdo né no dia eu fiquei chateada, eu queria até ir discutir com ela sabe, ele ah, deixa isso ai é com o tempo hoje ela tá boa com meu filho né. (...) Ele chorou (...) converso comigo, nós estávamos na colônia lá em Itanhém e elas também estavam como funcionário do Banco do Brasil. (...) A primeira reação minha, não por que... de preconceito ou de medo mas como filho que tava chorando eu já desci a escada que desci uma fera mas no meio do caminho eu disse gente o que eu vou mudar o que que eu vou provar pra ela? Ele contou pra mim chorando, chegou chorando contando, que ela não queria que era filho de nego né e o que veio na minha cabeça eu desci pra brigar por que ela é filha de um alcoólatra né então eu desci já pronta pra socar tudo sabe mas no meio do caminho eu falei meu Deus mas por que eu vou magoa-la, ai eu parei sentei conversei, por que se eu encontro com ela na primeira saída eu já tinha feito sabe... dito Ah, ele é preto mas não bebe, e não sei o que por que já tinha tudo planejado mas ai eu cheguei falei calma ai senão você vai falar coisa que depois você vai se arrepender né, se ele quiser ele vai conquistar o espaço dele e ele tem que conquistar o espaço dele e foi o que ele fez assim hoje ele é querido, né eu nem falei nada, nem sei se ela sabe que eu sei, que hoje ela me telefona pede pra mim fazer bolo”. (Irani)

No depoimento acima é possível perceber a ênfase que Irani deu à tonalidade de cor do filho, pois ao repetir várias vezes a expressão “o mais clarinho”, evidenciou-se o fato de a discriminação afetar o filho, “mais clarinho de todos”, a ponto de levá-lo a chorar. Comprova o quanto a discriminação afeta diretamente a todos em nossa sociedade, independentemente da tonalidade de pele, isto é, de ela ser mais clara. O mesmo acontece de maneira independente da classe social, pois a família de Irani, nesta cidade, era vista como uma família que possuía status sócio-econômico.

Desse modo, podemos fazer duas análises sobre o episódio que envolve a discriminação de Daniel. Na primeira, a mãe branca se pergunta: “o que eu vou mudar?” Há algo que a impede de “ir além”, pois o sentimento de piedade que ela expressa para com o filho não é suficiente para ela romper com o *status quo* e tomar uma atitude concreta perante o problema. Ela compara o fato de ser negro ao de ter um vício, especialmente quando diz: “ela é filha de um alcoólatra”. Aqui o fato de ser negro é comparado a um vício, porém é um defeito um pouco melhor, porque “ele é preto, mas não bebe”. Essa comparação (vício/negro), aparentemente inocente, está fortemente carregada de estereótipos. Significa que ser negro é ser inferior e, por isso, o negro e o mestiço, aqui, são vistos como uma imagem estereotipada. A mãe admite o quanto a atitude magoou a ambos, mas opta pelo silêncio. Não há explicitação da contradição; não há questionamento do porquê dessa situação.

Na segunda linha de análise, pode-se perceber que esse episódio de discriminação é o único momento em que Irani admite que o filho não deixa de ser negro, pois foi discriminado, embora seja o “mais clarinho”. É, enfim, o momento em que a mãe admite a negritude do filho. Aliás, ela não tinha como deixar de admitir, pois a situação estava posta.

Perguntamos à Irani como ela tinha abordado o problema com o filho, ao que ela nos respondeu:

“Eu falei que se ele quisesse conquistá-la ele ia escolher, ele ia escolhe ele tinha que usar o que ele pode mais o que ele sabe mais”. (Irani)

Irani aconselha o filho a conquistar a família branca. Aparentemente nem a namorada branca teve conhecimento do fato de sua família ter discriminado Daniel, o que é difícil de se acreditar, pois a família/branca, com certeza, deve ter comentado com a filha/branca sobre o não consentimento do namoro com um mestiço ou negro. Outro fato importante de se reportar é que Irani diz ao filho que este “vai ter de escolher”, o que pode significar que ele, Daniel, poderia escolher entre continuar num relacionamento em que não era aceito e lutar para conquistar essa família, ou partir para um outro namoro.

O fato é que Daniel, no momento em que chora, coloca para essa família formada por negro e branca um conflito a mais no trato com a questão racial. Na

ocasião, o pai negro não diz nada, mas Irarni não se põe distante do preconceito étnico-racial, embora não saiba abordá-lo utilizando-se de estratégias bem definidas. A orientação que a mãe dá ao problema efetivamente não leva o filho a questionar a postura da família da namorada branca, nem o leva a refletir sobre o seu pertencimento racial.

Seguramente, a atitude da mãe branca, num primeiro momento, é a de afeto, pois ela tenta proteger o filho, numa reação normal de mãe. Esse é, aliás, o único posicionamento explícito dessa família em relação a uma atitude de discriminação racial. Nem a mãe branca nem o pai negro conseguem orientar o filho quanto ao procedimento mais adequado ou menos prejudicial em relação a esse episódio de discriminação. Na ocasião, a orientação que a mãe lhe dá pode não ser vista como uma maneira definitiva de enfrentar o problema, mas a resposta que ela dá ao filho, a postura que tem, “querendo ir tirar satisfação com a família branca” pode ter levado o filho a questionar a postura da família da namorada branca, além de levá-lo a refletir sobre o seu pertencimento racial, sobre a sua cultura.

O depoimento que Irani sobre Daniel, desmistifica a idéia da democracia racial no Brasil, e de que os relacionamentos de negros e brancos “branqueiam”. Quando Irani diz indignada que ele era o “mais claro”, significa que para ela, o fato de Daniel ser o filho “mais claro” iria minimizar ou acabar com a discriminação racial, o que não acontece. Apesar de Daniel possuir as características fenotípicas do branco, não o impede de ser discriminado.

Jaime relata algumas situações em que fora vítima de discriminação racial e demonstra sua dificuldade em abordar o assunto com sua esposa e com seus filhos. Diz conversar com os filhos quando se faz necessário e como, na sua opinião, os filhos nunca sofreram discriminação, ele, então, nunca discutiu com os meninos. Relata, ainda, que sua família tem uma “visão moderna sobre a questão racial” e, por isso, para sua família, negros, brancos e amarelos são todos iguais; não há diferença entre as pessoas, um fato que, para Jaime, a televisão e o jornal já oferecem orientação.

Ao perguntarmos a Jaime sobre a possibilidade de ele discutir questões relacionadas ao preconceito a discriminação e ao pertencimento racial dos filhos, ele nos responde:

“Conversamos quando isso se faz necessário. Mas assim, não é toda hora que a gente conversa sobre isso. Você já notou que esse assunto, que a gente conversa mais ou menos determinado assunto quando acontece algum problema que puxa aquele assunto. Como os meus filhos não tiveram esse tipo de problema, e, e, e, no, nós não conversamos assim tão amiúde, mas quando esse assunto surge, ou seja na televisão, seja a gente vê no jornal aí nós conversamos, achamos e tudo mais, quer dizer a minha família, a minha mulher, meus filhos nós temos uma visão moderna com relação a isso”. (Jaime)

Podemos verificar que existem momentos, nessa família, em que o pai, a mãe e os filhos se reúnem e discutem o problema racial. São momentos informais, mas que existem e envolvem a família inteira. São pequenas estratégias, que podem passar despercebidas, mas que fazem a diferença. São, enfim, maneiras que essa família encontrou, em seu arranjo familiar, de orientar e educar seus filhos sobre os problemas raciais que os irão afetar.

A mãe de Jaime, negra, orientou-o abertamente sobre o seu pertencimento racial, quando se opôs ao casamento de Jaime com Irani por julgar que seu filho seria infeliz ao lado de Irani. É como se a mãe negra estivesse dizendo: “meu filho, não se case com esta mulher branca, porque você sofrerá”. Há, aqui, orientação explícita sobre o pertencimento racial.

Luciano, o filho desse casal, diz a todo o momento que sua família é omissa em relação à orientação sobre as diferenças, entre negros e brancos, sobre o pertencimento racial. Mas também revela que eles conversam sobre essas questões, ainda que não seja de uma maneira formal:

“Então, nós nunca conversamos sobre isso de uma forma séria que eu tenha me lembrado, deve ter conversado e tal. Agora, acho que essas coisas pode ir descobrindo naturalmente, né, por conversar, por assistir televisão, eu não lembro de sentar com o meu pai e conversar, isso ou com a minha mãe”. (Luciano)

A fala de Luciano comprova o relato do pai. Podemos observar que Luciano diz que a família nunca conversou sobre tais questões de uma forma sistemática; as conversas acontecem de modo discreto, é uma espécie de tabu. A conversa não é colocada pelo pai ou pela mãe, mas eles aproveitam momentos informais para tratar

desses assuntos e, apesar de eles não descerem ao âmago da questão, o assunto é tratado:

“Então, nunca conversamos sobre isso, então por um lado, pode não ter preparado, agora por outro lado eu acho que a melhor preparação é a educação que tem. Então, uma pessoa equilibrada, educada, que tem uma base familiar digamos assim, é muito mais difícil de perder o controle, já sabe quais são os valores, mesmo nessa parte religiosa eu acho que essa foi a melhor preparação, então eu sabia que todas as pessoas são iguais, por exemplo, eu acredito em reencarnação, então eu sabia que essa reencarnação eu sou branco, negro, na outra encarnação eu posso ter sido branco, na outra eu posso ter sido mulher, eu sabia e acredito que tudo o que a gente passa é porque a gente precisa. Lembro uma vez que eu comentei uma coisa com minha, eu assistindo televisão e a gente até comentou, programa da Xuxa, muito tempo atrás, muito tempo, aí ela [refere-se à apresentadora Xuxa] estava falando: “ah, eu acho engraçado essa coisa de negro e tal, que eu não vejo que tem tanto preconceito assim, porque eu lembro que quando eu saia com o Pelé, todo lugar que eu ia era bem aceito. A minha mãe ainda comentou: “é lógico que ela é bem aceita, ele foi o melhor jogador do mundo, é uma unanimidade em todos os lugares, ele vai ser discriminado?” quer dizer, mesmo as pessoas que tem preconceito com ele não fala nada. Então isso é óbvio que o cara, agora é comum que quem não conhece discrimina mesmo jeito, né. Então jogador de futebol é comum, um cara que não é muito conhecido, é parado em todos os bloqueios policiais, eu lembro de uma vez, não sei se foi um desembargador negro que estava falando que todo bloqueio policial ele é parado, todo lugar que é para revistar ele é revistado, todo lugar que ele vai entrar os caras olham para ele. Se ele está dirigindo um carro novo eles acham que ele é motorista”. (Luciano)

As estratégias que essas famílias adquiriram para orientar seus filhos podem ser explicitadas da seguinte maneira:

- *quando a mãe de Jaime lhe diz “não se casa com Irani, porque você sofrerá”;
- *quando Irani diz a seus filhos que eles são negros;
- *quando Jaime diz que existem momentos em que a família reunida, mesmo em frente à televisão, discutem sobre as questões referentes ao racismo e a discriminação;
- *quando Luciano diz “sou negro”.

São pequenas ocasiões, que se extraem das falas e devem ser vistas em mais detalhes, com mais criticidade, para que se possa apreender a sua essência.

Luciano, prossegue, lembrando outro momento em que ele e o irmão ouvem o pai conversando com um amigo sobre uma das inúmeras situações em que o pai fora discriminado:

“Estes tempos para trás ele brigou com um cara e o cara chamou ele de negro, não sei o que, preto, não sei o que. Então ai isso eu fiquei sabendo, agora esse caso mais grave assim, eu não era nem nascido. Foi em Diadema era escoltado quando o cara que era gerente do banco que ele era único negro quase da cidade e tal. Então era assim, eu fiquei sabendo disso depois, quando eu tinha uns 13 anos”. (Luciano)

Perguntamos, então, a Luciano se eles discutiram em família esse assunto; ele nos diz que não, mas que comentou com o seu irmão:

“Não, não, eu lembro assim, quando eu fiquei sabendo, eu nunca tinha ouvido essa história, ai uma vez eu escutei meu pai conversando numa viagem que a gente fez, que tinha um outro bancário que era negro, comentando com ele. Eu escutei, ai depois eu comentei com meu irmão isso, conversei com meu irmão sobre isso. Ah, comentou tal, o que fazia, por exemplo, eu lembro é que comentou nada só não foi uma coisa que a gente discutiu assim, eu lembro que ele tinha falado assim que o cara era encanado com a barba dele, ai quando ele pediu a transferência dele os amigos do Banco falaram para ele. olha: “vai sem a barba” com jeito de desaforo do cara, eu lembro que eu comentei com meu irmão” eu ia de qualquer jeito, né, para provocar o cara”. Mas que eu lembro é só isso, que eu lembro é só isso”. (Luciano)

É importante ressaltar que todos os episódios relatados pelo pai e as reuniões em frente à televisão são momentos em que o pai e a mãe discutem o racismo e a discriminação, mas como se isso fosse algo longe da realidade dos filhos; como se não acontecesse com eles: seus filhos mestiços têm características do branco. Mas, Luciano vai construindo seu pertencimento racial, se percebe negro: a) na medida em que vai sendo educado informalmente dentro de sua família; b) na medida em que vai ouvindo situações em que seu pai negro e discriminado; c) na medida em que vivencia suas próprias experiências de discriminação, fora de seu ambiente familiar; e d) na medida em que vai se relacionando com outras pessoas por meio do diálogo, do conflito.

Experiências positivas da família B

Aparentemente, tanto a família A como a família B não crêem que orientam os filhos com vistas a levá-los a compreender e a enfrentar o racismo e a discriminação que viram a sofrer. Os pais disseram que a televisão educa, neste sentido, e que se eles não orientam, é porque os filhos não sofrem esse tipo de problema:

“Não, a gente nem preocupa com isso. Porque hoje em dia, a gente ouve muito na televisão, vê, as crianças sabe por exemplo, que racismo é crime, né, esse tipo de coisa. E eles têm amigos de todas as raça, de todas as cores, não fazem questão. E meu marido nem preocupa com isso, ele é tão descontraído em relação a isso, que não tem sabe, não tem como ser mais natural”. (Maria Aparecida)

A mãe negra diz que não se preocupa com a educação dos filhos com vistas à orientação do pertencimento racial, mas, em outros momentos, ela diz que os filhos são muito pequenos para aprender. Foi possível notar, porém, algumas situações em que a orientação é feita:

“Foi o negão que deu o papel”. Eu falei: Lucas mas a gente não fala isso das pessoas, nem se é brancão, nem se é negrão. Não mãe, mas vem cá ver se ele não é um pretão mesmo, mas ele é bem preto mesmo. Eu falei: Lucas, não interessa, não tem essa se ele é branco, se ele é negro, você tem de falar assim: foi um senhor que mandou você entregar o papel. Você é preto também, Lucas”. (Maria Aparecida)

Além de chamar a atenção do filho para o fato de que não se deve referir às pessoas pela sua aparência externa, pela cor da pele, Maria Aparecida se vê numa situação em que tentou, de todas as maneiras, dizer ao filho que ele não se deve referir as pessoas pela cor da pele, mas todos os seus argumentos não funcionaram. Então, ela diz, claramente, que o filho não deve fazê-lo, porque também é negro. Essa foi, assim, a última alternativa que ela encontrou para resolver a questão, alternativa esta que demonstra que ela está orientando Lucas sobre seu pertencimento racial. Em outros momentos, ela se utiliza de etinônimo: “vem cá minha negrinha/o vem cá minha pretinha/o”, referindo-se aos filhos, o que também pode ser visto como outra estratégia de orientação racial. Ainda há outras estratégias que essa família se utiliza; refere-se, por exemplo, aos antepassados, não se referindo a uma origem africana, mas ao próprio pai:

“Então a gente não pode perder as raízes né, eu penso assim. Então eles vão guardar isso, vão contar isso pros filhos deles, os filhos deles vão contar pros filhos deles e assim eu acho que tem que ser. Porque senão a gente fica sem história. A pessoa né, sem passado, sem história. Eu acho que tem que ter, essa conversa sabe, tem que explicar, contar as coisas que acontecia. O Lucas adora contar que meu pai era caçador. Sabe, que

ele entrava no mato, que ele tinha uma cachorra que chamava brinquinho, que pegava os passarinhos que meu pai matava lá no ar. Ele adora essas coisa, o e, o rosto dele se ilumina que eu fico pensando assim, parece que ele tá vendo, e o pior de tudo é que eu não tenho uma foto do meu pai prá mostrar prá ele. Não tenho. E ele fica perguntando, ele vê um senhor velhinho, um negro, ele fala mamãe aquele lá parece meu avô ! Pros avós por parte de pai, e eles sabem que a vovó, lá de Minas é negra né, e o avô... eles conhece, a minha mãe ele conhece né, adora minha mãe. Minha mãe vem aqui uma vez por ano, ele fica falando o tempo o tempo todo que quer ir lá. E ele lembra, ele lembra que o avô era negro, que o avô era caçador não sei o quê, só que ele, aliás, desculpe ele não lembra, ele sabe porque eu contei, né. E ele sabe que o avô daqui é branco,. Ele não faz a menor diferença, ele quer saber das coisas do daqui e do de lá”. (Maria Aparecida)

Assim, a família de Maria Aparecida se utiliza dessas estratégias, as quais, enfim, vão ajudando na formação da identidade racial dos filhos. Em outro momento, Maria Aparecida relata uma experiência vivenciada por sua filha e uma amiga num clube. Neste episódio, Maria Aparecida vai até o clube questionar com o porteiro o porquê de sua filha e a amiga negras serem barradas:

“Nós ficamos sócios de um clube, o clube da empresa São José, faz pouco tempo, acho que tem um mês, porque os meninos, é perto da minha casa dá para ir a pé e os meninos não tem muito o que fazer lá no bairro né, então eu levo. E eles foram com os pais deles né, tudo bem, entraram normal, lógico né, estava com as carteirinhas tudo direitinho, eu fui depois outro dia, levei não teve problema. Ai conheci umas pessoas lá, uma senhora, a gente conversando, eu falei: "Faz tempo que vocês freqüentam?". “Não, nós somos só ...eu sou nora de uns fulanos lá, um senhor que é cobrador. Então por isso eu vim”. Então, por aí você imagina pode entrar qualquer um como convidado, quando foi Sábado eu não pude ir, eu não me lembro se foi Sábado, se foi domingo , acho que Domingo, eu não estava a fim de ir, eu falei para a Ana Lívía: “Você vai e leva a Sheila com você”, que é uma coleguinha dela, aí elas foram, falei: “Ana leva meu documento né, fala que ela vai entrar como convidada”, chegou lá não deixou a Sheila entrar. Ai elas voltaram, ai quando foi na Segunda-feira, foi feriado eu não vim trabalhar eu falei: “Hoje eu vou lá, ai hoje eu vou falar”. Ai eu chamei né, o funcionário que recebe lá as carteirinhas e falei assim: “Olha, eu liguei na empresa e em falaram que podia trazer uma pessoa como convidada”, porque eu liguei mesmo né... “e ontem eu não pude vir, a minha filha veio com uma coleguinha e não entrou por quê?” “Ah, mas a gente não tem autorização para entrar, para deixar entrar, se a senhora quiser, a senhora vai lá na empresa, conversa, pega uma autorização por escrito”. Eu falei assim:

“Olha, pelo que eu estou sabendo, apesar que faz pouco tempo que eu sou sócia, eu já conversei com gente aí dentro que entra como convidado... que entra como convidado”. Ele falou assim: “É, mas eu vou ver para a senhora”. Aí eu falei: “Então você faça o favor de verificar para mim, porque eu estou pagando e se tiver direito vai entrar quem eu quiser com isso”. (Maria Aparecida)

Da mesma maneira que o pai negro, o pai branco, Ademir, quando indagado sobre a mesma questão, diz não conversar sobre o assunto, porque os filhos nunca reclamaram de ter sofrido qualquer situação de discriminação. Por outro lado, as respostas dadas pelos pais e pelas mães não conferem, na maioria das vezes, com os depoimentos descritos. Isso porque, quando conversamos com os filhos, antes de conversar com os pais e com as mães, e eles já haviam nos relatado momentos em que foram discriminados, inclusive episódios em que as famílias tomaram conhecimento, os pais negavam que os filhos haviam sofrido qualquer tipo de situação que pudesse ser tomada como discriminação racial. Então, lhes questionávamos sobre o fato tal, que os filhos haviam nos contado, e assim por diante; a partir daí eles relatavam os episódios, mas diziam que os mesmos não tinham tido tanta importância nem mesmo achavam que o fato pudesse ser visto como discriminação racial. As atitudes de discriminação envolvendo seus filhos são, num primeiro momento, negadas, silenciadas, mas, depois de certa insistência, os pais falam sobre o assunto, apesar de dizerem que o fato não poderia ser considerado discriminação racial.

Assim como as mães, o pai negro e o pai branco negam que os filhos tenham sofrido discriminação. Na vida anterior à escola, a criança está mais desprotegida, e os pais talvez tenham mais tempo de as “vigiar” para defendê-las.

Em seus depoimentos a respeito da socializar e orientar seus filhos sobre o pertencimento racial a mãe branca e a mãe negra, num primeiro momento, não explicitaram, abertamente, o pertencimento racial como um aspecto importante para a socialização de seus membros. Mas a análise mais cuidadosa de suas falas nos permite deduzir que a orientação para o pertencimento racial não é a preocupação principal da educação dos filhos nessas famílias entrevistadas. Não há ênfase a esse aspecto, isto é, elas não tratam a questão como sendo uma das prioridades dessas famílias, mas na medida em que os conflitos vão acontecendo, os pais se vêem obrigados a tratá-los com

os filhos; são nesses momentos, justamente, que ocorre orientação para o pertencimento racial.

As falas do pai, da mãe e dos filhos nos permitem concluir que o ambiente doméstico não é o único que possibilitou ao mestiço a construção do tornar-se negro. Essa construção se dá para além do espaço da casa; se dá na rua, no trabalho, na escola, no lazer, na intimidade. Esses espaços sociais extrapolam o ambiente doméstico, compondo um intenso e complexo mapa de trajetórias sociais e raciais.

3.1.4. A educação como forma de apagar a cor

Com exceção de Irani, todos os outros membros das famílias entrevistadas compreendem que a educação escolar é a melhor maneira de os negros superarem o sentimento de inferioridade e as atitudes de discriminação que viram a sofrer. Acreditam, ainda, que o preconceito parte do próprio negro, e que, primeiramente, o negro deve mudar seu pensamento, suas atitudes. Isso, por sua vez, somente deve se concretizar a partir da educação escolar.

Há um grande incentivo ao estudo; desse modo, a educação surge e torna-se:

- *uma maneira de apaziguar a cor, tornar-se branco;
- *um meio de esquecer a cor;
- *uma maneira de ser aceito na sociedade;
- *uma estratégia de defesa;
- *uma forma de abrandamento das questões raciais;

Experiências da família A

Indagada sobre como orienta seus filhos a enfrentar o racismo e a discriminação, Irani diz que os filhos não precisavam competir com ninguém, uma vez que são negros:

“Você não tem que competir você é um ser humano e você vai fazer o melhor que você puder mas se você fosse branco, verde ou vermelho, você vai fazer o melhor que você puder por que quando você começa a mostrar que eu preciso melhorar porque eu sou negro eu tenho que mostrar que eu sou bom, eu acho que você está envolvido no preconceito, então você não tem que fazer nada você tem que mostrar o que você é e trabalhar mas como ser humano como negro você não precisa mostrar nada pra ninguém”. (Irani)

Irani não enfatiza a escola; antes, destaca a importância da honestidade dos negros. Diz que os negros devem ser honestos e esquecer a cor que eles têm; que eles não precisam mostrar que são negros; o que eles devem fazer é trabalhar. Afirma que o preconceito vem do próprio negro, e que os negros têm medo de serem negros. Jaime, seu marido, do mesmo modo, diz que o preconceito vem dos próprios negros:

“Prá vê que muitas vezes o próprio negro passa muita coisa em função do ambiente onde ele vive. Você entendeu? Do ambiente, se ele cria, acostumado com aquele tipo coisa, ele mesmo passa a ser preconceituoso. O próprio negro passa a ser preconceituoso, e o que é pior, ele passa a ser preconceituoso com o próprio negro. Quer dizer, porque embora seja preconceito do mesmo modo, mas, vamos dizer assim, a gente até entende uma pessoa negra ter preconceito de, com relação a uma branca ou um branco ter preconceito com relação ao negro, agora o negro ter preconceito do próprio negro aí não, que diabo é esse? Cê concorda?”. (Jaime)

Ao ser indagado sobre como os negros podem superar o preconceito e a discriminação, ele diz que os negros devem viver com honestidade, trabalhando, com atitudes, cumprindo seus compromissos, não sendo mau caráter; que devem pagar as dívidas em dia, se portar com decência, não ficar na rua “fazendo papelão”, e que não devem participar de movimento negro algum, e sim estudar muito. Da mesma maneira que seus pais, Luciano acredita que o problema do preconceito muitas vezes é culpa dos próprios negros. Descreve, então, a atitude de um professor de educação física, que é negro, muito bem sucedido profissionalmente e que reside na cidade de Franca. Relata que esse professor negro, mesmo sendo considerado um dos melhores de Franca, é altamente inseguro; por isso, Luciano diz que o preconceito muitas vezes é manifestado e vem dos próprios negros, que não sabem se valorizar. Prossegue afirmando que a maneira de os negros superarem a discriminação é estudando.

“Então o preconceito é na maioria por isso, é por ser diferente, pessoal que tem preconceito e eu acho que eu não sofri muito por isso, por eu ter, por exemplo, primeiro porque eu sempre fui um bom aluno. Uma vez eu conversei com uma psicóloga que dava aula de sociologia que é a Josiane, que inclusive é negra e ela falou: “ Eu acho que uma das coisas de você ser bom aluno é isso”, porque ela achava que quem é diferente tem que se sobrepôr de alguma forma e uma das formas que, e sempre consciente, né. Uma das formas de eu demonstrar meu valor é por ser um

bom aluno e por ser um bom aluno, pela formação que eu tive eu sempre fui muito desencanado em relação a isso. Então sempre, desde novo eu dava valor as coisas importantes, então eu não lembro de ter sofrido por isso não. Nem eu e nem meus irmãos eu nunca conversei sobre isso, eu sei que meu pai já passou por algumas coisas de profissão, ele deve ter comentado, agora escola, estas coisas não”. (Luciano)

Luciano enfatiza os estudos e, em conversa com uma amiga negra, os dois concordam sobre o fato de que os negros e os mestiços são diferentes e precisam estudar para se sobrepor, para adquirir respeito, para ser aceito.

Experiências da família B

Na família B, com exceção do Lucas, todos entendem que os negros também devem estudar para superar o racismo e a discriminação. Ana Livia diz não ter nenhum problema com os professores, porque se esforça para ser a melhor aluna da sala, tal como foi orientada pelo pai e pela mãe. Assim, a professora não a persegue:

“Não por que eu sempre quis ser assim, sempre estudei bastante pra não ter também, pra não dar principalmente para os professora chata ai que eu mais estudava, mais estudava pra não dar assim, pra depois ela não falar assim eu sou chata e vocês também não fazem nada pra não ter esse problema então eu sempre quis ser a melhor aluna da classe para não ter problema assim, quanto mais chata a professora mais eu estudava. Tirava a nota melhor nem que fosse a nota melhor dela pra não ter esse problema. Nunca teve esse problema da professora assim me tratar diferente, nunca, sempre eu gostava muito dos professores elas gostavam de mim sempre foi assim”. (Ana Livia)

Para Ana Livia, ser mestiça ou negra é um problema, o qual para superar ela tenta ser “boa aluna”. Por isso Ana Livia nunca teve problemas com os professores; ou seja, ser uma “boa aluna” foi a maneira que ela encontrou para ser aceita, para superar o problema da cor.

Em alguns momentos das entrevistas, o pai negro e branco e a mãe negra e branca reconhecem que a sociedade é racista e que discrimina. Mas, logo em seguida, retificam a observação, dizendo que a situação está mudando e que o racismo e a discriminação estão diminuindo. Isso pode ser tomado como uma forma de resistência frente ao sistema racista da sociedade brasileira:

“Sabe que eu acho, é porque o negro é veio lá da, da, dos quilombos lá né. Bom, a gente imagina assim né, e já vem naturalmente de família pobre. Por exemplo, eu me lembro que minha vó falava que a mãe dela foi escrava, e deve ter sido porque minha vó morreu tá com 5 anos e morreu com mais de 80 anos, né. Então, quer dizer, eu já venho de uma família, meus antepassados são, eram todos pobres então o que aconteceu é o seguinte, se não tem dinheiro, praticamente você não pode estudar né, então você sem estudo você não vai chegar a lugar nenhum. Vai ficar exatamente... eu nem sonho uma faculdade prá minha filha mas eu quero pelo menos que ela faça algum curso, alguma coisa, que ela possa ter uma profissão, que valorize mais justamente por isso também né, porque que a gente não vê um negro lá em cima, ou poucos. É justamente pela falta de condição social, né. Porque é muito difícil você ver uma família negra rica. Mas o que que é, é a raiz mesmo, é a própria história né. É a saga. Eu acho. Ah eu acho, aliás eu acho que para não ser discriminado mesmo só se for branco viu e olhe lá, dependendo. Porque o negro ele é muito massacrado, você vê que a profissão, o estudo é difícil, uma minoria que conseguiu fazer uma faculdade, né. você sabe das dificuldades né, para arrumar serviço, no jornal outro dia mesmo acho que foi uma pesquisa, acho que meu primo estava comentando que viu na televisão, que o tanto que o branco ganha mais que o negro, fazendo o mesmo serviço. Então eu acho que sempre vai ter alguma coisa, mesmo que disfarçadamente”. (Maria aparecida)

Maria termina a conversa enfatizando o estudo como forma de superação dos obstáculos enfrentados pelos negros e mestiços:

“Eu acho que m 1º lugar, hoje prá você conseguir um emprego você tem que ter bastante cultura. Eu acho que o 1º passo é estudando bastante. Estudar, estudar, fazer curso, fazer faculdade apesar né, das dificuldades. É dar o sangue mesmo. Eu acho que é isso aí. Porque se você tem a mesma cultura, eles não podem te discriminar porque você é negro. Agora se você não tem nada, como eu já falei, é muito difícil pro negro chegar na faculdade. Ai se não der um jeito vai continuar lá embaixo mesmo”. (Maria aparecida)

No seio das relações raciais da sociedade brasileira, ocorre quotidianamente uma luta constante pela ocultação de questões relacionadas ao preconceito e à discriminação racial tanto para homens quanto para mulheres, mestiços(as), negros(as), brancos(as).

3.1.5. O cabelo e o pertencimento racial

Experiências da família A

A relação dos filhos de negros e brancos com o cabelo é algo que chama muito a atenção em todas as entrevistas. Nas entrevistas com a família A, observamos que o cabelo crespo pode ser considerado uma das expressões simbólicas da identidade dos mestiços. O cabelo torna-se um fato significativo, tanto para as mulheres como para os homens, pois o ele é muitas vezes usado pelas pessoas a fim de depreciar membros de sua família. Os homens raspam o cabelo, as mulheres, algumas vezes, o alisam, e assim por diante. Além disso, o cabelo também é um instrumento que possibilita a construção social, cultural, política e ideológica, não podendo ser considerado somente como um dado biológico.

A preocupação com o cabelo, com a aparência, enfim, pode ser confirmada pelo depoimento em que Irani fala sobre o comportamento de sua filha:

“Ela brigava com o cabelo dela, era o cabelo e o busto desde pequena no seio ela queria fazer plástica com 13, 14 anos e o cabelo até hoje ela briga, bem sabe por que eu tenho as colegas que são ‘negras’ e elas falam ser ‘negro’ não tem importância nenhuma o duro é o cabelo o cabelo que é triste, cabelo de nego é triste né. Eu falou, eu tento enrolar o meu e vocês tentam alisar o de vocês, a Márcia sempre reclamou com o cabelo dela eu tô sempre na onda dela”. (Irani)

Irani associa o cabelo a algo que precisa “ser domado”: “é um cabelo mais difícil”, diz ela. Menciona, ainda, que a filha brigava com o cabelo, como, aliás, o faz até hoje. É como se a filha mestiça desse vida ao cabelo. Há aí um metaforismo do cabelo, pois a menina precisa dar vida a um ser inanimado, que é o cabelo, para poder “brigar com ele”. Dona Irani diz que o cabelo de seu filho Tiago é mais difícil, e que o cabelo das amigas negras é “triste”. Ao mesmo tempo, ela continua o depoimento dizendo que acha os cabelos crespos lindos.

O intervir no cabelo, começa em casa, mas ultrapassa o âmbito familiar. Os amigos também interferem no cabelo do mestiço, e esse passa a ser usado como um critério de classificação racial para apontar quem é branco, quem é negro ou quem é mestiço:

“Esse fim de semana, hoje eu vou para Ribeirão e vou ficar no apartamento dele e ele sempre brincou muito com isso e quando eu era mais novo, isso sempre me incomodava um pouco só que agora, depois de quando você vai vendo que, que primeiro que o cara não faz com maldade, acho que é a formação que ele teve mesmo, ele não faz para destruir, né, para ofender. Ele acha engraçado e brinca, né, depois de, que eu não dou importância para isso, hoje eu sei que o cara não está me depreciando falando isso, então eu não dou bola. Mas acontecia algumas vezes chamar de negão, de brincar coisa de cabelo, de dar apelido, mas assim, fato isolado, uma pessoa fazer isso, de vez em quando alguém fazer. Por exemplo, de ter um apelido, eu nunca tive um apelido, meu apelido na escola era Pereira, por quê tinha outro Luciano, eu nunca tive apelido assim não”. (Luciano)

Luciano sente-se incomodado com as provocações do amigo branco, mas diz que o amigo não o fazia por maldade. O fato é que, embora Luciano diga não dar importância para ao fato, o desconforto de Luciano em relação às piadas do amigo é notório. A intervenção no cabelo é uma questão de identidade. Luciano diz raspar a cabeça, por achar mais cômodo, mas diz que tem consciência de que é influenciado pelo ideal de ser branco, pela cultura que preserva o ideal da beleza branca:

“Essa coisa da gente é forçado a achar mais bonito e menos bonito, então, por exemplo, é difícil tanto o negro achar uma negra bonita. Por que? Porque beleza é 100% cultural, 100% cultural. Então qual negro, qual negra que a gente costuma achar bonita? A negra que tem os traços mais europeus, mais finos, o nariz menor, boca menor, cabelo mais liso, isso que todo mundo é influenciado, todos os negros e eu também. Por exemplo, eu sei pouquíssimas vezes com mulheres negras e isso é porque a gente não se dá conta disso, que beleza é sempre cultural. Então eu acho que o mestiço por ser mais parecido com o branco, ter os traços mais finos, eu acho que o que mais pega nessa coisa de preconceito é isso”. (Luciano)

Luciano tem consciência de que a beleza depende de vários fatores, e de que ele próprio é influenciado pela idéia segundo a qual o belo é o branco, as características fenotípicas brancas.

Experiências da família B

O cabelo liso era representado pela família de Maria Aparecida como símbolo da brancura, como uma possível aproximação com o branco. O cabelo de Maria

Aparecida, por ser o cabelo mais crespo dentre os de seus irmãos, era motivo de conflito nas relações entre ela, os irmãos e os tios:

“Em relação ao meu o cabelo dela [da irmã] era ótimo. Ela... ela era bem diferente de mim sabe, como todos os outros são também, mas ela tinha um cabelo melhor, porque o pai dela era mais claro... era mais claro. Então ela tinha o cabelo melhor e... o que mais? A minha mãe até conta que a minha tia que era deficiente, quando essa minha irmã nasceu, minha tia ficava só penteando o cabelo dela, o tempo inteiro né. Ai a minha tia pegou um vidro de alguma coisa, não sei se tinta que o marido da minha mãe usava, porque ele já era velho, passou no cabelo dela ai a minha mãe fala que foi por isso que o cabelo dela enrolou, mas a minha mãe também esquece que o cabelo dela é ruim também”. (Maria Aparecida)

Maria, ao recordar as sessões que envolvia o pentear o cabelo, diz com tristeza que era ruim a forma como a mãe e a avó se relacionavam com o seu cabelo:

“Não gosto nem de lembrar. A questão de pentear era dolorosa. Ai, ai, porque tinha que trançar né, porque a minha avó, ela falava assim que tinha que trançar para poder crescer. Ai eu não posso nem lembrar, então elas pegavam e falavam assim, elas tinham um banquinho e falavam assim: “senta ai no chão”, ai pegava uns cremes que eles mesmos inventavam feita com banha de porco, uma coiserada... É, é a água que tem no pé da bananeira, furava, diz que era bom para fortalecer o cabelo, me emplastava daquilo lá e penteava”. (Maria Aparecida)

Maria Aparecida descreve a relação que tinha com o cabelo. Para ela, o cabelo tinha um forte significado simbólico, ultrapassava a questão da estética, e representava a feiura, a negrura. Assim, para encobri-lo existia o lenço. O lenço era um artefato usado por sua avó, por sua mãe, e pela própria Maria Aparecida:

“Agora a questão do lenço... o lenço porque a minha avó sempre usou lenço, a minha mãe usa lenço até hoje, então eu usava também porque era uma forma mais fácil, porque se você trançava o cabelo, dava aquele trabalho danado, então punha o lenço, ficava uns três, quatro dias sem precisar pentear parecendo... Se deixasse solto tinha que pentear todo dia, porque ficava assim, aqueles pavio. Eu tinha horror aquilo, nossa senhora e ai você acostuma com o negócio né. “Esse meu tio, por exemplo, que me chamou de neguinha, que eu falei, ele tinha mania de puxar o lenço da gente perto dos outros, quando tinha assim, as senhoras que iam levar roupa para minha avó costurar. Aquilo para mim era a coisa pior do

mundo e se eu ficasse sem o lenço era como se eu tivesse nua mesmo, não tinha como, e aí foi a questão de moda, até quando eu vim para Franca, eu fui morar com uma família, eu usava o lenço direto né, aí o dia que eu resolvi, que eu pensei assim: “bom, acho que eu não vou alisar o cabelo né”, que eu tirei o lenço, o filho da minha patroa chegou e falou assim: “Ah, eu pensei que você era careca!”, e o menino nunca tinha me visto sem lenço”. (Maria Ap./mãe negra)

O cabelo crespo era depreciado por alguns membros da família de Maria Aparecida. O lenço usado pelas mulheres da família (a mãe e a avó) foi utilizado por Maria, conforme seu relato, para encobrir, esconder o cabelo. O cabelo é símbolo da cor, mas passível de ser escondido. Ele era motivo de zombaria na escola, em casa ou na rua, como poderemos verificar mais à frente. Para Maria, ficar sem o lenço era como se ficasse nua; era mostrar aquilo que precisava ser ocultado; era, enfim, o mesmo que dizer: “sou negra”!

Maria continua usando o lenço mesmo na adolescência, mesmo depois que se mudou da casa da avó onde morava:

“Franca, eu fui morar com uma família, eu usava o lenço direto né, aí o dia que eu resolvi, que eu tirei o lenço, o filho da minha patroa chegou e falou assim: “Ah, eu pensei que você era careca!”, e o menino nunca tinha me visto sem lenço”. (Maria Aparecida)

Maria Aparecida passa, então, a tentar modificar o cabelo. Começa utilizando cremes alisantes, os quais, pelos fortes componentes químicos, queimavam seu couro cabeludo:

“Nossa, emplastei a cabeça, me deu queimadura de 3º grau, eu tenho marcas até hoje, você pode ver que eu tenho falha. Isso aqui eu era mocinha, bem novinha, de cá eu também tenho, porque eu peguei e enfiei o pente dentro do negócio e passei. Hoje eu tenho trauma, falou em alisar o cabelo para mim, nossa senhora, até arrepia. Caiu. Ia lavar caía as mechas, igual quem faz quimioterapia, nossa, foi um horror. Ah, chorei, eu chorei muito tempo, mesmo porque doía e o medo de ficar careca, foi aí que eu me conscientizei falei: “Bom, antes ter cabelo ruim do que ficar careca”. Então deixa do jeito que tá, é vai porque eu falei: “Puxa, já pensou se eu fico careca? Meu Deus, aí foi o fim do mundo”, aí nunca mais eu alisei. Aí, aí, eu deixei que eu depois parei de alisar, aí quando eu resolvi cortar as minhas amigas comentaram: “Nossa ficou muito bom, deixa assim mesmo”. Aí então eu falei: “bom agora eu não aliso mais”. (Maria Aparecida)

Maria prefere o “cabelo ruim” à calvície. Podemos chegar a essa conclusão, porque, depois de várias conseqüências terríveis das tentativas de moldar os cabelos nos padrões impostos pela sociedade branca, Maria consegue concluir que ter o cabelo crespo só é aceitável diante da possibilidade de ficar careca. Então, tentamos promover, a partir disso e mesmo que erroneamente, o seguinte paralelo: se existe algo maléfico em nosso corpo, a primeira coisa em que pensamos é extirpá-lo completamente, imediatamente. É o caso de alguns tipos de câncer, contra o qual se faz necessário tratamento quimioterápico, mesmo que este pressuponha vários efeitos colaterais como, por exemplo, a queda do cabelo.

No presente caso, Maria faz essa mesma relação com referência às graves conseqüências dos produtos químicos usados para ‘domar’, ‘moldar’, alisar os cabelos tidos como ‘rebeldes’:

"Ia lavar caía as mechas, igual quem faz quimioterapia (...) eu chorei muito tempo (...) eu tenho marcas até hoje(...), “tenho trauma”.
(Maria Aparecida)

Podemos concluir que, quando Maria decide não alisar mais o cabelo e deixá-lo crescer como ele é (crespo), ela é obrigada a tirar o sentido da negatividade do cabelo crespo: *“aí nunca mais eu alisei”*. *“Bom, antes ter cabelo ruim do que ficar careca”*. Quando as amigas de Maria a ‘elogiam’ (“o cabelo ficou muito bom”), Maria decide definitivamente não ‘domar’ mais os cabelos: *“bom, agora eu não aliso mais”*. Quando Maria tira o lenço e deixa o cabelo crescer naturalmente, ela rompe com a estrutura dominante de que o cabelo liso é o mais bonito. Isso pode ser concluído, porque a filha de Maria nunca usou lenço e, atualmente, deixa o cabelo crescer naturalmente. Assim, ela quebra uma ‘tradição’, a qual podemos denominar de “dominação do lenço”, transmitida de geração à geração. Maria desmistifica, para ela e para filha mestiça, o mito do “cabelo crespo=cabelo ruim”. E essa decisão envolve mãe e filha, porque Maria não usa mais lenço e sua filha nunca o usou.

O fato é que, ao longo dos anos, os vários tipos de discriminação e estereótipos negativos foram assimilados também pelas crianças ‘mestiças’, ‘negras’ e brancas e isso significa que tanto os pais, mães ‘negros’ e ‘brancos’, professores e escolas desconsideraram a questão.

Ao se casar Maria pensava que a brancura do marido poderia ser passada para a filha, significando que a filha não enfrentaria os mesmos problemas sofridos por ela. Ao relatar sobre o nascimento da filha, Ana Livia, ela diz o seguinte:

“Ela tinha o cabelo lisinho, lisinho, todo mundo perguntava se ela era japonesa, porque ela ficou com uma cor, você chegou a conhecê-la aquele dia, uma cor assim morena e ela tinha os olhinhos já meio puxadinhos e o cabelo muito lisinho e a medida que foi crescendo o cabelo foi aumentando, aumentando, depois de alguns cortes né e aí aumentou aquele monte de cabelo. ela olha as fotos e fala: “Ai, queria tanto ser bebezinho”. Ah, pensava, pensava. Virgem eu falava: “Nossa, pelo menos essa se salvou”. (Maria Aparecida)

Maria se utiliza do mesmo procedimento que sua avó e sua mãe empregavam consigo para cuidar do cabelo da filha. O detalhe é que ela o faz talvez com um pouco mais de cuidado, de carinho e de orientação, pois tenta orientar a filha para não proceder da mesma maneira que ela, por exemplo, não alisar o cabelo. Segue um trecho em que Maria relata sobre o diálogo dela com a filha Ana Livia:

“A Ana Livia tem um monte [de cabelo], aí então ela cuida, mas uma duas vezes por semana eu tenho que desembaraçar, porque ela não agüenta né. Aí ela fala: “Mãe do céu, com tanta gente careca, Deus podia ter dividido esse cabelo em quatro”. Ela está louca para alisar o cabelo, as colegas dela aqui olha, alisaram disse que ficou bom e ela está louca porque ela não consegue dar conta sozinha e a gente que trabalha não tem muito tempo também né. Eu falei para ela: “Olha Ana Livia, vamos pensar”. “mãe mas fica muito bom”. Eu falei: “Ana Livia eu tenho trauma do negócio de alisar cabelo né”. aí eu começo a jogar assim, porque ela é muito nova né, realmente é, eu falo: “Depois a gente vai ver o que que a gente faz”. E vou enrolando, sabe, porque ela tem horror, ela não fica de cabelo solto. Ela chama as amigas para fazer trancinhas e faz um montão de trancinhas no cabelo dela. Ela falou para mim: “Mãe, vê se você acha tererê para mim, senão as pontas ficam desmanchando todinha”, e eu tenho que ajeitar, mas é o único jeito dela ficar com o cabelo solto, senão ela não fica, ela amarra, ela trança, ela faz qualquer coisa porque ela tem complexo, por causa do tamanho de cabelo”. (Maria Aparecida)

A mesma situação vivida por Maria Aparecida na infância, dentro de sua casa, com membros da sua família foi vivenciada por sua filha Ana Livia:

“Ah! Ela tem um primo que ela não gostava muito não, agora, é o mais velho, eu lembrei, o mais velho ele chama Hugo, ele é filho da minha cunhada mais velha, tem 12 anos. Então, quando eles eram menores ele falava que ela tinha cabelo de bombril aí ela não gosta de ir muito na casa da minha cunhada por causa dele. Mas só que agora mudou muito isso aí, é quando eles tinha 6, 7 anos, agora os dois sai junto vão a lanchonete, quando vão na casa da vó em São José da Bela Vista lá é pequenininho pode sair. Aí vão tomar sorvete, agora não tem mais nada disso não. Eu falava pra ela que não tinha nada a ver. Cabelo não em nada a ver, e porque ele era chato (risos). E que não tinha nada a ver o cabelo, que que tem o cabelo ser assim, muita gente tem, a mamãe tem até pior. Muita gente tem também. Não tem nada a ver, aí ela foi deixando de lado. Os dois não se encontravam muito também, sabe, ficava aquele negócio assim, porque não dava tempo”. (Maria Aparecida)

Os relatos indicam que o cabelo crespo dos negros e dos mestiços, não somente para as mulheres mas também para os homens, expressa conflito; indicam, além disso, que intervir no cabelo, para essas pessoas entrevistadas, é uma questão de identidade. O cabelo é usado pela família, pelos amigos, pelos professores como critério de classificação racial. O cabelo imprime a marca da negritude. No caso dos negros e mestiços, o cabelo representa um sinal significativo dos corpos.

3.2. AS EXPERIÊNCIAS DA SOCIALIZAÇÃO DE MESTIÇOS: NA ESCOLA

3.2.1. A Escola e o pertencimento racial

Um dos significados de dimensão encontrado nas narrativas dos membros das famílias inter-raciais foi o da escola. Nos depoimentos coletados nesta pesquisa, foi possível verificar como a questão das diferenças étnico-raciais é abordada na sala de aula, a partir das falas dos agentes socializadores e dos próprios filhos, os quais relataram, por exemplo, a maneira pela qual os professores tratam a questão.

Muitos autores têm destacado a importância da escola como instituição formadora não só de saberes escolares, mas também de saberes sociais e culturais. A cultura escolar adquire importância no processo de construção das identidades sociais e raciais, atuando como mais um espaço institucional presente na construção do complexo processo das relações raciais. Nessa perspectiva, a instituição escolar é vista como um

local em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas, também, valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.

A experiência da família B

Ana Livia estuda em colégios públicos e descreve situações em que os alunos brancos valem-se de agressões verbais para inferiorizar os negros. Relata-nos, então, uma experiência de discriminação vivenciada por ela, segundo a qual, orientada pela mãe, a estudante tenta desconsiderar a agressão. Ana Livia diz que as agressões raciais aconteciam na sala de aula e no caminho para casa; xingamentos referentes à cor e ao cabelo eram freqüentes, mas ela tentava não dar ênfase ao fato:

“Às vezes eu falava sim, mas eu não dava muita bola [refere-se a sua mãe] não, mas às vezes eu pegava e falava. Ela falava: aí deixa não dá bola pra eles é muito bobo”. (Maria Aparecida)

Como essa estratégia não dava certo, ela relata as agressões raciais que sofria na sala de aula para a mãe negra, tal como mencionamos, e para a professora branca. Essas, contudo, não creditavam a importância necessária ao fato. Como o problema persistisse, Ana conta-o do ao seu pai/branco, para que este tome uma medida diante dos acontecimentos. Ela somente relata o fato ao pai, quando não suporta mais a agressão:

“Aí eu pegava e deixava, mas quando ele irritava muito eu pegava e contava pro meu pai era que o meu pai ia, meu pai ia, meu pai falava: se ela é morena, se ela é mais morena que você o problema é dela como você é mais branquelo fica quieto no seu canto que ela não está te ofendendo então você não precisa ofender ela, ele falava assim, aí ele era bem nervoso assim, aí eu pegava e ficava quieta né senão ele me xingava”. (Ana Livia)

Ana Livia apresenta outra situação vivenciada no âmbito da escola, em que ela e as amigas negras se sentem incomodadas com a presença de duas outras meninas brancas no grupo. Já na rua e na escola Ana Livia se sente à vontade, porque há pessoas negras e mestiças tal como ela:

“Tenho, a maioria [dos amigos] é tudo da minha cor mais escuro tem uma menina que ela chama Sheli ela é bem escura mais que eu só que a gente se adora uma a outra só que em compensação tem mais duas, eram

as únicas da turma que eram branquinhas, só que mesmo assim sabe elas estavam só no meio da gente, era só elas de brancas, e o resto tudo moreno, tudo negro, menino e menina tudo moreno assim mas aí era normal assim, no bairro e na escola por que a rua era tudo da mesma era todo mundo, caiu tudo na mesma classe, que quando ia fazer inscrição as mães iam tudo junto colocava tudo na mesma classe, era bom porque a gente trabalho junto todo dia ia na casa de um fazer trabalho ai era muito legal”. (Ana Livia)

Pode-se considerar o seguinte, a partir do relato de Ana Livia:

- ♦ que Ademir, o pai branco, aborda o problema tentando minimizar a cor da filha. Para isso refere-se à filha como sendo mais morena que o menino branco, ao mesmo tempo em que se reporta ao aluno agressor branco como “branquelo”. O que ocorre aqui, portanto, é um conflito racial;

- ♦ o pai branco vê a cor como um problema da filha;

- ♦ a estratégia do pai é falar com o menino agressor. Ele próprio, aliás, tem uma atitude agressiva diante da situação, e diz que, “se acontecer novamente a coisa, não vai ficar deste jeito”. O pai branco enfrenta o menino com autoridade de adulto, que é o mais forte. Assim, não só a presença, mas a autoridade, o tom ameaçador do pai, impõem medo ao agressor. O pai não tencionou conversar com o aluno: ele o queria enfrentar.

- ♦ o pai atribui um sentido pejorativo ao “branco”, uma vez que “branquelo” não significa ser branco, mas ser mais do que branco. Do mesmo modo, moreno não é ser negro: é ser mais claro. Na perspectiva do branco, trata-se, pois, de uma defesa.

- ♦ o pai branco diz que o fato de a filha ser negra é um problema;

- ♦ a mãe negra não dá importância ao mesmo tempo em que não oferece elementos para a filha enfrentar a discriminação. Por sua vez, o pai branco, mesmo indo à escola, também não apresenta subsídios para a filha enfrentar a discriminação.

É importante destacarmos alguns aspectos. Num deles, Ana Livia questiona o preconceito e a discriminação racial, pois avisa, primeiro a mãe depois, a professora, de que está sendo discriminada. Para Ana, o fato de o menino branco tê-la ofendido, e este mesmo fato não ter sido verbalizado por Maria Aparecida - sua mãe - ganha, então,

outro sentido, porque a presença do pai na escola impede que aquele aluno a continue agredindo.

Podemos entender, ainda, que o fato de o pai branco ter ido à escola a fim de defender sua filha é uma forma de questionamento diante da discriminação; ou seja, o fato de o pai ir à escola, significa, justamente, que ele questiona o menino. Destacamos, a seguir, um trecho da entrevista em que aparece nosso diálogo com Ana Lívia sobre a importância da presença de seu pai na escola para naquela ocasião:

“(...) sempre ele nunca deixou assim ninguém fazer mal pra gente toda vez que fazia ele ia lá tirar satisfação queria saber por que fez, por que sempre assim ele ia lá nunca ele deixava passar batido. (...) mas não fazia muita não por que todo mundo tinha medo de mim pelo meu pai né, porque acontecia alguma coisa eu falava para o meu pai meu pai ia lá tirar satisfação então eles ficavam um pouco esperto com medo de xingar”. (Ana Lívia)

Ainda sobre a importância do pai na escola:

“O meu pai, ah também tipo minha mãe só que às vezes o que mais me chama atenção assim é, que ele sempre defende a gente toda vez assim quando, às vezes eu chegava falando assim pra minha mãe, ah mãe esse menino fez isso comigo. Aí meu pai toda vez ele queria ir na escola queria ir brigar com o menino perguntar por que ele fez isso sempre ele nunca deixou assim ninguém fazer mal pra gente toda vez que fazia ele ia lá tirar satisfação queria saber por que que fez por que sempre assim ele ia lá nunca ele deixava passar batido. toda vez ele ai acontecia alguma coisa ele ia. Assim uma vez lá na escola tinha um menino que ele era da minha cor só que mesmo assim ele ficava, como ele gostava de me colocar apelido qualquer coisa ele me chamava ela levava uma gominha e ficava me acertando com essa gominha eu falei, eu vou contar pro meu pai. Ele falou assim: pode contar, naquela época eu era pequena, eu peguei e contei no outro dia meu pai foi na porta da escola me esperar. Ele foi lá me esperar, cadê o menino que tava acertando gominha? Eu falei ah esse dali. Ah é ele foi lá: por que tá acertando gominha na minha filha. Arrumou o maior escândalo na porta da escola. Não nunca mais, nunca mais ele passou longe de mim”. (Ana Lívia)

O medo que os alunos brancos sentem do pai de Ana Lívia, descrito anteriormente, pode significar respeito. Assim, de acordo com os depoimentos supracitados, a manifestação do racismo é um problema presente no cotidiano escolar, o que fere, deixando profundas marcas nas crianças e adolescentes negras e mestiças. Por

isso, um olhar mais atento nos permite constatar como é tenso o caminho na construção da identidade racial das crianças e dos adolescentes filhos de negros e brancos. Podemos comprovar a importância que tem na vida do discriminado a presença de seus pais defendendo-os; ou seja, constatar o valor que tem a presença da família na escola ou em qualquer outro ambiente, na medida em que coíbe o agressor de continuar agredindo.

A experiência da família A

Luciano, que estudou em colégios particulares. Terá experiências semelhantes para nos contar. No início da entrevista, ele diz não lembrar de episódios em que fora vítima de discriminação racial. Porém, na medida em que se sente mais à vontade, começa a descrever situações em que fora agredido. Ora, o esquecimento pode ser visto como uma estratégia de amenizar a dor. Relata, pois, Luciano um episódio que aconteceu na escola, deixando-o constrangido:

“Muito pouco, muito pouco, eu lembro assim de, eu lembro uma vez que um menino achou uma foto de um macaco e pendurou o meu nome, eu briguei com ele, briguei não, peguei e rasguei a cópia”.
(Luciano)

Percebe-se que negros e mestiços muitas vezes são ligados à condição de animalidade; uma condição negativa, qual seja, a de ser desprovido de humanidade. A comparação jocosa da fotografia do macaco deixa Luciano irritado, a ponto de brigar com o aluno e rasgar a figura que o depreciava. O fato de Luciano ter uma condição econômica próxima a do menino branco não impede a discriminação.

Por sua vez, Luciano nos conta que nada mencionou sobre o fato a seus pais, porque na sua família não se consideravam esses fatos. Explica que na escola em que estudava, considerada escola de elite, não havia questionamentos sobre racismo e discriminação. Luciano diz não haver questionamento, porque não havia necessidade, já que na escola havia muito poucos negros. Ele era o único negro que pagava mensalidade e, além disso, mais dois ou três que eram bolsistas. Luciano trás a tona, após muito se esforçar para lembrar, um episódio acontecido na escola:

“Muito pouco, muito pouco, eu lembro assim de, eu lembro uma vez que um menino achou uma foto de um macaco e pendurou o meu nome, eu briguei com ele, briguei não, peguei e rasguei a cópia”. (Luciano)

Após ter relatado tal experiência, Luciano enfatiza que não se lembra de ter sofrido com ela:

“Então, é o que eu te falei, é aquilo que eu te falei, eu falei assim, acontece, mas eu não me lembro de ter sofrido muito com isso, de não querer ir na escola, de brigar, da pessoa me xingar e brigar, dar soco. Quando é criança, eu lembro de ter brigado por outras coisas, por isso não. De ter terminado a amizade e tal, não conversar mais por isso”.
(Luciano)

3.2.2. Professores brancos cuidando de corpos de crianças negras

Família A: a experiência de Luciano

A instituição escolar é dirigida por pessoas que não reconhecem e, desse modo, anulam qualquer prática social ou cultural que não seja a dela. No entanto, o fato de não reconhecer as diferenças, felizmente não impede a capacidade de cada grupo ou pessoa de formular e expressar o que lhe é típico.

Nesta etapa do trabalho, veremos que Luciano novamente tenta enfatizar que não se lembra de nenhum fato marcante sobre discriminação na escola ou fora dela. Após alguma insistência, conseguimos fazê-lo mencionar um acontecimento que o tenha marcado:

“Ah, olha o único que eu lembro que foi mais marcante, foi dos 100 anos lá em 1988, que aí todas as escolas de samba fizeram enredo e tal. Agora, as coisas que eu lembro dela escrever e a gente tinha que copiar, tinha desfile na escola, esse eu lembro de uma vez, dessa vez eu lembro que eu senti vergonha porque ia ter, o Pestalozzi tinha gincana que até hoje tem, e aí tem uma das provas que é desfile e o tema acho que de todas as escolas era 100 anos da lei áurea e eu ia desfilar e tinha uma ala de escravos e quem era ‘negro’, um ou outro, ia ‘negro’ e quem era ‘branco’ ia pintar de preto. E ficou muito ridículo, aí dessa vez eu senti vergonha, só que eu não fui, eu não lembro porque, não sei se eu fiquei doente, eu sei que eu não desfilei nesse dia. Mas eu fui assistir o desfile e vi, eu falei: ‘ainda bem que eu não desfilei’, eu tinha acho que quatorze anos, quatorze anos”. (Luciano)

Luciano não conta o episódio a sua família. Por sua vez, o pai e a mãe de Luciano vão até o desfile com ele, mas não problematizam a situação. Ao

entrevistarmos a mãe de Luciano e perguntar-lhe sobre o episódio, ela diz que o mesmo não teve importância, pois Luciano nada lhe contou.

É possível reconhecer, aqui, que Luciano admite ter sido marcante o fato de ter sentido vergonha não de ser descendentes de negros, mas da maneira pejorativa como a escola abordou a questão do centenário da escravatura. A professora branca faz da referida comemoração um espetáculo, em que brancos se pintam de preto para representar o tal ‘circo’. Devemos ressaltar neste acontecimento escolar que, na época, mesmo que Luciano, inconsciente ou conscientemente, questionasse o porquê de os alunos brancos se pintarem de preto. Questionando-se, portanto, a postura da professora, Luciano chega à conclusão de que essa postura é errada, ainda que não mencionasse o assunto com a professora, ou em sua família, mantendo o silêncio. E nesse silêncio, Luciano:

- questiona a atitude da professora;
- recusa-se a participar do desfile, mas o assiste;
- compara o episódio ao ridículo;
- quebra a sedimentação do conformismo.

A professora utiliza a pintura como uma máscara que expõe a negrura, uma negrura que precisa ser exposta em forma de “maquilagem”, submissão. O corpo surge como um sustentáculo da identidade de Luciano. No desfile, a professora faz referência ao corpo dos negros, e seus descendentes, como um corpo açoitado e acorrentado, não como um corpo contestador. É, justamente, Luciano que ao se negar a participar deste desfile, denuncia um corpo contestador; isto é, na medida em que o corpo vai sendo tocado, alterado, Luciano é submetido a um processo de humanização e desumanização. Luciano justamente modifica esse olhar desumanizador que a professora branca atribui ao corpo dos negros. Ele contesta, não participando do desfile. Assim, sobre a relação da escola com as questões raciais Luciano, diz o seguinte: “(...) a escola é omissa em relação a estas coisas, sempre foi, né.(...) Eu acho que os pais são omissos em relação a isso”. (Luciano)

O corpo é construído, biológica e simbolicamente, na cultura e na história. As relações humanas são dadas, também, pelas posturas, pelas predisposições, pelos

humores e pela manipulação de diferentes partes do corpo. O corpo é, pois, simbólico; evidencia mais do que diferentes padrões estéticos e percepções de mundo.

Ora, no processo educativo a pessoa utiliza o corpo. Tudo o que compõe é instrumento para aprendizagem: a memória, a inteligência, as mãos, os pés, o cabelo, os olhos, a boca, etc. E é exatamente esse olhar sobre o corpo negro na escola, que nos leva a questionar como os professores(as) e alunos(as) negros(as) e brancos(as) lidam com dois elementos, construídos culturalmente na sociedade brasileira como sendo definidores do pertencimento étnico/racial dos sujeitos: a cor da pele e o cabelo.

Luciano utiliza de subterfúgio para não enfrentar o desfile. Primeiro, se justifica dizendo “eu não lembro porque, não sei se eu fiquei doente”, mas depois diz ter, de fato, ido ao desfile: “mas eu fui assistir o desfile.” Na verdade, Luciano se recusa a submeter-se àquele espetáculo, por isso ele vai e observa o desfile escondido no meio da multidão de espectadores. Essa foi uma maneira de o menino dizer: “Eu não concordo com este circo”. Desse modo, Luciano confirma a escola como um espaço privilegiado para um reconhecimento negativo do pertencimento racial, pois as experiências vividas no espaço escolar realimentavam informações errôneas sobre as diferenças raciais.

Não é fato inovador situações de discriminação, desprezo e banalização dos professores em relação a problemas envolvendo negros e mestiço na sala de aula³⁶. Além desses que estamos acostumados a ler em vários artigos e pesquisas, há ainda outros que chamaram-nos a atenção, levando-nos a comprovar o que já parecia óbvio: as professoras são agentes difusoras da desvalorização das características estéticas das crianças mestiças e negras³⁷ e, conseqüentemente, da desvalorização da auto-estima dos mesmos.

Família B: experiência de Lucas

Lucas relata momentos em que é discriminado na escola por um aluno branco. Nas falas são detalhes quase imperceptíveis, mas que demonstram a existência de um

³⁶ Entre outros: Henrique Cunha Junior (1987), Eliane Cavalleiro (2000), Regina Pahim (1999), Fúlvia Rosembalg (1987), Nilma Lino Gomes (1995). Especificamente sobre o mestiço na escola e na família, veja-se *Relatório Final do I Concurso 'negro' e Educação*, de Ângela Ernestina Cardoso de Brito (2000).

³⁷ Referimo-nos aos mestiços e negros, porque a pesquisa envolveu depoimentos dos pais negros, mães negras e mestiços, possibilitando-nos apreender e comparar depoimentos desses diferentes sujeitos.

sujeito rico em singularidades. Segue-se, na íntegra, a conversa que travamos com Lucas, ao perguntar se ele já havia sido discriminado na escola:

“Lucas faz de novo com a boca que não, (na sala de aula/Angela) o Humberto xinga (...) eu também já xinguei ele ‘branco’ (e ele te xinga do que?/Angela) neguinho, (e você xinga ele do que?/Angela) na hora da saída eu também pego ele (como assim pega ele?/Angela) Lucas ri e diz: eu e meus colegas também bate nele(...), toda hora na saída nós bate nele lá eu acho bom.(e quando ele te chama de neguinho na escola você fica quieto só na hora da saída que você faz alguma coisa?/Ângela). É se eu fizer dentro da sala a professora manda bilhete e na hora que chega em casa né.(faz sinal com a mão de que apanha)”. (Lucas e você conta para a professora quando ele te chama de neguinho?/Angela). “Eu conto mais a professora não faz nada (nada, nada?/Ângela) na hora que eu conto eu que levo bilhete (é mesmo /Ângela) toda aula, todo dia a mãe do Humberto vai lá conversar com a professora, o Humberto fica falando que eu fico xingando ele, a professora vai lá põe um bilhete pra minha mãe lá”. (Lucas)

Dessa maneira, a luta de Lucas acontece na escola e em sua casa. Primeiro, Humberto, aluno branco, agride verbalmente Lucas, depois Lucas agride fisicamente Humberto; Humberto apanha e denuncia a surra para sua mãe branca; a mãe de Humberto vai à escola e denuncia Lucas para a professora branca; a professora envia bilhete para casa de Lucas; Lucas, ao chegar em casa, apanha do pai branco, enquanto Humberto continua agredindo verbalmente Lucas. Lucas continua reagindo; a professora continua denunciando e Lucas continua apanhando do pai.

Como se observa, forma-se um ciclo: dentro do espaço escolar Lucas não bate em Humberto, porque está submetido ao confinamento e acessível ao poder da professora (os bilhetes). Mas, fora do muro escolar, Lucas desobedece a essa lógica e tenta quebrar o ciclo. Por sua vez, tomemos o aluno branco. Dentro da escola, Lucas e outros alunos negro, fingem se conformar com as agressões, os xingamentos do aluno branco, fora da escola, porém, os mesmos se reúnem e demonstram seu inconformismo, agredindo fisicamente o aluno branco. Lucas sente prazer nesse ato de indisciplina: “toda hora na saída nós bate nele lá eu acho bom”.

A professora, que é branca, não dá atenção às reclamações de Lucas; nem mesmo tenta se perguntar por que isso ocorria com tanta frequência. Em contrapartida,

ela dá atenção às reclamações da mãe do aluno branco: “a professora vai lá pôe um bilhete”. Esse bilhete é uma maneira de a professora branca punir Lucas. Com o bilhete enviado aos pais, Lucas é de fato punido, apanhando do pai branco. Segue o relato do pai de Lucas sobre a maneira como ele costuma punir o menino:

“Na hora que eu pego, a minha mulher tem que sair de casa, porque ela não agüenta ver, ele grita por que aí eu pego e aí o bicho pega mesmo, eu pego de correia (...) sabe só que tem dia que parece que você já nervoso com outras coisas não é que você vai despencar a raiva sua de serviço no seu filho, vai juntando sabe aí eu pego e separo, não eu tô nervoso por que ele fez isso, isso, isso, aí ela fica lá pra esquina [a esposa] ela vem, ele fica com as pernas cheias de calombos as costas a bumba e o negócio fica feio e ele passa uma semana que você pode pode puxar uma linha dele pra tudo quanto é lado [fica disciplinado por uma semana] aí daqui uns dia, daqui uns dia, já vem bilhete [refere-se ao bilhete da professora], (...) um pouco eu tenho dó depois que eu bato eu chegou até chorar de dó de remorso as vezes eu tô no serviço conversando e tô com os olhos cheia de água eu fico com remorso”. (Ademir)

Através do bilhete a professora tenta disciplinar Lucas. Mas ela não consegue, porque não pode vigiá-lo o tempo todo, o que faz com que a situação continue se repetindo. Ora, embora Humberto prossiga com suas agressões verbais, Lucas rompe com a hierarquia, porque, ao ser agredido pelo pai, Lucas o “mata” (simbolicamente), exprimindo, assim, que sente raiva das agressões e somente pode vencê-lo “matando”. Diz para todos que o pai está morto. É isso, justamente, que mostra o seguinte trecho:

“Lucas ri, ai eu cheguei lá, tava com um negócio assim na mão de morto lá aí ei falei para a diretora que meu pai morreu e todo mundo começou a rezar. (falo que seu pai? / Angela) morreu, ai todo mundo começou a rezar lá juntou tudo, lá ai meu pai foi lá me buscar eu falei assim: “oi pai”, aí a professora falou assim: uai Lucas seu pai não morreu? Eu falei a não esse ai é meu tio, o que Lucas!(...) na capelinha lá também, na capelinha tava tendo um teatro lá de bruxa né eu ficava com medo assim, era tudo de noite e minha mãe ia buscar sentava assim no banco(...) né eu falei que o meu pai tinha morrido também mas sorte que a minha mãe foi me buscar, sorte que ela nem comento disso”. (Lucas)

As agressões físicas podem levar a dois tipos de conseqüências: a do tipo orgânica e a do tipo psicológica. Dentre as conseqüências psicológicas estão:

- sentimento de raiva, de medo quanto ao agressor;

- quadro de dificuldades escolares;
- dificuldade em confiar nos outros;
- e autoritarismo.

O pai culpa o próprio Lucas por este nada ter aprendido na escola:

" ele não aprendeu muito lá por que era muito arteiro e eu não descordo da professora por que quando o bicho é arteiro você tem que largar ele pro lado, por que 40 aluno nunca classe o capetinha do lado tá fazendo bagunça você vai pegar ele lá senta aí não você tá de ensinar os outros, e igual o meu menino é atrapalhado mesmo ele era difícil ele é difícil mesmo ele é custoso" (Ademir).

Lucas não consegue aprender o conteúdo transmitido pela escola e, desse modo, o pai vê o tal "desaprendizado" como um erro ou uma falha de seu filho. Há uma naturalização na percepção da atitude da professora, quando ela deixa Lucas de lado, "perdendo tempo". Para o pai e também para a professora, não se deve perder tempo com alunos que não são disciplinados. O pai atribui vários adjetivos a Lucas: "bicho", "arteiro", "atrapalhado", "difícil", "custoso". Ademir animaliza Lucas.

É desse modo que a vida cotidiana desses sujeitos mostra-se complexa. Agregasse a esses conflitos as condições de discriminação a que tais indivíduos estão expostos muitas vezes na família, no espaço escolar, na comunidade e na sociedade como um todo. As falas desses sujeitos demonstram que não se pode contar com o auxílio dos professores para resolver as presentes questões. Daí ocorre o silêncio por parte de alguns alunos mestiços e negros.

E é Lucas quem rompe com esse silêncio hierárquico imposto pela professora branca, ao surrar o aluno branco que o agride na sala de aula. Lucas não transforma isso em estigma, porque não fica impotente diante da pressão racista do aluno e da professora. Além disso, mesmo sendo penalizado pelo pai em casa, ele continua reagindo às agressões do menino branco, à atitude penosa da professora que lhe o bilhete.

O silêncio das professoras a respeito das diferenças étnico-raciais, no espaço escolar, somado ao das crianças negras contribui para que os alunos brancos continuem a reproduzir seus comportamentos, pois não são criticados ou denunciados. Dessa forma,

permanecem utilizando essa estratégia como trunfo em qualquer situação. Ora, apesar de o menino branco ser protegido pela professora branca, Lucas não demonstra fragilidade em lidar com essa situação. O trunfo de Humberto é, pois, desconstruído quando Lucas, juntamente com seus amigos negros, surram o branco na saída da escola.

Lucas estabelece uma relação de tensão com essa idéia de “bom aluno”, “bom filho”, por isso ele foge ao controle da professora e dos pais. Sua tentativa de escapar à ordem é tamanha que a professora pede para seus pais levá-lo a uma psicóloga a fim de que seja avaliado se Lucas é realmente um menino “normal”. Para surpresa da família, e acreditamos que também da professora, o diagnóstico da psicóloga indica que Lucas é inteligente demais. Segue o relato de Ademir ao se referir aos filhos Lucas e Ana Livia:

"Ó é normal eles fisicamente o problema deles dos dois é só psicologicamente (...) o outro (referindo-se ao Lucas) quando você nem vê ele já tá olhando sozinho ele já sumiu, já tá olhando pra parede você fala uma coisa pra ele aqui, chega lá na esquina ele já esqueceu ele não tá nem aí, igual, por exemplo, a gente trabalha né fala, Lucas pelo amor de Deus se você vai sair não larga o portão aberto chega aqui tá aquele portão reganhado. Tudo aberto televisão ligada e ele lá no canto jogando bola, jogando bolinha. Ele é difícil, na escola ele dá um trabalho danado eu já nem vou lá mais, eu vou lá só pra pedir desculpa pra professora nossa senhora por que eu pejejo (...) aí nós pegamos a minha mulher pego arrumou psicólogo até to levando ele, não sei se ela te falou falou: “ô o problema dele é que ele é inteligente demais”. (Ademir)

Para Lucas, não é necessário se destacar como melhor aluno, embora pague um preço alto por conta dessa indisciplina: guerra na escola, guerra em casa com o pai. Ele foge desse poder domador, quando desobedece à professora, faz desordem na sala de aula e quando, em casa, também não pára quieto. Enfim, Lucas não segue uma ordenação, talvez por saber que mesmo sendo “um aluno com bom desempenho”, isso não seria o suficiente para acabar com a discriminação que o cerca.

Lucas tem apenas 9 anos e já percebe essa hierarquização. Quando lhe perguntamos se a professora trata os alunos “negros” da mesma maneira que os “brancos”, sua resposta é:

“Ela puxa muito o saco dos ‘branco, ai toda hora ela senta vai lá, vai lá assim pergunta assim para ela e ela fala na hora que a gente pergunta não dá para entender nada aí na hora que faz errado ela manda bilhete”. (Lucas)

Lucas, aqui, se refere à atenção e ao tratamento especial que a professora branca confere aos alunos brancos. Dando voz ao depoimento de Lucas, ele percebe que a professora branca oferece uma atenção especial aos alunos brancos, e não dá o mesmo tratamento aos negros e seus descendentes. É importante que o professor(a) reconheça as diferenças e que, ao fazê-lo, não as utilize como elemento de classificação. Deve-se enfatizar, portanto, que Lucas percebe a existência de tratamento diferenciado entre os grupos, além da afetividade dirigida às crianças brancas. O contato físico, por exemplo, é mais escasso na relação professor/aluno negro.

Os alunos negros e mestiços sentem e percebem a diferença de tratamento por parte do professorado. Pergunto a Lucas, de 9 anos, se a professora comenta sobre a história dos negros na sala de aula ou se discute com os alunos quando surge algum xingamento entre os alunos. Lucas diz que não, mas acha importante a professora falar sobre esses assuntos:

“por que é muito importante pra mim (...) uai, por que eu também tenho que saber da minha raça”. (Lucas)

Notamos, então, que Lucas percebe o silêncio da escola sobre o tema; e quando questionado se acha importante o debate, ele diz que sim, porque ele também tem de saber sobre a “raça” dele. Esta, por sua vez, se refere aos negros.

Nas escolas de primeiro grau, inclusive as particulares, é possível verificar a existência de um ritual pedagógico que vem produzindo a exclusão e, conseqüentemente, a marginalização escolar de crianças e jovens negros. Os currículos escolares excluem a história de luta dos negros na sociedade brasileira e impõem às crianças negras o ideal do branco. Dessa maneira, tal ritual pedagógico ignora as diversidades raciais e estabelece entre os professores a imposição do silêncio, que pode prejudicar o desenvolvimento da personalidade de negros e mestiços.

Assim, podemos dizer que a relação que Lucas e Luciano estabelecem com o ritual silencioso da prática escolar se dá ora pelo silêncio, ora pelo questionamento, indagando o porquê de não se estudar o tema. Quando Lucas, de nove anos, diz: “uai por que eu também tenho que saber da minha raça”, ele está questionando o porquê de a professora branca falar somente da importância e da contribuição dos brancos e não da

que têm os negros e seus descendentes. Saber sobre sua raça é modificar as relações estabelecidas pela superioridade/inferioridade das raças.

A experiência de Maria Aparecida

Maria Aparecida apresenta-nos sua visão sobre a maneira como os professores trabalhavam a história dos negros em sala de aula. Diz que a professora falava dos negros de maneira piedosa; que os mesmos eram tomados como os pobrezinhos, que apanhavam muito, dormiam no chão, comiam como animais e não lutavam contra a escravidão, ou seja, eram passivos. Conta-nos, enfim, que quando a professora falava dessa maneira, seus olhos enchiam-se de lágrimas:

“Eu pensava: coitadinho do meu avô, meu avô ficava amarrado sabe, aí eu ficava assim eu chorava, se eu começasse ler alguma coisa, ficava emocionada também”. (Maria Aparecida)

Prosseguindo, Maria mostra explicitamente a maneira pela qual os professores brancos vêm tratando as crianças negras na sala de aula. Recorda-se, com tristeza, de uma experiência vivenciada na infância, à qual dedicamos especial atenção, por considerarmos a gravidade e a repercussão que um acontecimento desse tipo tem na vida dos mestiços e dos negros. Eis-no, pois, na íntegra:

“Então ela fazia uma trança tão apertada... tão apertada que eu parecia japonesa, eu não esqueço uma vez que a gente foi, que ela trançou, ela trançava sempre a tarde, depois que a gente tomava banho. Aí eu não sei se era umas duas vezes por semana e ficava e eu morria de vergonha, então eu só usava lencinho por cima, porque os meninos da escola me chamavam de Maria trancinha, então eu usava lencinho. E uma das vezes ela trançou mais doeu tanto... tanto que eu fui dormir e desmanchei tudo a noite e no outro dia eu já acordei meio atrasada para ir para escola então eu não penteei, amarrei o lencinho e fui, cheguei na escola, eu estava na 3ª série, era dia de tirar fotografia, uma fotografia com beca, com não sei. Nossa eu acho que foi o dia mais triste da minha vida. (...) Aí tive que tirar com beca né, aí a hora que eu cheguei... a hora que foi a minha vez, “ai meu Deus...” (...) Eu já estava pensando e fila, e a criança tirava sarro que eu era pretinha, assim eu era triste. Aí veio a professora e falou: “Você não vai querer ficar com esse lenço né?” E tirou meu lenço, hora que tirou, aí as trancinhas que tinha sido desmanchadas estava assim uma meduza mais ou menos. Ah mas a menina ria tanto e eu fui ficando tão sem graça... tão magoada que

comecei a chorar, aí eu tirei a foto chorando, tudo de azul, aquele um azul royal, sabe aquela cor?”.

Pesquisadores: “Eu sei”.

“Aí os meninos... os meninos riam cada vez mais, quanto mais eu chorava, aí quando veio a foto era Divinópolis, ainda naquele tempo, Divinópolis. Aí aquele reflexo do azul da beca, das minhas lágrimas, meu olho ficou azul e minha mãe achava lindo que ela era devota de nossa senhora, ela falava assim: “nossa, mas ficou parecendo nossa senhora!”. Eu com aquela cara de velório, que tristeza sabe, nossa eu acho que eu nunca passei tão mal em minha vida.

Pesquisadores: “E você tem a foto até hoje?”

“Ah eu não tenho, eu joguei. Sabe o que aconteceu, todo mundo que chegava lá em casa minha mãe ia mostrar essa foto, eu tinha tanta raiva da professora ter tirado meu lenço lá no meio dos outros que eu me senti nua, com aquilo lá. Nossa até quando eu vim para Franca eu ainda usava lenço ainda, aqui em Franca que eu parei com isso, a gente fica com complexo, as orelhas ficava até pregada. Aí então eu joguei a foto fora”. (Maria Aparecida)

Utilizamos esse depoimento como forma de denúncia, algo que deve ser lido por todos aqueles que lutam para construir um país em que as diferenças sejam respeitadas!

Na verdade, a experiência de Maria Aparecida é apenas uma dentre tantas outras que ocorrem cotidianamente nas escolas, nas salas de aulas de todo o Brasil. No caso da discriminação racial, não somente a classe social dita as regras de quem deve ou não deve ser discriminado; ou seja, a discriminação racial é um fator microscópico, que envolve mais do que a classe social - envolve o pai, a mãe, o tio, a tia, o compadre, a comadre, o vizinho, a vizinha, os amigos, as amigas etc.

No depoimento de Maria, a professora branca “mutila” a aluna, expõe a sua nudez, torna isso um fato público; enfim, põe-se à vontade para interferir no corpo que é também a alma da aluna, o que contribui para a cristalização de uma visão segundo a qual as características dos mestiços e negros são mostradas de forma degradante e vergonhosa. A professora ridiculariza Maria ao retirar-lhe o lenço, além de agredi-la fisicamente quando puxa o lenço de sua cabeça sem lhe pedir licença. Ou seja, a professora deixa de respeitar a vontade de Maria de permanecer com o lenço. Por fim, a professora também não impede que os alunos e alunas brancos e brancas ridicularizem Maria.

A professora expõe a aluna à uma situação que, para esta, pode ser comparada à morte: “eu com aquela cara de velório”. A professora branca “mata”, simbolicamente,

Maria, quando retira o lenço de sua cabeça e a expõe aos comentários dos alunos brancos. Mas Maria vive tal situação e defende-se dela quando a verbaliza para nós, na entrevista: “eu tinha tanta raiva da professora”. Ou seja, Maria não esconde o ódio que sente da professora, por esta tê-la agredido, por não respeitar a sua vontade. E esse ódio é concretizado no instante em que Maria se desfaz da fotografia, um ato que simboliza a reação de Maria perante aquela situação de humilhação. Chorar, permanecer quieta, num primeiro momento, não significou ausência de reação ao fato. Pode ter, inicialmente, expressado o silêncio, mas o silêncio é uma estratégia de resistência que, embora frágil às vezes, não deixa de ser estratégia; o silêncio é uma arma.

Essa prática da professora branca nos leva a verificar que nem mesmo os conhecimentos, valorizados pela família, são considerados, reconhecidos e compreendidos pela escola. A professora desconsidera os valores e os conhecimentos trazidos pela aluna, pois o lenço, para Maria, não somente tinha uma representação simbólica como também uma história familiar: a avó usava lenço, a mãe usava lenço, portanto, Maria usava lenço. A professora desrespeitou a história de vida de Maria e, diante disso, a pergunta que formulamos é a seguinte: caso fosse uma aluna branca, a professora branca teria procedido da mesma maneira?

Podemos perceber que à medida que a criança aumenta seu contato social fora da família, isto é, quanto mais se insere em outros círculos que não o da família, mais aumenta a tensão entre negros e brancos. Obviamente, os filhos de negro e branco, não deixam de ser discriminados por possuírem características fenotípicas do branco, ou que a discriminação é mais amena; antes, o que há é um escamoteamento maior das manifestações de discriminação a eles. As experiências evidenciam que essas vivências no cotidiano da escola concretizavam aspectos negativos para o pertencimento racial.

CAPÍTULO IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas conversas com os sujeitos que compõem as famílias, nota-se que, ambos o cônjuge negro(a) e o branco(a) são coagidos por membros da família, amigos parentes e vizinhos ao optar pelo casamento. Pudemos apreender, que o branco(a) pode unir-se ao negro(a) inicialmente como uma maneira de desafiar a família, ou a própria sociedade como foi explicitado nas falas de Irani (da família A) e Ademir (da família B), e que o envolvimento com uma pessoa negra ocorreu num momento de sérias dificuldades financeiras, depois vem o critério do afeto.

Tanto Irani como Ademir³⁸ relatam o incômodo que olhares de outras pessoas faziam sentir por estarem namorando uma pessoa negra. Dizem que em todos os lugares que freqüentavam eram alvo das atenções de outras pessoas, que se cutucavam e comentavam.

Como os contatos com os sujeitos foram estabelecidos previamente, junto com a explicitação do objetivo da pesquisa, é interessante apontar, neste momento, que os cônjuges brancos relataram que o fato de conversarem sobre questões relacionadas aos negros o fizeram refletir sobre a escolha. Ambos disseram que começaram a refletir sobre o assunto após a provocação trazidas pelas perguntas o contato estabelecido com este trabalho.

Nas conversas com Jaime e Maria Aparecida, percebe-se que os cônjuges negros se relacionaram com brancos, inicialmente, também por amizade; em segundo lugar viria o critério da beleza. Maria Aparecida diz explicitamente que não queria que seus filhos nascessem com características de negro, justificando-se com o fato de ter sido discriminada. Ela não queria que seus filhos passassem pelo que ela passou. É como se eles entendessem que o fato de se casarem com pessoas de raça diferente da sua fizesse com que as discriminações desaparecessem, como se as características físicas dos filhos mestiços fizessem desaparecer o preconceito, o que não é verdade pois, com exceção de Lucas que tinha na época da entrevista apenas nove anos, todos os participantes da pesquisa filhos de negros e brancos se auto- identificaram como negros. Outro fato que merece destaque é o depoimento que Irani relatou sobre um episódio de discriminação envolvendo seu filho Daniel, ela diz indignada: “*ele é o mais claro*”, para Irani talvez o

³⁸ Além de Jaime e Irani, participantes dessa fase da pesquisa, outros participantes anteriores, negros e mestiços: Sérgio, Gerônimo, Jaime, Roberta, Maria Aparecida, Conceição, participantes nos os anos de

fato do filho ser “mais claro” minimizava ou acabava com a discriminação racial, mas isso não aconteceu com seu filho Daniel. Entendemos que, o fato de pessoas descendentes de negros e brancos terem aspectos fenotípicos do branco, não impede de serem discriminadas, a tonalidade da pele mais clara e a aparência apenas camufla o preconceito, mas não acaba com ele.

Sobre a manifestação dos familiares dos cônjuges negros, de acordo com Maria Aparecida não houve manifestação da sua família quando ela decidiu se casar com Ademir, talvez pelo fato de seus familiares não residirem próximos a ela. Por sua vez, Jaime relata que, anteriormente ao relacionamento com Irani, namorou muitas mulheres negras, mas coincidiu de se casar com uma branca, pelas afinidades que compartilharam. Ele também destaca que sua mãe foi contra o namoro dele com uma mulher branca, opondo-se ao casamento por entender que ela (a branca) não respeitaria seu filho. Jaime orgulha-se em dizer que após o casamento, passou a ser chefe de duas famílias, pois seu sogro havia morrido. A própria família de sua esposa diz que eles haviam perdido posses e, então, Jaime passou a chefiar a sua família e a de sua sogra. Jaime destaca, finalmente, que foi muito bem aceito pela sogra que lhe dedicava muito carinho.

A pesquisa com as famílias formadas por negros(as) e brancos(as) demonstrou que o fato de um branco(a) se casar com um negro(a), ou de um negro(a) se casar com uma branca(o) pode significar, tanto para a família do branco quanto para a família do negro, o caso de Jaime, um recuo na escala social, inferiorização e estigmatização, muito embora essa inferiorização e o estigma aconteça diferentemente entre negros e brancos.

É importante notar que a análise das falas das famílias demonstra que as diferentes maneiras como os pais negros e brancos e as mães negras e brancas definem seus filhos não têm em si um significado fixo, imutável. Por exemplo: os pais muitas vezes se referem aos filhos de diversas maneiras, dependendo do lugar e da forma com que são abordados. Os significados que essas definições assumem são construídos no quadro de um processo e de um momento histórico, social, cultural, político e econômico, e agem, muitas vezes, classificando e hierarquizando os sujeitos. É um processo que não se dá apenas com o olhar de dentro, dos próprios filhos de negros e

1997 a 2000, também relataram esse mesmo tipo de constrangimento.

brancos, mas também na relação com o olhar do outro, do que está fora da família nuclear, pai mãe filhos.

Em geral os pais e as mães, ao serem questionados sobre como vêem e de que maneira educam e/ou orientam seus filhos sobre sua cor ou raça, fazem menção, principalmente às características fenotípicas, como a cor da pele, o formato dos lábios, o tipo de cabelo etc, e dizem não saber como trabalhar a questão. Esses marcadores sociais estão profundamente envolvidos nos processos de construção de diferenças e identidades. Assim, entendemos que a educação racial dos filhos mestiços muitas vezes se apresenta como um problema para essas famílias, e que os pais negros e brancos e as mães negras e brancas valem-se de diferentes estratégias como forma de defesa. Enumeremos algumas:

- tentar não ver ou esquecer a cor dos filhos;
- incentivar os estudos, como única maneira de os filhos ascenderem social e economicamente, de serem aceitos;
- incentivar os filhos a serem o “melhor aluno” da classe, tirando boas notas, como meio de apaziguar a cor e não criar conflito com os professores;

Verificamos que as dificuldades em dialogar com os filhos sobre questões raciais, muitas vezes começa em casa. Na família de Luciano, por exemplo, seu pai o registra como branco em sua certidão de nascimento; sua mãe, dependendo do momento e da situação, o identifica como moreno; por fim, o próprio Luciano, na infância, deseja ser branco, mas hoje adulto ele se identifica como negro.

Na família de Ana Livia e Lucas acontece a mesma situação. Nos relatos dos pais, nota-se a dificuldade que têm em identificar e dialogar com os filhos sobre a cor/raça. No caso das duas famílias, os filhos questionam os pais sobre a cor/raça, quando eventualmente sofrem algum tipo de discriminação, seja dentro de sua própria casa, seja na escola, na rua, no clube, com os parentes etc. Quando tais episódios acontecem, num primeiro momento, os pais não sabem como proceder, ou como orientar os filhos.

Por outro lado, podemos afirmar que as famílias participantes reagem contra as várias formas de manifestação da discriminação racial, elaboram estratégias que

auxiliam os filhos a enfrentar o problema do racismo e da discriminação racial. Aponto algumas dessas estratégias:

- Vão à escola conversar, verificar o ocorrido com o agressor, muitas vezes brigam;
- Pedem aos filhos para revidarem às agressões, seja verbalmente ou fisicamente;
- No relacionamento intra-familiar fazem elogios à aparência dos filhos;
- Procuram comentar alguns programas de televisão que abordam o racismo e a discriminação;
- Em algumas depoimentos verificou-se que os cônjuges negros conversam com os filhos sobre o racismo, discriminação e preconceito racial.

Lucas, em alguns momentos diz para a mãe que é branco, talvez se identifique assim porque o pai é branco. Já o pai, Ademir, sente dificuldades em definir e orientar seus filhos sobre a cor/raça, e, talvez pelo fato de ser branco e seus filhos vistos como negros, isto é, por apresentar características fenotípicas do negro, ele admite não saber como educar ou repreender o filho na frente de outras pessoas. Teme que as pessoas pensem que ele tenha seqüestrado as crianças, ou que esteja praticando algum ato de violência contra elas, quando estiver educando-os. Mesmo enumerando essas dificuldades, quando seus filhos são vítimas de discriminação racial na escola ou em qualquer outro local, Ademir vai até o local verificar o que aconteceu, ele mesmo diz que intimida o agressor da mesma maneira que ele intimida seus filhos. Quando o caso ocorre dentro do ambiente familiar, com parentes, Ademir relata que assume a mesma postura.

Em geral, porém, são os colegas na rua, na escola, parentes e até os irmãos que se referem à cor dos mestiços de maneira pejorativa:

“A cor da pele não é lembrada pelo negro a cada instante, da mesma forma como não estamos sempre pensando nos membros e órgãos do nosso corpo, a não ser que doam. Portanto, são gestos, insinuações, palavras de outros, brancos ou que não se dizem negros, que magoam, fazem o ferido lembrar da cor da sua pele”. (Silva, 1987, p.136)

No processo de socialização dos filhos nessas famílias inter-raciais, no que se refere às questões relacionadas ao pertencimento racial, como já abordamos, há dificuldades em orientá-los, mas também há iniciativa em prepará-los, educá-los quanto ao assunto, alguns casais conversam com o companheiro(a) antes mesmo de se casar, outros conversam com os filhos após o episódio de discriminação ter acontecido, outros pais preparam os filhos antes da discriminação acontecer³⁹. As famílias inter-raciais participantes dessa pesquisa não vivem a ausência de elaboração de estratégias que possa auxiliar os filhos a enfrentar o problema do racismo e da discriminação racial. Os filhos dos casais participantes, com exceção de Lucas, se auto-identificam como negros, e reconhecem que existe discriminação na sociedade brasileira. Ora, MEYER (1998) diz que a autodefinição pode estar relacionada à produção de sentidos e critérios de pertencimento e são importantes suportes dos processos através dos quais se constroem fronteiras entre aqueles(as) que pertencem e não pertencem a determinados grupos populacionais. Essas fronteiras, de acordo com a autora, além de relacionar e separar diferentes grupos, agem de forma a posicionar socialmente os grupos representados, numa operação em que características de diversas ordens são transformadas em privilégios, vantagens, desigualdades e desvantagens sociais.

Nesse ambiente repleto de ambigüidades, em que Ana Livia e Luciano⁴⁰ são socializados, surge uma pergunta: se Luciano e Ana Livia recebem orientações, muitas vezes, repletas de incoerências sobre seu pertencimento racial, por que se auto-identificam como negros⁴¹?

Embora não consigam precisar elementos que possibilitam essa escolha ou opção, podemos considerar que a construção do pertencimento racial desses mestiços de negro e branco está associada, de um lado, às experiências discriminatórias

³⁹ Como é o caso de Gerônimo e Sergio, participantes em 1998. Ver depoimento pg. 19.

⁴⁰ Assim como Roberta, Conceição, Fabiano, participantes da pesquisa em 2000, que também se auto-identificam como negros.

⁴¹ Nesse estudo não foi possível precisarmos quais os elementos que levam os filhos de negros e brancos a se identificarem com os negros, já que na sociedade brasileira cultua-se o mito da democracia racial, cultua-se ainda a idéia de “mediador dos conflitos” OLIVEIRA, E. O (1974). Portanto necessita-se urgentemente de estudos que aprofundem e analisem as razões pelas quais esses participantes se auto-identificam como negros, por que se identificam, quais suas referências, etc.

vivenciadas por eles próprios em sua história de vida: em casa, na escola, na rua, no clube. Por outro lado, a escolha do pertencimento racial se prende a fortes laços afetivos, bem como às pequenas estratégias utilizadas no dia-a-dia por seus pais. São atitudes tomadas quando os filhos se deparam com alguma situação de discriminação, levando os pais a assumir uma posição, diríamos, de desconforto. Ou seja, apresentam, explicitamente, o problema aos pais, e eles não têm outra opção a não ser enfrentar a situação, seja conversando com o filho(a) sobre o problema, ou indo conversar com o agressor, ou exigindo uma postura da escola, etc.

Podemos sintetizar da seguinte maneira a escolha dos mestiços entrevistados por se identificar como negros. Luciano e Ana Lúcia vão construindo seu pertencimento racial; percebem-se negro e negra na medida em que vão sendo educados dentro de sua família, que vão sabendo de situações em que seus pais são discriminados que, enfim, vivenciam experiências de discriminação com membros de sua própria família (primos, irmãos, tios etc.) e de fora de seu ambiente familiar (na escola, no clube, na rua, enfim no contato com o outro). Percebem-se negro(a), ademais, na medida em que vão se relacionando com outras pessoas por meio do diálogo ou do conflito. Stuart Hall (1997) enfatiza que os sentidos e significados que compartilhamos na cultura, são construídos constantemente, em vários meios e instituições sociais, por meio de diferentes processos e práticas, o que significa dizer que não só “as coisas” da cultura que compartilhamos podem ser percebidas, nomeadas, compreendidas e utilizadas de diferentes modos, mas que estas diferenças produzem, também, efeitos diferenciados.

A autopercepção corresponde, aqui, às denominações dadas por um outro, e, assim como o próprio processo identitário, essas identificações mudam de acordo com os contextos e espaços sociais. É nas relações interpessoais que se configuram como um importante instrumento para a construção de um conhecimento a respeito de si, de ser negro, e do significado de pertencer ao grupo negro na sociedade brasileira.

A casa, não é o único obviamente, mas é um dos lugares privilegiado para a educação dos filhos; a rua, as festas e os jogos, para trocas com vizinhos e amigos; o trabalho, para esclarecimentos de colegas e patrões; o sindicato, para intercâmbio com companheiros e busca de profissão; os grupos de movimento negro, para esclarecimentos e busca de energia. E todos esses são importantes espaços em que diferentes grupos étnicos podem ser reeducados, pois são nas relações entre as pessoas e

os grupos que reside a capacidade mantenedora ou transformadora das estruturas sociais; nessas relações é que são transmitidas sentimentos de inferioridade, atitudes e posturas submissas e dependentes, desvalorização do modo de ser, de viver e de pensar, atitudes etnocentricas, individualistas, comportamentos alienados e alienantes. Mas também é onde pode residir a transmissão de confiança na capacidade própria, orgulho de pertencimento a seu grupo étnico-racial, seu grupo social, autonomia de pensamento e ação, controle de preconceitos e atitudes discriminatórias, solidariedade, colaboração e criticidade. (SILVA,1998)

Não podemos afirmar que a orientação para o pertencimento racial não seja a preocupação principal da educação dos filhos das famílias entrevistadas, e mesmo pelo fato de haver poucas conversas explícitas no espaço familiar sobre o racismo e a discriminação racial, não significa afirmamos que esse tipo de educação não exista; muitas vezes são enfrentadas à medida que os conflitos vão acontecendo. Os pais, então, se vêem obrigados a tratar o assunto com os filhos, e são nesses momentos, conforme já explicitado, que há um resignificado e uma recriação dos valores negativos transmitidos aos mestiços.

Dessa forma, nas conversas com os participantes dessa pesquisa e em conversa com outras pessoas mestiças, filhos de negro e branco nos quais prevalecem as características fenotípicas do branco, muitas vezes notamos que eles se auto identificam como negros. Isso merece outros estudos mais aprofundados para que se compreenda melhor os elementos que precisam a identificação.

Não é fato inovador situações de discriminação, desprezo e banalização dos professores em relação a problemas envolvendo negros e mestiços na sala de aula⁴². Além daqueles que estamos acostumados a ler em vários artigos e pesquisas, há ainda outros que chamaram nossa atenção, levando-nos a comprovar o que já parece óbvio: as professoras são agentes difusoras da desvalorização das características estéticas das crianças mestiças e negras⁴³, e conseqüentemente, da desvalorização da auto-estima dos mesmos.

⁴² Entre outros: H. C. JUNIOR (1987), E.CAVALLEIRO (2000), R. PAHIM (1999), F. ROSEMBERG (1987), N. GOMES (1995). Específica sobre o mestiço na escola e na família, veja-se: A.E.C.Brito. Relatório Final do I Concurso negro e Educação (2000).

⁴³ Referimo-nos aos mestiços e negros, porque a pesquisa envolveu depoimentos dos pais negros, mães negras e mestiços, possibilitando-nos apreender e comparar depoimentos desses diferentes sujeitos.

ROSEMBERG (2002) destaca que o grande problema do sistema educacional brasileiro, em suas políticas sociais, é a educação infantil, que apresenta uma reversão das relações raciais: mulheres brancas cuidando do corpo da criança negra.

Nos relatos dos entrevistados, percebemos o olhar negativo e o tratamento diferenciado que os professores, a escola e as demais crianças sustentam sobre os negros e os mestiços, tais como o uso no dia-a-dia de termos racistas e pejorativos, a não participação nas brincadeiras e em papéis de destaque e sua identificação como os alunos que fazem mais bagunça. As falas dos entrevistados revelaram que os mestiços, tal como os negros, enfrentam na escola graves e constantes problemas raciais que dificultam sua participação nesse espaço. É o caso de Luciano, Lucas e Ana Lúvia, os quais, contrariando as orientações da família, revidam, agredindo, inclusive fisicamente, o seu agressor.

A escola se configura um espaço onde se reforça a inferioridade dos negros e mestiços, impondo-lhes um processo de embranquecimento, por meio do qual apresentam uma boa aparência e um ótimo comportamento, sendo, assim, valorizados pelos brancos. Isso pode ser comprovado pelos relatos e reclamações por parte dos mestiços que são discriminados na escola, dentro da sala de aula, no intervalo e na saída da escola.

Nota-se que a escola vem gerando um mal estar em relação ao pertencimento racial, pois é o local onde a discriminação se acentua, fazendo com que o mestiço, muitas vezes, acredite ser negativo seu pertencimento racial. É o caso de Lucas, de quem a professora diz não acompanhar o conteúdo escolar, levando seus pais a procurarem auxílio psicológico para compreender seu fracasso e seu comportamento na escola. A psicóloga diz que Lucas não tem problema algum. Lucas, então, nos oferece uma pista sobre o motivo que o faz ficar em desvantagem em relação aos alunos brancos: diz que a professora ensina e explica com mais detalhes aos alunos brancos do que aos outros alunos.

Muitos autores têm destacado a importância da escola⁴⁴ como instituição formadora não só de saberes escolares como, também, sociais e culturais. Nesse sentido,

⁴⁴ Aos poucos, os educadores e as educadoras vêm se interessando cada vez mais pelos estudos que articulam educação, cultura e relações raciais. Temas como a representação do negro nos livros didáticos, o silêncio sobre a questão racial na escola, a educação de mulheres negras, relações raciais e educação infantil, negros e currículo, entre outros, começam a ser incorporados na produção teórica educacional. Porém, apesar desses avanços, ainda nos falta equacionar alguns aspectos e compreender as muitas

alguns estudiosos do campo da educação e da cultura têm destacado o peso da cultura escolar no processo de construção das identidades sociais, enfatizando a escola como mais um espaço presente na construção do complexo processo de humanização. Nessa perspectiva, a instituição escolar é vista como um espaço em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também, valores, crenças, hábitos e preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade.

A análise da trajetória escolar desses sujeitos participantes evidenciou que as crianças mestiças são socializadas de acordo com os valores culturais propagados pela cultura do branco. Os negros e seus descendentes na maioria das vezes são considerados inferiores e subjugados. Sendo assim, nos relatos apreendidos neste trabalho, verificamos que a maneira como as questões raciais são abordadas na sala de aula e as manifestações de discriminação não se diferem entre as escolas públicas e as escolas particulares. Os relatos apresentados por Luciano, que estudou e enfrentou escolas e clubes particulares, e os relatos apresentados por Ana Livia e Lucas, que frequentaram escolas e clubes públicos, revelam que tanto os professores como a própria escola, pública e particular, não trabalham as questões raciais nem os conflitos que surgem no cotidiano da sala de aula. Ambas as categorias de escola mostraram-se omissas em relação à discriminação racial contra os negros e os mestiços, além de reforçar estereótipos negativos.

A escola, para alguns, depois da família, é o que liga a criança ao mundo exterior. Nesses espaços, são comuns e marcantes na vida desses sujeitos situações em que aconteceram conflitos raciais, geralmente relacionados a aspectos físicos dos mestiços (tais como cabelo, cor da pele, lábios etc.), bem como às chamadas agressões verbais, além das agressões físicas, como é o caso já citado de Maria Aparecida em que a professora branca puxa o lenço de sua cabeça, sem o seu consentimento, ou o de Ana Livia em que alunos brancos puxam o seu cabelo. Há ainda casos em que acontecem as agressões e a professora tenta omitir ou mesmo culpar o próprio agredido, como é o caso que nos narrou Lucas.

Assim, podemos concluir que os mestiços de negro e branco são vítimas de discriminação racial tanto quanto os negros, independentemente das características

nuances que envolvem a questão racial na escola, destacando os mitos, as representações e os valores, em suma, as formas simbólicas por meio das quais homens e mulheres, crianças, jovens e adultos negros constroem a sua identidade dentro e fora do ambiente escolar (GOMES, 2002, p.10).

fenotípicas⁴⁵. O fato de terem algumas características fenotípicas do branco não impede de sofrerem atos discriminatórios, mas apenas disfarça a discriminação e reforça o mito da democracia racial propagada em nosso país.

Podemos, então, extrair as impressões, representações e opiniões dos sujeitos mestiços sobre a escola, elegendo, a partir daí, temáticas que nem sempre são destacadas em nosso campo de atuação, mas que mereceriam um estudo mais profundo. Um desses casos é o da relação do mestiço com aspectos relacionados a seu corpo, a sua identidade, enfim com pessoas responsáveis na sua socialização.

É importante destacarmos que Ana Livia e Lucas, advindos de família de classe baixa, questionam o preconceito e a discriminação racial. Lucas percebe que a professora dedica mais atenção, ensina os conteúdos escolares com mais calma e reporta-se aos alunos brancos com mais carinho e atenção do que aos negros e mestiços. CAVALLEIRO (2000) afirma que situações como essas induzem-nos a pensar que, com as crianças brancas, as professoras manifestam maior afetividade, são mais atenciosas e acabam até mesmo por incentiva-las mais do que às “negras”. Assim, podemos supor que, na relação professor/aluno, as crianças ‘brancas’ recebem mais oportunidades de se sentirem aceitas e queridas do que as demais. Ao verbalizar a atitude discriminatória da professora Lucas denuncia, então, o fato de que nossas escolas, nossos professores, tendem a proteger os alunos brancos.

Por outro lado, Luciano, advindo de família de classe média, também questionou a atitude da professora ao expor a ele em um desfile em que fazia uma caricatura inferiorizando a cultura negra. Luciano simplesmente se recusa a desfilar, opondo-se a atitude da professora.

Antropólogos e sociólogos observam que, no Brasil, o modo pelo qual as pessoas classificam racialmente, a si próprias e às outras, não se baseia exclusivamente na aparência física. A classe social, a renda e a educação, também se destacam como fatores importantes na auto-identificação e nas avaliações subjetivas que dirigem o comportamento das pessoas em geral. Como já foi apontado aqui, o fato de a família de Luciano usufruir certo prestígio na cidade não o impediu de ser discriminado. Tal

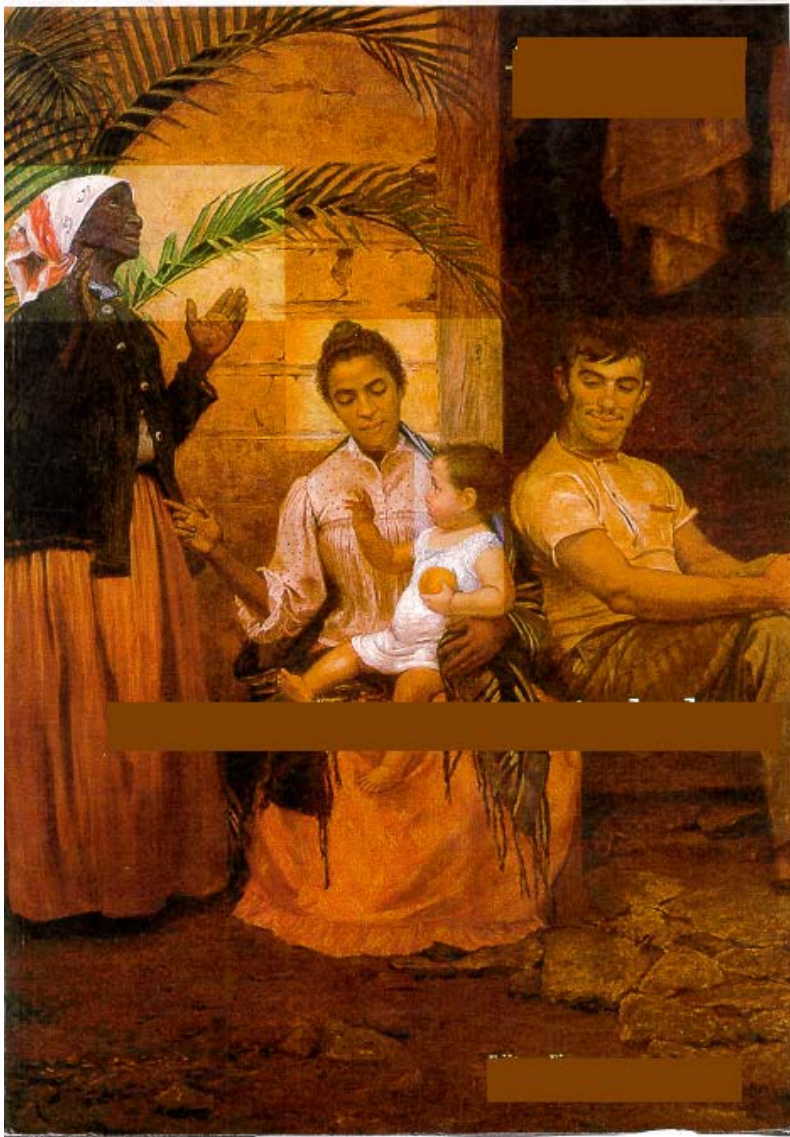
⁴⁵ No caso em que os mestiços possuem as características físicas “mais claras”, não acaba com o preconceito e a discriminação racial, apenas camufla.

discriminação talvez tenha sido mais sutil se comparada com às sofridas por Ana Livia e Lucas, mas o próprio Luciano relata que fora vítima de episódios discriminatórios.

É importante ressaltar que o fato de os pais defenderem os filhos, como no caso de Ana Livia em que o pai vai à escola, inibe outras possíveis atitudes discriminatórias por parte do agressor e faz com que a vítima se sinta mais protegida.

Pode-se comprovar, nesses relatos, que o mestiço, pode estabelecer uma ‘remodelação’, ou seja transformar atitudes preconceituosas em positivities. A construção da subjetividade bem como a possibilidade de sua transformação se dão nas relações sociais estabelecidas pelos sujeitos. E, como aponta FANON (1983) ao discutir aspectos psicológicos do racismo, considera que a questão a ser enfrentada pelo negro não é o simples fato de ser negro, mas sim ser negro diante do branco. É com base nas relações entre negros e brancos, então, que devemos buscar uma compreensão sobre a maneira de como esses filhos mestiços vêm sendo educados.

Considerando que a tão falada “ideologia do branqueamento”, elaborada a partir do final do século XIX e meados do XX, serviu como estratégia para dividir negros e mestiços em gradações cromáticas e dificultou, podemos dizer, em contrapartida, que a ideologia não impediu o processo de identidade entre eles. Pensemos, então, no quadro de M. Brocos A Redenção de Cã para ilustrar a teoria defendida por ele e por outros intelectuais brancos, segundo a qual o Brasil seria um país branco:



O quadro retrata uma mulher negra idosa, sua filha mestiça com uma criança no colo e seu cônjuge branco. O autor usa da metáfora bíblica (Cã) para construir a idéia de redenção racial, ou seja, a conversão dos negros e mestiços (raças inferiores) em brancos (raça superior). Observa-se que no quadro está visivelmente demonstrada a idéia da seleção racial, ou seja, a preferência em casar-se ou relacionar-se com pessoas brancas.

A obra que representava a branquitude, não produziu um outro branco, como esperavam os intelectuais Nina Rodrigues, Silvio Romero, João Batista de Lacerda, etc.; produziu, em vez disso, esse outro que remete à proliferação e emergência de pessoas com características fenotípicas do negro em lugar de uma sociedade ariana. Podemos pensar que o Brasil não embranqueceu, porque não purifica o país. O mestiço, mulato, moreno, etc. continuam preservando as características do negro.

Enfatizamos que, na identidade do mestiço, caracterizada por muitos autores como ambígua, contraditória, encontra-se resistência. Na verdade, o mestiço não é ambíguo, nem contraditório, mas, antes, o efeito de diferença, assim como o negro, que nosso pensamento racista não consegue pensar, nem entender.

Não é possível imaginar que durante cinco séculos de coexistência de idéias raciais e discriminatórias esses mesmos mestiços, influenciados por inúmeras idéias racistas, estiveram (e estão até hoje) aprisionados à idéia de ser branco. Não desconsideramos os fatos históricos, culturais, sociais e econômicos que revelam a influência e o poder desse imaginário branco. Mas entendemos que esse mesmo sujeito é capaz de recriar e escapar dessa forma de submissão e mesmice moldada por tal ideal racista de embranquecimento. Ressaltamos, então, a possibilidade de a diferença ser expressa e explicitada pelos mestiços.

A socialização, assim como a identidade, é sempre um processo, algo que se difere, que nunca se apresenta como um produto acabado, e que nos conduz à idéia de que o mestiço é um sujeito experimentador de si mesmo e experimentador de possibilidades. Portanto, mesmo afetado diretamente pelos métodos eugenistas de embranquecimento, deve-se pensar o mestiço como uma pessoa e não como uma cor, devendo ser visto pelas suas singularidades e multiplicidade.

Pensar no ideário do branqueamento como empecilho para a percepção e apreensão do pertencimento racial é reafirmar um sujeito sem possibilidades, sem

singularidades, sem território próprio, sem corpo. Se ficarmos presos apenas ao óbvio, às formalidades, deixaremos escapar dados importantes que se apresentam a todo instante, revelando preciosidades sobre o modo como o mestiço de negro e branco se percebe como sujeito. São informações que liberam, que libertam, que fazem romper a subordinação dos limites impostos e cristalizados.

O grande desafio que se colocou nessa pesquisa foi, justamente, encontrar onde esse processo se quebra, onde é rompida a idéia de embranquecimento, da negação em ser negro, ou em ser branco. Assim, entendemos que esse processo rompe-se imperceptivelmente e, por isso, Ana Livia, Luciano e Lucas, em suas atitudes, se libertam do processo perverso em que se considera o mestiço somente como a idealização do branco.

Desse modo, tentamos oferecer outro significado a essas concepções, analisando-o nas vozes, nas falas, nos lapsos, no não-dito, no silêncio dos sujeitos entrevistados. Tentamos apreender outra imagem que o mestiço tem de si. Essa imagem é definida, tem forma e significados, mas, sobretudo, está sempre em transformação, em processo, em construção. Os mestiços, dentro do processo de socialização, muitas vezes escapa a esse controle, a idéia de branquear-se.

Se M. Brocos pudesse hoje pintar outro *A redenção de Cã*, se assustaria... Vislumbraria um país negro, onde a idéia da pureza racial e o sonho de transformar o Brasil numa nação branca teria cedido lugar a um país onde as características e os traços dos negros fez-se e ainda se faz presente.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOWICZ, A. “Educação Inclusiva, incluir para quê?”. In: I Jornada Ética, Cultura e Educação, UNESP. Presidente Prudente: Maio, 2001.

AZEVEDO, C. M. M. de. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, I. M. F. Socialização e relações raciais: um estudo de família negras em Campinas. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

_____. “Socialização e identidade racial”. Cadernos de Pesquisa, n.63. São Paulo, 1987. p.54-5.

BRITO, A.E.C. de. “A atuação dos educadores na formação da identidade da criança negra na escola”. PIBIC/CNPq/UNESP. Sob a orientação da profa. Dra. Irene Sales de Souza. 1997.

_____. “Nem preto, nem branco”: a ideologia do branqueamento e o medo de ser negro numa sociedade de contrastes. Relatório FAPESP. Franca. 1999.

Famílias interétnicas e a educação informal dos filhos mestiços: perspectivas e dificuldades. Relatório de pesquisa I Concurso Negro e Educação São Paulo, 2000.

_____. Família interétnica e a escola: agentes socializadores ou tradição dos oprimidos? Relatório de pesquisa II Concurso Negro e Educação, São Paulo, 2002.

BERGER, P. L & LUCKMANN T.. A construção social da realidade. 3ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

BIASOLI, A Z.M.M. Família, socialização, desenvolvimento. São Paulo. Tese (Livredocência). Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, 1999.

BLOOM, L. Psicología social de las relaciones de raza. Buenos Aires: Granica, 1974.

BRUSCHINI, M.C.A. "Resenha: a teoria crítica da família". In: Cadernos de pesquisa, (37): 98-103, 1981.

BASTIDE, R. F. F. Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 3ed., São Paulo: Nacional, 1971.

BRITO, A.E.C de. A relação da família negra com a socialização da criança e a atuação na socialização sistemática da escola. Relatório de pesquisa. Programa de Apoio ao Estudante (P.A.E) . Franca 1996.

_____. "A atuação dos educadores na formação da identidade da criança negra na escola". Relatório de pesquisa. PIBIC/CNPq/UNESP. Franca. 1997.

_____. "Nem preto nem branco: a ideologia do branqueamento e o medo de ser negro numa sociedade de contrastes. Relatório de pesquisa. FAPESP. Franca. 1999.

_____. Famílias interétnicas e a educação informal dos filhos mestiços: perspectivas e dificuldades. Relatório de pesquisa. I Concurso Negro e Educação. Ação Educativa, ANPEd e Fundação Ford. São Paulo. 2000.

_____, Família interétnica e a escola: agentes socializadores ou tradição dos oprimidos? Relatório de pesquisa. II Concurso Negro e Educação. Ação Educativa, Anped e Fundação Ford. Rio de Janeiro. 2002.

_____, Entre negro e branco: socialização de filhos mestiços em famílias inter-raciais. In: Identidade Negra: pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. Rio de Janeiro. 2003.

BENTO, M.A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 25-58.

_____, Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2002, p. 147-162.

CANEVACCI, M. (Org). Dialética da família, gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARONE, I. A Flama surda de um olhar. In: Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p.181- 187.

CAPARRÓS, N. Revolucion del vivir. In: Crises de la familia. Madrid: Fundamentos, 1981. p.45-81.

CAVALLEIRO, E. S. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo preconceito e discriminação racial na educação infantil. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

CUNHA, H. A indecisão dos pais face a percepção da discriminação racial na escola pela criança. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: (63) nov, 1987.

D'ADESKY, J . Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

ERIKSON, E. Identidade juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar,1976.

EVERS, T. Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, v.2, n.4, p.11-23. Abr.1984.

GOMES, J. V. A família em destaque. Cadernos de pesquisa, (91):54-62, 1994.

_____. Socialização primária: tarefa familiar? Cadernos de pesquisa (91): 54-62, 1994.

_____. Socialização: Um estudo com famílias de imigrantes em bairro periférico de São Paulo. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

GILROY, P. O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Fator, 1983.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo. Ed. Ática, 2 v, 1978.

_____, O negro no mundo dos brancos. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1972.

FREIRE, G. Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. 19 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

FRY, P. O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a “política racial” no Brasil: a Cinderela negra. Revista Usp. São Paulo. 1996, p.122-135.

GUIMARÃES, A, S. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Pesquisa da Universidade de São Paulo; Ed.34, 1999.

GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: Zahar, 1975.

GONÇALVES, L. A de & SILVA, P. B. G. e. O jogo das diferenças; o Multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte, autêntica, 1998.

GONÇALVES, L. O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial - (um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública

de primeiro grau – 1ª a 4ª série). Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1985.

GOMES, N. L. A mulher negra que vi de perto. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

GUSMÃO, N. M. M. Fundo de memória: infância e escola em famílias negras de São Paulo. Cadernos CEDES, (42),Campinas, 1997.

_____, Socialização e recalque: a criança negra no rural. Educação e diferenciação cultural. Cadernos Cedes.n.32, São Paulo, 1992.

HALSENBALG, C. A. Miscigenação racial no Brasil. Estudos Afro-asiáticos, (16):167, 1997.

HOFBAUER, A . Uma história de branqueamento ou o negro em questão. Tese de doutorado. Departamento de Antropologia da FFLCH/USP,1999.

INVENTÁRIO Analítico da Coleção Eduardo de Oliveira e Oliveira- Universidade Federal de São Carlos, Arquivo de história Contemporânea. São Carlos(SP), 1984.

LOVELL, P. “Raça e Gênero e discriminação salarial no Brasil”. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: CEAA, 1992.

LOPES, A I. Escola, socialização e cidadania: um estudo da criança negra numa escola pública de São Carlos: EDUFSCar, 1995.

MEYER, D.E. Alguns são mais iguais do que os outros: etnia, raça e nação em ação no currículo escolar. In: A escola cidadã no contexto da globalização. Silva. L. H. (org), Editora Vozes. Petrópolis, 1998.

MOURA, C. O negro, de bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MUNANGA, K. Rediscutido a mestiçagem no Brasil: identidade nacional *versus* identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____, “Construção da identidade negra: diversidade de contextos e problemas ideológicos”. In Religião, política e identidade. Cadernos PUC, n.34. São Paulo: EDUC, 1988.

MACHADO, M. H. P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. Revista Brasileira de História. São Paulo, V.8 (16): 143-160. Agosto, 1988.

MACEDO, R. M. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? Cadernos de pesquisa. São Paulo, (91):62-68, 1994.

NOGUEIRA, O. Tanto negro quanto branco: estudos das relações raciais: São Paulo: T.A Queiroz, 1985.

OETTING. V.E.R. “Primary socialization theory”. In. Special Issue on Primary Socialization Theory. Substance Use & Misuse. 34 (7). 1999. (p.947-983).

OLIVEIRA, E. O. e O mulato, um obstáculo epistemológico. In: Revista Argumento. AnoI, n.3, jan. São Paulo: 1974,p.65-74.

PACHECO, M.D.P.T. A família negra algumas questões. Estudos Afro-Asiáticos, n.13. 1987.

_____, Família e identidade racial: os limites da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda. Tese de Doutorado em antropologia social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1986.

POUTIGNAT, P. Teorias da etnicidade de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Philippe, Jocelyne Streiff-Fenart, Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo : Fundação Editora da UNESP,1998.

PIZA, E. ; ROSEMBERG, F. Cor nos Censos brasileiros. In: Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2002, p. 91- 120.

PINTO, R. P. A escola e a questão da pluralidade étnica. Cadernos de Pesquisa. (55):3-17, 1985.

RAHIER, J. M. Blackness, the Racial; Spacial Order, Migrations, and Miss Ecuador 1995-96. American Anthropologist. 100(32) 421-430, 1998. American Anthropological Association.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

RODRIGUES, R. N. As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Salvador, Livraria Progresso. Editora, 1957, p.126.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S. T. M. (Org). Psicologia social. o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROLNIK, S. Cartografia sentimental, transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

ROSEMBERG, F. Relações raciais e rendimento escolar. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: (63) nov, 1987.

SODRÉ, M. A Imagem do negro. Imagens, Campinas, Editora Unicamp. N. 4. 1995, p. 114-1121.

SALZANO, F. M. Em busca das raízes. Ciência Hoje, (25):49-56, V.5, 1986.

SEYFERTH, G. Os paradoxos da miscigenação: estudos afro-asiáticos, (20), 1991.

_____, Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M. C. & SANTOS, R. V. (orgs). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/CCBB,1996.

_____, A estratégia do branqueamento. In: ciência hoje, v.5, n.25,p.54-61,1989.

SLENES, R. W. Lares negros Olhares brancos: histórias da família escrava no séc. XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo.v.8(16):189-203, 1988.

_____. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1999.

SILVA, P. B.G. e. Diálogo Pluri-cultural em escolas de 1º Grau e Formação de Professores; contribuições da universidade e do movimento negro- Relatório de Pesquisa. São Carlos, UFSCar, 1994.

_____. Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do limoeiro. Porto Alegre, FAGED/UFRGS, (Tese de Doutorado), 1987.

_____. Pesquisa em educação, com base na fenomenologia. Pesquisa em Serviço Social.

_____. Pensamentos em educação: estudos comparados entre África e Brasil. Relatório de pesquisa enviado a FAPESP. DME/UFSCar, jul. 1998 – jan, 2000.

_____. Espaços para educação das relações interétnicas: contribuições da produção científica e da prática docente, entre gaúchos, sobre negro e educação. In: A escola cidadã no contexto da globalização. Silva. L. H. (org), Editora Vozes. Petrópolis, 1998.

SILVA. N.V. Distância social e casamento inter-racial no Brasil. In HASENBALG, C A &

SILVA, N V. Relações raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora/IUPERJ, 1992.

SILVÉRIO, V.R Sons negros com ruídos brancos. In: Racismo no Brasil. São Paulo: Peirópolis; ABONG, 2002.p.89-104.

_____, Raça, racismo na virada do milênio: os novos contornos da radicalização. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia do IFCH/Unicamp, 1999.

SOUZA,I.S de. Os educadores e as relações inter-étnicas: mestres e pais. Tese (Livre Docência) Faculdade de História Direito e Serviço Social. UNESP. Franca.1999.

SOUZA, N.S. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

SZYMANSKI, H. Teorias e “teorias” de famílias. A família Contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez; 23-29, 1995.

TOUMSON, R. Mythologia Du Métissage. Dépôt Legal, 1998.

ANEXO II

QUESTIONÁRIO PRÉ-ELABORADO

***ANTES DO CASAMENTO:**

(relacionamento pessoal)

- Quanto tempo você namorou antes de se casar?
- Com quantos anos se casou?
- Qual era ou é a religião de seus pais? E a sua hoje, qual é?
- Você namorou negros?

Sim: Como era o relacionamento com ele (a)?

Não: Por quê?

- Você se casaria com uma pessoa negra?
- O que mais chamou sua atenção quando se relacionou com seu cônjuge?
- Qual a cor que você acha que possui?

*** NO CASAMENTO:**

(relacionamento familiar entre os cônjuges)

- Você foi a única pessoa da sua família a se casar com um branco (a) e/ou negro(a)?
- Qual foi a reação dos familiares de ambas as partes na fase do namoro? E quando decidiram se casar?
- O que você pensa sobre as misturas de raças?
- Para você foi importante se casar com uma pessoa branca?
- Você e seu companheiro (a) conversam sobre as questões raciais?

*** SOCIALIZAÇÃO**

(pai-mãe filhos)

- De que maneira você caracteriza, fisicamente uma pessoa fruto de um casamento inter-racial, ou interétnico?
- Qual a cor que você acha que você possui?
- Você acha importante a família falar seus filhos sobre os antepassados negros, ou brancos ou de outra descendência?
- De que maneira você orienta seu (s) filho (s) sobre as questões raciais?
- Como você definiria a relação de seu (s) filho (s) com os avós paternos e maternos?
- Como é o relacionamento de vocês com seu (s) filho (s), pais/filho (s)?

- Você deixaria seu filho (a) se casar com uma pessoa negra?

*** DISCRIMINAÇÃO:**

- Você já foi discriminado (a) quando solteiro (a)?
- Percebe reações de pessoas quando vocês estão juntos?
- Você se lembra de ter sido discriminado(a) quando criança, adolescente ou no trabalho?
- Você já percebeu se seu filho já ficou com vergonha de estar com você em algum ambiente?

*** CONSCIÊNCIA**

- Você se lembra de alguma pessoa negra famosa?
- Na sua opinião porque não há negros nos altos escalões da sociedade: política, religião...?
- Você acredita que os negros têm as mesmas oportunidades que os brancos?
- De que maneira os negros podem lutar contra o preconceito e a discriminação?
- O casamento entre negros e brancos acontece com mais frequência em que nível social?
- Já participou de algum movimento negro ou ouviu falar?